



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E A ILEGALIDADE URBANA EM
BRASÍLIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO E AS
CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE PLANEJADA**

Marizângela Aparecida De Bortolo Pinto

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Luiza Peluso

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, 05 de agosto / 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E A ILEGALIDADE URBANA EM
BRASÍLIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO E AS
CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE PLANEJADA**

Marizângela Aparecida De Bortolo Pinto

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado por:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Luiza Peluso
Departamento de Geografia – GEA/UNB

Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade
Departamento de Geografia – GEA/UNB

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria de Oliveira Almeida
Instituto de Psicologia – UNB

Brasília-DF, 05 de agosto de 2009

BORTOLO PINTO, MARIZÂNGELA APARECIDA DE

Condomínios horizontais fechados e a ilegalidade urbana em Brasília: representações sociais do espaço urbano e as contradições de uma cidade planejada, 142 p., 297 mm, (UnB-GEA, Mestre, Geografia, 2009).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Representações Sociais

2. Brasília

3. Condomínios Horizontais

4. Ilegalidade Urbana

I. UnB-GEA

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto

À Deus;
Aos meus pais, Lorival e
Rosa, pelo sonho, e ao
querido Rafael.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus, pela saúde e coragem para o desenvolvimento deste trabalho;

Agradeço também a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que eu pudesse hoje apresentar esta dissertação, em especial:

Aos síndicos e participantes da pesquisa, por abrirem suas casas e corações com suas memórias vividas;

À professora Marília Luíza Peluso, pela confiança, aprendizado e cuidados para a realização deste trabalho;

Ao Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social (MOSCO), representado pela professora Dr^a. Ângela Maria de Oliveira Almeida e seus orientandos, pelo apoio incondicional no trabalho com o *software* ALCESTE;

Às professoras Dr^a Lúcia Cony Faria Cidade e Dr^a Ângela Maria de Oliveira Almeida, pelas importantes contribuições na fase de qualificação e pela participação nesta Comissão Examinadora;

Aos amigos do mestrado em gestão ambiental e territorial, em especial à minha grande amiga Maria Das Dôres, pelo exemplo, amizade e força;

Aos meus pais, Lorival e Rosa, pelo exemplo e orações durante esta etapa da minha vida. Eles, que jamais permitiram que eu desanimasse;

À minha irmã Marcivânia, pelo entusiasmo e apoio, mesmo estando longe;

Ao Rafael, meu companheiro, a quem devo muito na conclusão de mais essa etapa, pelo amor, pela força, sempre foi a minha base forte.

RESUMO

A complexidade da cidade impõe o desafio de analisá-la seguindo a perspectiva de processos que a compõem, os quais não se restringem à produção econômica, uma vez que expressam também um conjunto de ideias, valores, crenças e atitudes. As representações sociais, resultados de processos históricos e simbólicos, dão corpo e configuram a organização da sociedade em seus vários momentos. O objetivo deste trabalho é analisar o papel das representações sociais da moradia, no contexto dos condomínios irregulares de classe média em Brasília, um fenômeno urbano que tem promovido inúmeras discussões acerca de suas causas. O estudo foi realizado com moradores de condomínios irregulares, por meio de entrevistas episódicas, analisadas pelo *software* ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). Os dados obtidos reforçam a hipótese de que as representações sociais atribuídas pela classe média à moradia e ao “verde” estariam gerando práticas sócio-espaciais contrárias ao planejamento da cidade modernista. Foram identificadas representações comuns aos sujeitos e que se referem ao significado da moradia para a classe média, como a qualidade de vida, a segurança e a proximidade com a natureza. Os fatores identificados que objetivam a ilegalidade relacionam-se às características financeiras, a falta de políticas públicas destinadas a essa classe e as condições da antiga moradia. Ancorando as representações da moradia estão a segurança e a qualidade de vida usufruída na infância na casa dos pais, mas também as representações da ilegalidade urbana em Brasília, a partir da prática da impunidade. Portanto, os condomínios horizontais fechados irregulares de Brasília, pelas suas singularidades, devem ser compreendidos como resultado de práticas sócio-espaciais, relacionadas às novas lógicas de reconhecimento instauradas pela sociedade globalizada na cidade.

Palavras-chave: Representações Sociais; Brasília; Condomínios Horizontais; Ilegalidade Urbana.

ABSTRACT

The complexity of the city imposes the challenge of being analysed according to the perspective of procedures that compose it, of which are not restricted to the economic production, since they also express a group of ideas, values, beliefs and attitudes. The social representations, result of historic procedures and representatives give body and show the organization of the society in its various moments. The objective of this work is to analyse the function of the social representations of residence in the context of the irregular condominiums of middle-class in Brasilia, an urban phenomenon that has created several discussions about its causes. The study was done with the residents of irregular condominiums through episodic interviews, analysed by the *software* ALCESTE (Lexical Analysis of occurrences in simple announcements of a text). The data gotten reinforce the hypothesis that the social representations attributed by the middle-class to the residence and to the “green” would be generating social and spacial practices contrary to the plan of the modern city. Common representations were identified to the subjects and that refer to the meaning of residence to the middle-class, according to the quality of life, safety and the proximity of nature. The identified factors that show the illegality are related to the financial characteristics, to the lack of public policies directed to this class and to the conditions of the old residence. Supporting the representations of residence are the safety and the quality of life enjoyed in the infancy at the parent’s house, but also the representations of the urban illegality in Brasilia, from the practice of impunity. Therefore the irregular horizontal closed condominiums of Brasilia, for their singularity must be understood as the result of social and spacial practices, related to the new logics established by the global society in the city.

Key words: Social Representations; Brasília; Horizontal Closed Condominiums; Urban Illegality

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO 15

**CAPÍTULO 1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DO
ESPAÇO GEOGRÁFICO** 27

**CAPÍTULO 2. A CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES: DA CIDADE
IDEAL À CIDADE PÓS-MODERNA** 34

2.1. BRASÍLIA: A CIDADE PLANEJADA 34

2.2. AS DUAS CIDADES: AS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE IDEAL E A CIDADE
REAL 37

2.3. CONDOMÍNIOS IRREGULARES E A DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM
BRASÍLIA 44

CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ILEGALIDADE 52

CAPÍTULO 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 61

4.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL 61

	3
4.2. O MÉTODO ALCESTE	66
CAPÍTULO 5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO EM BRASÍLIA	74
5.1 ENTENDENDO OS RESULTADOS	74
CAPÍTULO 6. A CIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONFIGURAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS IRREGULARES	88
6.1. A ILEGALIDADE E O SUJEITO QUE OCUPA	88
6.1.1. AS REPRESENTAÇÕES DO “OUTRO” E O SUJEITO QUE OCUPA	94
6.2. REPRESENTAÇÕES E “NECESSIDADES” DA CLASSE MÉDIA: OS CONDOMÍNIOS	100
6.2.1. JUSTIFICANDO A ESCOLHA PELOS CONDOMÍNIOS IRREGULARES: A REALIDADE DA MORADIA ANTERIOR	109
6.3 ANCORANDO AS REPRESENTAÇÕES DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS	116
7. CONCLUSÃO	120
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXO1:	130

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – Variáveis suplementares que compõem cada *corpus*. 68
- FIGURA 2 – Quadro sintético dos resultados gerados pela análise do programa ALCESTE. 73
- FIGURA 3 – Estrutura do *corpus* das entrevistas acerca das Representações Sociais dos moradores dos condomínios horizontais irregulares do Setor Habitacional Jardim Botânico 80
- FIGURA 4 – Projeção das palavras analisadas sobre a representação dos condomínios irregulares de classe média e das variáveis suplementares. Análise de Correspondência (A.C) das falas dos sujeitos 81

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Dimensão da ocupação de áreas com restrições ambientais	91
FOTO 2 – Vista do quintal	102
FOTO 3 – Projetos ambientais: buscando o reencontro	103
FOTO 4 – Jardim no interior da moradia	105
FOTO 5 – Reproduzindo o Ambiente Rural	107
FOTO 6 – No Fundo de Vale uma Cachoeira	108
FOTO 7 - Vista do interior de um condomínio do Setor Habitacional Jardim Botânico.	113
FOTO 8 – Vista da Rua: Memórias do Interior	117
FOTO 9 – O fogão de lenha e tudo que lembra um lugarzinho especial	118

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição das U.C.E com os valores eliminados por classes	75
GRÁFICO 2 – Distribuição das U.C.E por classes	75
GRÁFICO 3 – Situação do Imóvel	111
GRÁFICO 4 – Situação do Imóvel por tipo da moradia	114
GRÁFICO 5 – Caracterização da Moradia – m ²	115

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -. Localização da área em estudo	17
MAPA 2 - Regiões Administrativas do Distrito Federal	41
MAPA 3 – Origem dos moradores dos condomínios irregulares de classe média do SHJB	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Crescimento da População do Distrito Federal –1960 a 2000 1	38
TABELA 2 – Situação dos Parcelamentos Urbanos Informais Implantados no Distrito Federal	48
TABELA 3 – Perfil dos moradores entrevistados	65
TABELA 4 – Média de Área Construída dos Condomínios	84
TABELA 5 – Caracterização da moradia	85

INTRODUÇÃO

A problemática dos condomínios irregulares no Distrito Federal há muitos anos vem despertando a atenção e a preocupação dos pesquisadores sobre um fenômeno urbano de grandes dimensões. A realidade a ser estudada imprimiu uma nova lógica na produção do espaço urbano de Brasília, fruto de intencionalidades que, materializadas na cidade, representam a esfera econômica, política, social e cultural da urbanização contemporânea.

A presente pesquisa busca estudar os condomínios horizontais fechados de classe média do Setor Habitacional Jardim Botânico, área que vem sendo intensamente ocupada nos últimos anos de maneira irregular. O Setor Habitacional Jardim Botânico possui 25 condomínios, dos quais 17 já foram implantados mesmo sem as licenças necessárias. Ocupa uma área de aproximadamente 917,1 ha, com o tamanho médio dos lotes entre 450m² a 1400m². A população instalada na área é cerca de 12.369 habitantes, cuja renda média varia entre 5 a 20 salários mínimos (SEDUH, 2006).

Esse grupo social é compreendido como aquele que se distingue pela:

[...] possibilidade temporária ou permanente de obter um excedente de renda suscetível de transformar-se em capital, garantindo assim não apenas a reprodução simples, mas uma reprodução ampliada que pode chegar à maior exploração do trabalho assalariado (LOJKINE, 1981, p. 108).

Por isso, devem ser considerados como camadas e não classes sociais, na medida em que a sua reprodução está “no meio”, entre o capital monopolista e o proletariado, em um movimento “ascendente-descendente” (LOJKINE, 1981, p. 111).

Assim, estudar o espaço urbano é sem dúvida um desafio diante da complexidade de agentes, ações e processos. Por isso, este trabalho propõe-se a tecer um estudo interdisciplinar utilizando-se da teoria das representações sociais, a

fim de levantar respostas para as novas realidades urbanas materializadas na paisagem. Buscar-se-á atingir a ideia de totalidade geográfica no estudo das cidades, pois se compreende a cidade como:

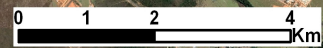
[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2004, p. 63).

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



 Limite do Setor Habitacional Jardim Botânico

Fonte: Dados da Autora
Elaboração Cartográfica: Rafael A. Pinto



A relação entre materialidade e subjetividade aparece como elo fundamental das pesquisas humanas atuais. Como já destacado por alguns autores, a Geografia ainda não trabalha bem com a subjetividade e poucos são os pesquisadores que se debruçaram sobre os processos internos dos indivíduos, a fim de buscar explicações para os fenômenos espaciais. Observa-se que:

a Geografia responde mal às preocupações dos pesquisadores, pois se verifica que teorias e técnicas depuradas de subjetividade dificilmente se encarnam nos atores sociais para explicar seus desejos, emoções e comportamentos. Não admira, portanto, que a Geografia não consiga dialogar com os atores que produzem espaço ou compreender suas razões e emoções (PELUSO, 2007, p.4).

A compreensão da realidade a ser estudada considera a expansão dos condomínios de classe média em Brasília como resultado de práticas sócio-espaciais, condicionadas por representações sociais e por valores subjetivos, ligados a desejos e anseios de uma sociedade sustentada pelo consumo e pela ostentação social pós-moderna. Nesse sentido, destaca-se o choque entre a perspectiva dos planejadores da cidade “ideal” e os anseios e desejos da população, que não se conformaram com o planejamento centralizador e rígido da cidade planejada.

Um estudo de representações sociais do espaço urbano tem a população da cidade como elo fundamental, pois de modo dialético os sujeitos questionam, procuram respostas e pensam sobre o espaço em que vivem. Entende-se que: “[...] pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2003, p. 45).

A realidade urbana da capital federal brasileira é resultado de processos históricos e simbólicos, cujos rebatimentos transpassam o passado e o presente em um único movimento de produção e reprodução da cidade. Por isso, a compreensão da realidade configurada deve considerar também as representações e as práticas sociais elaboradas pela população nos diversos momentos da sua constituição.

A cidade modernista deveria representar um novo caminho a ser seguido, centrado no discurso desenvolvimentista, cujo ideal era proporcionar condições para o desenvolvimento econômico da sociedade. No entanto, diante de pressões e restrições impostas pelos diversos agentes produtores da cidade, foram sendo configuradas situações e possibilidades de esfacelamento da cidade modernista, como as ocupações ilegais.

Dentre os aspectos que envolvem a nova capital está a questão fundiária, pois o Distrito Federal é formado por terras públicas e privadas, sendo a cidade circundada por grandes extensões de uso rural e de proteção ambiental. Esses vazios urbanos cortados por importantes vias tornaram-se vulneráveis, na medida em que passaram a atender uma demanda não conformada pelo planejamento rígido do Plano Piloto, voltado apenas à construção de apartamentos e equipamentos públicos de uso coletivo. Aos poucos, o “cinturão verde” que circundava o Plano Piloto tornou-se alvo de especuladores, que criaram um mercado de terras paralelo.

Diante da dificuldade em conduzir uma política de novos assentamentos, surgem os primeiros condomínios horizontais no Distrito Federal na década de 1970, em forma de loteamentos fechados de chácaras de fim-de-semana, comercializados por fazendeiros e grileiros (LIMA, 1996, p.185).

Desde a década de 1980, a dinâmica populacional da APA¹ do rio São Bartolomeu foi sendo marcada pela ocupação ilegal dos condomínios horizontais de classe média, justificados a partir do discurso relacionado ao *deficit* habitacional. Considera-se que, com o fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, ocorreram transformações que dificultaram o acesso à moradia no Distrito Federal, fortalecendo o processo de produção irregular e privada da cidade, tanto das camadas mais pobres, como também pela classe média.

Os condomínios horizontais fechados irregulares tornaram-se uma alternativa de habitação para a classe média do Distrito Federal, relacionados principalmente ao discurso de *deficit* habitacional e da falta de projetos que

¹ Área de Proteção Ambiental, criada pelo decreto federal 88.940 de 7 de novembro de 1983.

atendessem a essa faixa econômica. Conforme o estudo “Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Informais Urbanos do DF”, publicado pela SEDUH em Julho de 2006, dos 513 parcelamentos diagnosticados, 134 são loteamentos rurais, 379 são parcelamentos urbanos, sendo que 317 são informais e já implantados, 30 estão em processo de aprovação e ainda não foram implantados. Desse montante, 28 encontram-se legalizados e apenas 4 estão registrados. Tem-se, portanto, um panorama de 92% dos parcelamentos envolvidos na informalidade, realidade que engloba um total de 545.651 habitantes, ou seja, 24% da população total do Distrito Federal.

Nos últimos anos o governo do Distrito Federal apresentou propostas para a regularização dos condomínios de classe média, fato que provocou muitas discussões acerca da legitimidade e viabilidade das ações. Nota-se que o discurso da Classe média envolve representações sociais estabelecidas para com a moradia, a cidade, os “outros” ilegais e os condomínios enquanto uma nova opção de moradia. As representações são compreendidas como elementos que permitem o entendimento da realidade, mas também justificam e orientam o comportamento e as práticas dos grupos de maior poder aquisitivo.

Pretende-se, na presente pesquisa, analisar a constituição dos condomínios horizontais fechados, estabelecidos como moradia da classe média na área correspondente ao Setor Habitacional Jardim Botânico, na tentativa de compreender a relação entre as representações sociais dos moradores e o surgimento da ilegalidade urbana no Distrito Federal. A importância de se considerar as representações sociais nos estudos urbanos está no fato de que não se concebem práticas desligadas dos sujeitos, já que por seu intermédio tem-se a produção de comportamentos e de ações. Comportamentos que se configuram na realidade cotidiana impregnada de valores, refletindo o modo de ver e pensar dos indivíduos.

No estudo apresentado por Vianna (2005), intitulado *Novos Santuários da Segregação Espacial*, a autora analisa os condomínios do Setor Habitacional Jardim Botânico indicando que 60% das famílias de classe média residentes em condomínios já possuíam um imóvel próprio no Plano Piloto ou em alguma cidade-

satélite do Distrito Federal. Esse dado confirma a hipótese de que a classe média buscou novas formas de produção da cidade, estabelecendo um padrão diferente do modelo urbanístico proposto.

Outros fatores também norteariam o aumento da informalidade em Brasília, como, por exemplo, o apelo e a busca pela segurança, localização e a qualidade de vida proporcionada por morar em uma casa, tendo como diferencial o contato com as áreas verdes. Quanto à relação simbólica atribuída à Natureza, ela tem no discurso ecológico a base de sustentação do “verde” enquanto objeto de desejo e *status* de felicidade (SANTANA, 1999; PENNA, 2003; DACANAL, 2004; BORTOLO e FERREIRA, 2006).

Para Harvey (2006), essa atitude reflete o que o indivíduo moderno almeja, já que: “[...] combina a atração à diferenciação e à mudança com a similaridade e conformidade, quanto mais nervosa uma época, tanto mais rapidamente mudam as suas modas [...]” (HARVEY, 2006, p.34). Holanda (2000, 331-332) indica que o traçado urbano condicionou uma vivência sócio-espacial particular, ao agregar espaços predominantemente formais em oposição aos espaços de convivência e de encontro. Para o autor, a cidade possui características construtivas de permeabilidade e barreiras, que dificultam o movimento de pessoas e interferem no nível de co-presença nos espaços públicos e no grau de urbanidade da cidade.

Apresenta-se então, uma relação dialética marcada entre a problemática urbana e a questão ambiental que, embutida agora nos empreendimentos imobiliários, configura um novo padrão de moradia no Distrito Federal a partir do avanço sobre áreas irregulares. Os atributos como o contato com a Natureza, a segurança e a qualidade de vida fazem parte da dimensão simbólica que dirige a produção da cidade contemporânea. Dessa forma, criam-se símbolos, signos e ideologias que condicionariam uma nova lógica de produzir e de compreender a cidade e as práticas de planejamento.

A análise dos sujeitos e da subjetividade que os permeia passa a ser uma necessidade incontestável nos estudos urbanos, pois os valores subjetivos detêm um

poder inteligível, sendo estruturados como símbolos e signos da pós-modernidade, que produzem intensamente novas realidades e novos fenômenos urbanos. Harvey (2006, p. 258), aponta que entre algumas consequências está a “[...] volatilidade e efemeridade de modas, produtos e técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas”.

Bourdieu (2008), em seu trabalho intitulado *A Distinção. Crítica Social do Julgamento*, procura mostrar como determinados aspectos são identificados pelas diferentes classes sociais. Para o autor, “a obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada” (BOURDIEU, 2008, p. 10). Da mesma forma que o acesso à cultura e aos bens culturais, o acesso à moradia também pode ser explicado por meio das características econômicas de cada grupo social. No caso dos condomínios horizontais fechados, essa é uma realidade marcante, pois a distinção relacionada às condições imputadas à moradia “ideal” contribuiu para o aumento da ilegalidade urbana em Brasília. O autor faz um alerta, pois para ele:

conviria não acreditar que a relação de distinção (que pode implicar, ou não, a intenção consciente de distinguir-se do comum) seja um componente acessório e auxiliar da disposição estética. O olhar puro implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que é, por isso mesmo, uma ruptura social (BOURDIEU, 2008, p. 34).

Destaca-se, portanto, o papel das representações sociais e o caráter simbólico estabelecido entre a sociedade e os valores ligados à moradia como um importante aspecto a ser considerado na constituição da ilegalidade em Brasília. Denise Jodelet considera as dimensões subjetiva e material como imprescindíveis para a análise do ambiente, a que ela denomina de “sociofísico”, ou seja, “[...] *como un producto material y simbólico de la acción humana cuyo aspecto social está situado en términos de significaciones*” (JODELET, 1989, p. 32).

A partir da teoria das representações sociais, chega-se à análise dos sujeitos e dos processos internalizados, a chave para atingir o conhecimento das ações que se impregnam de valores e que se transformam em atitudes e comportamentos. A

expectativa é apreender os conflitos e contradições que se vinculam ao processo de produção da Capital Federal, destacando as representações sociais da classe média para com a “moradia” e o “verde”, bem como os valores ligados aos novos estilos de vida do morar contemporâneo.

As questões que norteiam este trabalho procuram desvendar pontos fundamentais da constituição da cidade contemporânea. São eles:

- Até que ponto os valores simbólicos explicam o fenômeno dos condomínios ilegais de classe média em Brasília?

- Quais elementos estruturam as representações sociais elaboradas pela classe média para com a moradia e o “verde” hoje?

- Qual a relação entre os novos valores atribuídos pela sociedade contemporânea à moradia e ao “verde” no estabelecimento da ilegalidade urbana da classe média no Distrito Federal?

Decorrentes das questões de pesquisa, o objetivo geral do trabalho é analisar os condomínios horizontais de classe média irregulares do Setor Habitacional Jardim Botânico, em Brasília, na tentativa de identificar a importância das representações sociais e dos valores ligados à moradia e ao “verde” no condicionamento de práticas sócio-espaciais contrárias ao planejamento da cidade.

Como objetivos específicos propõem-se:

➤ Identificar as representações sociais elaboradas da moradia e do “verde” pela população de classe média;

➤ Compreender o papel das representações sociais no condicionamento de novas lógicas de produção do espaço urbano;

➤ Apreender as representações sociais da população para com a ilegalidade;

➤ Discutir a relação entre os valores atribuídos ao “verde” e à moradia pela sociedade contemporânea, avaliando a importância da esfera simbólica no estabelecimento da ilegalidade urbana em Brasília.

As hipóteses que norteiam o trabalho são três:

- As representações sociais e os valores simbólicos atribuídos pela população de classe média à “moradia” e ao “verde”, estariam condicionando a ilegalidade urbana nos condomínios horizontais do Setor Habitacional Jardim Botânico;

- A ilegalidade urbana da classe média refletiria uma tendência da sociedade contemporânea de criar novos espaços, decorrentes da incorporação de valores e sonhos que se distanciam da cidade caótica;

- A ilegalidade urbana da classe média refletiria uma dificuldade por parte dessa população de conformar-se com a urbanidade proposta pelo projeto modernista.

Na tentativa de buscar respostas sobre a constituição da ilegalidade urbana da classe média em Brasília, no Capítulo 1 é apresentada a teoria das representações sociais, as suas contribuições para a compreensão do espaço geográfico, representado pelo espaço urbano de Brasília. Busca-se demonstrar a relação entre representações sociais e as práticas espaciais, ou seja, de que forma essa teoria explica os fenômenos urbanos da cidade contemporânea.

No Capítulo 2 foram retomados os princípios norteadores da construção de Brasília, as contradições geradas, os agentes envolvidos nesse processo e que contribuíram para o estabelecimento dos conflitos na cidade modernista. A análise busca levantar de que modo a cidade planejada passou a conviver com contradições e conflitos de ordem sócio-ambiental, bem como o conflito dado entre o planejamento modernista e os anseios da sociedade pós-moderna. O conceito de *habitus*, apresentado por Bourdieu (2003), trouxe a possibilidade de compreender como as práticas sociais ilegais concretizadas por esse grupo social se relacionam a gostos, a um conjunto de escolhas, de bens e de práticas sociais.

O Capítulo 3 tem o objetivo de analisar como se estruturou socialmente a ilegalidade e as representações sociais elaboradas da moradia e do “verde” pela

sociedade contemporânea. O objetivo é demonstrar de que forma esses valores passaram a configurar comportamentos que se refletiram na prática da ilegalidade.

No Capítulo 4 serão discutidos os procedimentos metodológicos, os caminhos seguidos para a análise e estruturação das informações obtidas. Destaca-se o formato e objetivo das entrevistas qualitativas. Neste capítulo é feita a caracterização do método ALCESTE² (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto), um *software* que permite identificar a identidade do grupo social nas relações entre universos lexicais. São apresentados os passos que compõem a análise e os vínculos teóricos e metodológicos, que confirmam a relevância da utilização deste nos estudos de representações sociais.

No Capítulo 5 é discutida a análise dos dados gerados pelo ALCESTE. Foram identificadas as 5 classes de palavras, distribuídas em dois grandes eixos temáticos. O primeiro eixo foi relativo à **ilegalidade e o sujeito que ocupa**, contendo duas classes de palavras e que se refere às representações da ilegalidade e do sujeito que está ocupando. O outro eixo temático se refere às **Representações e “necessidades” da classe média**, englobando três classes de palavras, que tratam das justificativas para a escolha de um condomínio irregular e das representações da moradia. Identificadas as representações nos discursos dos sujeitos, foram elaborados quadros síntese e gráficos sobre a importância de cada classe de U.C.E (Unidade de Contexto Elementar) para a definição das representações sociais desse grupo. São relacionadas às características socioeconômicas, os aspectos que envolvem a caracterização da moradia atual e anterior dos sujeitos. A origem e deslocamento dos sujeitos são identificados por meio do mapa de deslocamento, em que são registrados a situação do imóvel e o local da antiga moradia. De forma

² Análisis lexical de ocurrencias en enunciados simples de un texto

complementar, no Capítulo 6 são exploradas as entrevistas e apresentadas as U.C.Es que mais caracterizam cada eixo temático.

Nas considerações finais, retomam-se os aspectos relevantes dos capítulos anteriores e são analisados os resultados à luz das questões orientadas da pesquisa. Além disso, são apontadas tendências e perspectivas que o estudo permitiu identificar. A proposta deste trabalho se pautará na análise das tensões entre ilegalidade urbana, práticas sócio-espaciais e o ideal de cidade planejada dado nos diferentes momentos da construção do espaço da Capital Federal, a fim de demonstrar a importância que a esfera simbólica, as representações sociais, detém na configuração de Brasília.

CAPÍTULO 1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A complexidade da cidade impõe o desafio de analisá-la seguindo a perspectiva dos processos que a compõem e que não são apenas uma produção econômica ou política. É simbólica, na medida em que se agregam ideologias, crenças, valores e imagens de uma sociedade representada pelo novo, pelo consumismo, pela ostentação social e pela mercantilização dos objetos. Seguindo o pressuposto de que a cidade é resultado de valores e representações estabelecidas pela sociedade contemporânea, destaca-se a importância de pensá-la como uma constante elaboração simbólica. Deve-se, portanto, conceber o espaço urbano como sendo constituído “[...] por sujeitos e que os atores são sujeitos espaciais e especializados que internalizam e externalizam a sociedade em condições determinadas por diferenças econômicas e sociais concretas” (PELUSO, 2007, p. 5).

Reforça-se a importância de compreender o espaço geográfico como um espaço totalizador produzido socialmente. A ideia de psicofera e tecnosfera apresentada por Santos (2004) nos traz aproximações quanto à indissociabilidade da esfera material e subjetiva. Para o autor, tecnosfera seria o reino da técnica, da ciência e dos objetos. Já a psicofera se relaciona à subjetividade, ao imaginário, às crenças e às paixões (SANTOS 2004, p.256). Ou seja, ela é responsável pela efetivação da técnica, a partir da incorporação de valores simbólicos.

Compreende-se o espaço geográfico como o lugar da realização da sociedade, portanto resultado de produções simbólicas. Considera-se que a dimensão simbólica e cultural, as representações sociais e as experiências cotidianas constituem importantes indícios para a compreensão do espaço geográfico. Pensar em práticas sócio-espaciais é pensar em um espaço social, ou seja, produzido socialmente, como resultado de experiências coletivas cotidianas e passadas “[...] *que reflejan una relación social poniendo en juego los procesos*

cognitivos y afectivos, que em el plano individual o coletivo, están ligadas al compromiso estructural y a la identidad de los sujetos” (JODELET, 1989, p. 36).

Nesse sentido, os valores subjetivos são construídos como representações sociais, que correspondem:

à maioria das relações sociais estabelecidas, aos objetos produzidos ou consumidos, às comunicações trocadas e delas estão impregnados (...) à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica, substância simbólica que entra na elaboração [...] (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Os valores referidos se relacionam às crenças e conhecimentos que vão servir como estruturadores das representações sociais elaboradas a respeito de algo, e que se refletem em práticas espaciais. Para Jodelet (1989):

tomar como objeto de estudio una representación social, nos lleva a buscar cómo, a propósito de un objeto definido del ambiente material, social o ideal, se construye y funciona un conocimiento que va servir como base de acción e interpretación (JODELET, 1989, p. 2).

De acordo com Moscovici (1978), as representações sociais são modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que têm como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e familiarizações com o estranho de acordo com as categorias da cultura. Sendo assim, as representações sociais se estruturam por meio de dois processos: a ancoragem e objetivação.

Como ancoragem entende-se o processo que norteia o estabelecimento dos valores e que dá força na execução do ato. Para Sawaia (1993), a ancoragem é o processo de reconhecimento de novas informações a um conteúdo cognitivo pré-existente. A ancoragem “[...] transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 1978, p. 61). Para Arruda (2002), “trata-se da maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto” (ARRUDA, 2002, p. 136).

Como objetivação, entende-se o processo pelo qual as significações são materializadas ou espacializadas, seria como tornar um símbolo real, “[...] é reabsorver um excesso de significações, materializando-as. E também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo” (MOSCOVICI, 1978, p. 111). A objetivação faz com que uma elaboração simbólica se transforme em realidade, é materializar na paisagem as significações elaboradas pelos indivíduos ou grupos. Ambos os processos relacionam-se diretamente a construções simbólicas, entendidas como construções do cotidiano que refletem ideologias e representações sociais, configurando-se como práticas sócio-espaciais. Nesse sentido, o senso comum é reconhecido como um conhecimento legítimo e motivador das transformações sociais (SPINK, 1993). Sendo assim, as representações sociais podem ser compreendidas como: “[...] uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p.22).

Denise Jodelet apresenta alguns indícios de como podem ser trabalhada as representações sociais. Para ela:

Podemos abordar as representações sociais de duas maneiras: a primeira como campos estruturados e também como núcleos estruturantes. A primeira se refere quando nos apegamos às posições emitidas por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), a respeito de objetos socialmente valorizados ou conflitantes, elas serão tratadas como *campos estruturados*, isto é, conteúdos cujas dimensões (informações, valores, crenças, opiniões, imagens, etc.) são coordenadas por um princípio organizador (atitude, normas, esquemas culturais, estrutura cognitiva, etc). De modo focalizado, quando nos apegamos a elas, a título de modalidades de conhecimento, elas serão tratadas como *núcleos estruturantes*, isto é, estruturas de saber organizando o conjunto das significações relativas ao objeto conhecido (JODELET, 2005, p. 47).

No espaço urbano, as representações simbólicas são responsáveis pela produção da cidade. Assim, mesmo diante das normas do planejamento, dos agentes envolvidos, os indivíduos podem re-significar a cidade não só a partir dos *campos estruturados*, de acordo com os valores criados acerca de algo, mas

também como *núcleos estruturantes*, na medida em que é elaborado um conjunto de significados do objeto conhecido.

Compreendendo as representações sociais como dinâmicas, constata-se que elas:

[...] se crean y recrean con el paso del tiempo, con nuevas experiencias, con nuevos conocimientos o con ideas recibidas, o bien mediante el acto creativo de combinar ideas, recuerdos y sensaciones en el sinfín de posibilidades que la imaginación permite (ALBA, 2006, p. 666).

A preocupação com a esfera simbólica é destacada por vários autores contemporâneos das ciências humanas. Uma unanimidade é a necessidade de buscar respostas aos fenômenos na subjetividade do homem. Contudo, como apresenta Peluso (2007), muitas vezes são considerados apenas os processos externos e não os movimentos internos dos sujeitos. Moscovici (1978, p. 47) chama atenção para a lacuna existente na forma como têm sido analisados os fenômenos simbólicos, destacando a maneira insatisfatória apresentada nas abordagens. A teoria das representações sociais lançaria novas bases para a compreensão da realidade, na medida em que não existe heterogeneidade entre o objeto e o sujeito, entre o externo e o interno. Por isso:

Quando falamos de representações sociais, partimos geralmente de outras premissas. Em primeiro lugar, consideramos que não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois que é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

Entende-se que a partir do movimento e da internalização configuram-se práticas que refletem valores subjetivos, pois, quando:

Interiorizadas as formas espaciais que as relações sociais adquirem, os sujeitos dotam-nas de símbolos e significados, localizam-se nelas, tomam decisões, submetem-se, ou não, ao poder, alienam-se e

exercem, na expressão de HELLER (1992) sua genericidade e sua particularidade (PELUSO, 1998, p.4).

Martha de Alba (2006), em seu estudo sobre a cidade do México, buscou levantar as representações sociais da população para com a cidade e chegou à conclusão de que as construções simbólicas não são imagens individuais, mas sim resultado de um conjunto de fontes de conhecimentos diversos que estruturariam os valores ligados ao espaço urbano. Nesse sentido, a espacialidade, de acordo com a teoria das representações sociais, pode ser apresentada como resultado da elaboração simbólica dos indivíduos. Nas cidades, o processo de construção de valores simbólicos faz-se por meio do próprio ambiente construído, como assinala Pensavento, quando escreve:

A cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este “real” os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva (PENSAVENTO, 1997, p.26).

O complexo conjunto de agentes e processos que envolvem a cidade é resultado das representações sociais de seus moradores, da maneira como vêem os fenômenos, como interiorizam as normas, como respondem aos estímulos externos e como produzem comportamentos que cristalizam significações. Portanto, estudar o espaço geográfico sob a óptica das representações é pensar um espaço livre da fragmentação entre objetividade e subjetividade.

Com isso, “[...] as mutações urbanas a que assistimos muitas delas mais qualitativas que mesmo materiais, aparecem como parte das mutações concomitantes da sociedade e do espaço” (SANTOS, 2005, p.120). Torna-se imprescindível estudar o espaço urbano e os sujeitos que o compõem, reconhecendo nele o poder simbólico no qual estão impregnados os processos que o constituem.

O entendimento das representações sociais como pensamento condicionador de ações e de formas espaciais conduz ao entendimento das novas práticas espaciais elaboradas pela sociedade, que se estabelecem a partir de processos históricos contemporâneos. Observa-se que as representações da

moradia e da Natureza se transformam em valores mercantilizáveis e “fetichizados”, condicionando novas lógicas de produção para a cidade. Criam-se ideologias e símbolos que norteiam uma nova lógica de produzir e de compreender a cidade e as práticas de planejamento, exaltando em torno desses ideais valores como a segurança, a qualidade de vida, o “verde”, o *status* social que se efetiva a partir de qualitativos relacionados à moradia.

Pensando as cidades como sendo produtos de representações sociais do espaço urbano, compreende-se que a população, ao interiorizar as regras de uso e as normas que norteiam e produzem a cidade, reage de modo a recriar estratégias, como forma de se ajustar a realidade, buscando criar a sua própria identidade urbana. Perspectiva apontada por Alba (2006), no caso da cidade do México, onde ela demonstra como a população, ao interiorizar os diferentes espaços urbanos, desenvolve estratégias para afrontar-se aos espaços sobrecarregados de gente.

Em Brasília, o embate se dá entre a cidade modernista planejada e a sociedade pós-moderna, que captura elementos e materializa conteúdos que correspondem a um momento de transformações na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais, como explicita Harvey (2006).

Para Alba (2006), a identidade de um lugar se transforma diante das mudanças ocorridas ao longo da vida pessoal ou da vida social, ambiental e cultural dos grupos e coletividades. É, portanto, a inserção de novos grupos a um meio social distinto do original, a mudança na esfera ambiental - como a mudança de casa -, a reestruturação de seu espaço residencial para um novo bairro, uma nova cidade e até mesmo a mudança de valores e costumes de uma população que norteariam a constituição de identidades urbanas.

A diversidade de valores estrutura estratégias de uso e produção distintas na cidade, já que:

AL interiorizar las reglas de uso de los diferentes espacios urbanos, el ciudadano desarrolla una serie de estrategias para afrontar los espacios sobrecargados de gente, de estímulos, de peligros y de atractivos (ALBA, 2006, p. 674).

Determinada lógica de reconhecimento do espaço urbano tem condicionado novas práticas sócio-espaciais que corresponderiam à identidade urbana, criada segundo desejos e possibilidades de realização dos agentes produtores da cidade. Considera-se o próprio “espaço urbano modernista” de Brasília como um aspecto relevante para a compreensão da identidade dessa cidade já que, constituído de uma rigidez territorial e política, o espaço urbano modernista contribuiu para o desencadeamento de conflitos com a sociabilidade apresentada pela sociedade contemporânea. O espaço urbano entendido como o conjunto de normas, regras e políticas urbanas sustentadas pela rigidez modernista das grandes avenidas e das super quadras, compõe o conjunto de elementos que estruturaram a elaboração de representações do espaço urbano da Capital Federal. O estilo de vida da população também participa da elaboração da identidade urbana, assim as práticas sócio-espaciais caracterizam padrões sociais, identidades urbanas condicionadas por estilos de vida específicos.

A seguir serão discutidos elementos do passado e presente que contribuíram para a configuração dos condomínios de classe média irregulares de Brasília.

CAPÍTULO 2. A CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES: DA CIDADE IDEAL À CIDADE PÓS-MODERNA

O objetivo deste capítulo é discutir de que forma a cidade tida como modelo e símbolo do modernismo sofreu “mutações” que a modelam como mais uma metrópole pós-moderna. Observa-se que a funcionalidade e o modelo “ideal” de planejamento dirigido pelo Estado deu lugar a ações de diversos agentes, tanto públicos como privados, que de modo paralelo passaram a produzir a cidade “real”. Como resultado, são estruturados espaços fragmentados sócio-ambientalmente, cujas contradições estão sustentadas em discursos que se referem às expectativas da população. Os indícios cristalizam o embate entre a concepção modernista e pós-modernista de cidade, que se diferenciam desde a sua concepção e forma, até o estabelecimento do urbano como processo.

2.1. Brasília: a Cidade Planejada

A realidade urbana da capital federal brasileira é resultado de processos históricos, cujos rebatimentos transpassam o passado e o presente em um único movimento de reprodução da cidade, como já foi mencionado. A construção da nova capital no Planalto Central pertenceu aos mais antigos ideários nacionais, apresentando-se com um forte apelo ideológico. O estudo para a transferência da capital para o interior do país foi organizado por Floriano Peixoto, em 1894, quando confiou ao doutor Luís Cruls o objetivo de demarcar a área reservada para o Distrito Federal.

Esse ideal foi lembrado em duas constituições brasileiras, a de 1891, que indicava a área a ser ocupada e determinava a mudança da capital do país, e na de 1946. No entanto, apenas em 1º de setembro de 1956, Juscelino Kubitschek de

Oliveira sancionou a lei que determinava a construção da nova capital (OLIVEIRA, 2000).

Para a construção de Brasília foi realizado um concurso para a escolha do projeto urbanístico da cidade. O vencedor foi Lúcio Costa, com um projeto modernista audacioso, baseado na linha urbanística de Le Corbusier, arquiteto suíço. O projeto previa reforçar o espaço social, além de organizar fisicamente o núcleo urbano com comércio, habitações, locais de trabalho e lazer setorizados. Os projetos modernistas tendem a eliminar as ruas tradicionais, e a malha urbana compacta é moldada por construções soltas, com a criação de equipamentos de uso coletivo, com serviços dispostos de maneira setorizada, com amplas avenidas para a circulação de carros, estabelecendo um espaço urbano composto pela monumentalidade e gigantismo (ABUHAMAD, 2002). Para a concretização do projeto modernista, é importante o planejamento e, assim, Brasília sempre esteve relacionada à ideia de plano e controle do espaço urbano.

Desde sua concepção, a preocupação foi sempre a efetivação de um processo de ocupação ordenado e eficaz do território. A sua constituição esteve relacionada ao ideal desenvolvimentista, centrado em um projeto político e econômico que buscava integrar novas áreas ao centro do capitalismo nacional, localizado na Região Sudeste, e promover o desenvolvimento e expansão do país. Nesse sentido, a arquitetura modernista da Capital passou a incorporar simbolicamente a ideologia do Estado, respaldando as propostas de alteração da imagem de cidade do mundo subdesenvolvido, agregando valores progressistas e inovadores à nova capital. Seria pensar que:

em nome do progresso, os espaços urbanos estavam perdendo a sua identidade, transformando-se em conglomerados de viadutos, auto-estradas, estacionamentos, arranha-céus, conjuntos habitacionais padronizados (ABUHAMAD, 2002, p. 9).

Desde a escolha do sítio até a execução e administração da obra, a capital esteve sobre o controle do Estado forte e soberano, que se estabeleceu como:

[...] planejador, promotor, construtor, financiador e proprietário do solo urbano e rural, diferenciando a ocupação territorial do Distrito

Federal, em alguns aspectos de gestão do território, das demais cidades brasileiras (SILVEIRA, 1999, p. 147).

A ideia era fazer com que Brasília se distanciasse das demais cidades brasileiras, sem reproduzir as contradições e estratificações sociais comuns ao espaço urbano brasileiro. Por isso, o conceito de superquadras tenderia a estabelecer novos valores e hábitos sociais. Seria instaurada a mudança forçada de valores e das relações sociais, por meio de uma concepção arquitetônica. Segundo as proposições de Juscelino:

[...] Brasília não seria um centro urbano nos padrões convencionais, mas uma realidade diferente. Seria uma cidade vazada numa concepção nova, quer no que dizia respeito às intenções que nortearam sua localização, quer em relação ao significado socioeconômico que deveria refletir-se no contexto urbanístico que lhe comporia a imagem (OLIVEIRA, 2000, p. 62).

Holston (1993), ao se referir ao modelo de planejamento da nova capital, destaca que as técnicas arquitetônicas seriam responsáveis pelo desenho de uma nova sociedade baseada na igualdade de direitos e na acessibilidade aos serviços. A imagem que se estabelecia da cidade era de “[...] uma inovação em todas as áreas de desenvolvimento, de engenharia viária, moradia, (...) educação, serviços médicos, técnicas de planejamento governamental” (HOLSTON, 1993, p. 91). A singularidade de Brasília esteve, portanto, concebida de maneira que todas as esferas da vida urbana girassem em torno de um único ideal, relacionando a nova capital a uma nova vida para a sociedade brasileira. Por isso, a cidade deveria imprimir novas características sociais e econômicas, deveria conduzir um novo tempo, o do progresso e da soberania (OLIVEIRA, 2000).

Esses ideais representavam o sentimento que Kubitschek detinha com relação ao que deveria representar a cidade:

Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo. Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrevelado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes que

ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro (OLIVEIRA, 2000, p. 72).

Com isso, no plano piloto da nova capital, elaborado por Lúcio Costa, “[...] estaria contida toda a movimentação, ideias e ideologias do período nacionalista e desenvolvimentista do período Juscelino Kubitschek” (PELUSO, 2003, p. 8). Observa-se que valores simbólicos estiveram presentes desde a sua concepção. No entanto, a cidade planejada, símbolo de um novo tempo, o novo eldorado brasileiro, logo adquiriu características contrárias àquilo que efetivamente foi idealizado como imagem da cidade modelo.

Assim, o processo de constituição da nova capital deve ser compreendido pelas contradições e tensões dos diversos agentes, que aos poucos foram dissolvendo a imagem estabelecida pelos planejadores e legitimando representações sociais e práticas sócio-espaciais contraditórias.

2.2. As duas cidades: as representações da Cidade ideal e a Cidade real

A compreensão das representações sociais como um dos fatores determinantes da problemática urbano-ambiental em Brasília passa pelo entendimento daquilo que um dia foi idealizado, e àquilo que hoje efetivamente se revelou na cidade. O projeto modernista de Lúcio Costa visava uma cidade detentora de funções pré-estabelecidas para cada quadra, cujo principal objetivo era manter a qualidade de vida e o projeto arquitetônico original da cidade. Posteriormente, quando o limite de aproximadamente 500.000 habitantes, por volta do ano 2000, fosse atingido, seriam construídas as cidades satélites para alojar os novos moradores.

O Estado seria o detentor das terras no Distrito Federal. Só a ele competiria planejar, lotear e vender terras, fato que também promoveu, de alguma forma, disfunções na configuração da cidade planejada, como será visto mais adiante. O

objetivo era de que a cidade crescesse de maneira racional, já que foi pensada para abrigar, como destaca Cidade (1999, p. 225), “[...] uma população selecionada na base do *status* - o funcionalismo público regular, os ocupantes de cargos eletivos e os que haviam sido recrutados para trabalhar na nova capital”.

Desse modo, Peluso (1983) indica que foram:

as disposições iniciais sobre as terras e quem deveria usufruir da nova capital, seja lucrando com sua construção, seja nela residindo, que estabeleceram toda uma série de contradições que marcariam a organização espacial do Distrito Federal, tanto dentro de seus limites legais quanto fora deles (PELUSO, 1983, p.93).

Houve, no primeiro momento da construção da nova capital, a emergência de um ideal modernista como forma de imprimir ao país um novo tempo de desenvolvimento e até de mudanças na sociabilidade da população brasileira. Assim, Brasília estaria envolta por um simbolismo que a faria um lugar livre dos problemas encontrados nas demais cidades brasileira, um lugar em que as funções de capital poderiam ser realizadas com tranquilidade. O ideal de cidade modelo, padrão de desenvolvimento urbano e social teve, na necessidade de abrigar os pioneiros que ergueram a cidade, um dos seus primeiros conflitos. Uma das questões centrais para a compreensão da realidade atual de Brasília foi que ao se conceber a “cidade ideal”, não havia lugar para o contingente populacional advindo das várias regiões do país, diferentes da população selecionada para habitá-la.

Tabela 1 – Crescimento da População do Distrito Federal – 1960 a 2000

Anos	População		Taxa de Crescimento % Anual	
	DF	Brasil	DF	Brasil
1960	141.742	70.070.457	-	3,06
1970	537.492	93.139.037	14,39	2,91
1980	1.176.908	119.011.052	8,22	2,50
1991	1.601.094	146.825.475	2,86	1,94
2000	2.051.146	169.799.170	2,82	1,64

Fonte: IBGE (2000).

Na tabela acima, pode-se observar o expressivo fluxo migratório que envolveu a constituição da nova capital entre 1960 a 2000.

Os números comprovam o intenso fluxo migratório que se relacionou à Brasília na década de 1970 e 1980, e que contribuíram para o esfacelamento da cidade planejada. Para atender à demanda por moradia, foram construídas cidades-satélites longe do núcleo central, com um nível de qualidade de vida e equipamentos públicos e de serviços inferiores, realidade que se contrapõe aos níveis de vida e de serviços do Plano Piloto³. Observa-se que a tentativa de se contrapor à realidade, na qual o país estava inserido, contribuiu para a deflagração de conflitos entre a concepção do projeto modernista e as representações sociais que as populações elaboraram da nova capital. De acordo com Peluso (2003, p. 10), “[...] a negação do Brasil tal como era fragilizou imediatamente o projeto urbano de Brasília, pois impediu a construção de instrumentos concretos e não racionalizantes”.

Diante dos intensos fluxos migratórios, a ocupação urbana de Brasília se efetivou de maneira desordenada e periférica em relação ao projeto de Lúcio Costa, pois, paralelamente, cresciam as ocupações nas cidades-satélites por uma população segregada do plano original.

Fazendo uma analogia com o Brasil daquela época, a Revista Realidade, de 1972, apresenta Brasília como representativa dos opostos regionais brasileiros, tendo o Sul e Sudeste ricos e promissores e o Norte e Nordeste pobres e esquecidos. Desse modo, Brasília também passou a hospedar duas realidades distintas “[...] a capital intrépida, a serviço do espírito, e a cidade injusta, que não zelou por todos os seus moradores” (REALIDADE, 1972, p.244).

A nova Capital durante muito tempo esteve mascarada pelo “ufanismo” que dispensava qualquer racionalidade, com isso,

[...] Brasília, durante muito tempo, escondeu-se atrás do símbolo. Enquanto na base do monumento se desenhava com rapidez um quadro desorganizado, as análises mais racionais eram sufocadas pela pujança do símbolo (REALIDADE, 1972, p.244).

Mas, pressões sobre a cidade planejada se tornaram muito fortes e, assim, somada à necessidade de abrigar os operários que construíram a cidade, os

³ O Distrito Federal conta com 15 cidades satélites.

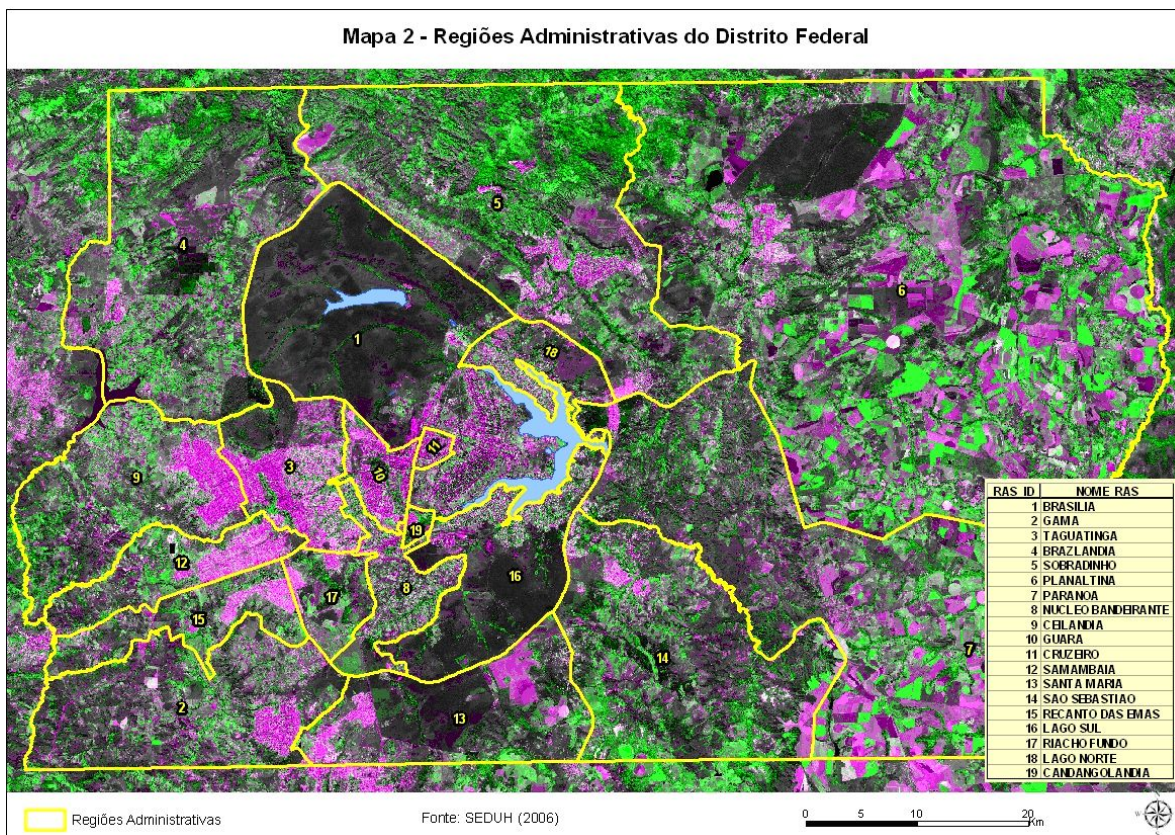
intensos fluxos migratórios que se dirigiram à capital federal desde seus primórdios, levaram ao desencadeamento de fortes tensões entre o ideal de cidade planejada e as necessidades reais da população. Dessa maneira, surgiram os primeiros indícios da influência das representações sociais, dos reflexos da imagem de cidade estabelecida pela população na efetivação de uma realidade contrária ao planejamento urbano. Para as populações de renda inferior, a cidade se apresentava como lugar de oportunidades, da mesma forma a população mais qualificada encontrou em Brasília uma possibilidade de crescimento profissional na capital terciária.

O simbolismo que envolvia a cidade passou a esfacelar em meio às expectativas da população que habitava a cidade real. Um momento importante se estabeleceu no choque dado entre o sonho de cidade ideal e a realidade brasileira naquele momento, que se manifestava com muita força na nova capital (PELUSO, 2003). Quanto à configuração de uma cidade polinucleada, Paviani (1996) aponta para o fato de que o processo representou mais uma forma de controle da cidadania pelo Estado, pois

Fragmentando a cidade, criando núcleos múltiplos, desencorajam-se pressões populares, estimula-se a ideologia da casa própria, exalta-se a beleza do bairro administrativo, tomba-se o patrimônio arquitetônico, congela-se a imagem das belas formas paisagísticas, erguem-se panteões e signos ideológicos ostentatórios (PAVIANI, 1996, p. 48).

No mapa abaixo, são destacadas as 19 regiões administrativas do Distrito Federal, mapeadas de um total de 30⁴, sendo que 15 são compostas das cidades-satélites. A mancha urbana demonstra a forma polinucleada que estabeleceu a ocupação espacial da cidade.

⁴ A Região Administrativa número 30 corresponde a Vicente Pires, criada recentemente no PDOT/2009 e publicado no Diário Oficial de 27 de Abril de 2009.



O primeiro núcleo urbano a ser implantado foi o Núcleo Bandeirante, a conhecida Cidade Livre, lugar onde se estabeleceu o comércio e as primeiras residências dos pioneiros, com sua demolição estabelecida depois da inauguração de Brasília, mas que depois de muita resistência permaneceu como cidade satélite em 1961. A partir de 1958, com o avanço das reivindicações por terras pela população de menor renda, acabou-se originando Taguatinga. Assim, sucessivamente foram criadas as cidades-satélites do Gama e de Sobradinho, ambas em 1960, como forma de abrigar as populações de acampamentos e de firmas empreiteiras. Posteriormente o Guará, em 1966, para abrigar populações de núcleos provisórios e de funcionários da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) removidos de acampamentos. Brazlândia e Planaltina, cidades goianas pré-existentes foram incorporadas como cidades-satélites. Em 1971, construiu-se

Ceilândia e, em 1981, e Samambaia. Delimitou-se, assim, um espaço urbano fragmentado sócio-espacialmente.

Paralelamente às tensões impostas na periferia da nova Capital por aqueles que não faziam parte do plano original, surgiram impasses quanto ao modelo de sociabilidade imposta à população pensada para o Plano Piloto. O modelo modernista é confrontado com o estilo de vida de uma parcela da população, cujos anseios e expectativas se relacionavam a um modelo de sociedade consumista e individualista.

A falta de políticas habitacionais gerada pelo fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, é mais um fator a ser considerado, pois, de acordo com Azevedo (1988), a desativação do BNH sem uma estratégia definida de ação trouxe dificuldades para o desempenho futuro do poder público na área habitacional. Dessa forma, foram criadas as condições para o estabelecimento de um novo mercado de terras paralelo ao projeto original que passou a incorporar aspectos relevantes para essa população.

Na tentativa de ordenar a ocupação do território, o GDF apresentou, em 1977, a proposta de um “macrozoneamento”, com a criação de eixos de expansão e de adensamentos populacionais restritos a alguns setores no Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (PEOT/DF, 1977). Apesar disso, o movimento de apropriação irregular incidu sobre as APAs⁵ vulneráveis, áreas tanto públicas como particulares, áreas onde, segundo Penna (2003, p. 60), não se completou o processo de desapropriação para a construção da nova capital, as quais não poderiam ser parceladas. O controle estatal visava preservar o projeto original, com a criação de um “cinturão verde” de preservação e usos futuros, mas, contraditoriamente, criaram-se condições para a ilegalidade, pois essas áreas foram apropriadas para a expansão irregular da cidade.

Assim, ao mesmo tempo, com o aumento do preço da terra e da demanda, as fazendas não desapropriadas foram sendo loteadas. Para Holanda, o cercamento

⁵ Cerca de 50% do território do DF é constituído por Áreas de Proteção Ambiental.

do Plano Piloto rodeado por um cinturão verde, representava uma barreira de proteção contra os assentamentos urbanos não-nobres da periferia, apresentando-se, portanto, “[...] como uma estratégia geopolítica para a manutenção do *status quo*, para o privilégio, sobretudo, de uma elite burocrática” (HOLANDA, 2000, p. 03).

Paviani (2009) aponta nessa direção quando diz que os territórios demarcados para usos futuros, conhecidos como “vazios” urbanos (terras desocupadas ou vagas), são vulneráveis aos ataques de agentes econômicos que visam lucros imediatos com terras valorizadas. Para o autor, esse processo levou ao polinucleamento urbano e adensamento populacional das cidades-satélites localizadas na periferia, bem como à valorização diferencial das terras situadas “dentro” das áreas de preservação, denominadas como reservas estratégicas.

A partir da década de 1980, houve a expansão da ocupação do “cinturão verde”, sendo que os parcelamentos eram executados ilegalmente por fazendeiros e grileiros, que pela demanda existente promoveram o parcelamento de áreas rurais. Com o processo de ocupação irregular avançado, o GDF indiretamente passou a legitimar a ilegalidade da classe média, aprovando, na década de 1990, um conjunto de leis com o objetivo de regulamentar o parcelamento irregular do solo.

Diante da dimensão e velocidade que o fenômeno adquiriu, em 1996 foi aprovado um novo rezoneamento na APA do São Bartolomeu, área de maior ocupação. Com ele foi estabelecido um uso urbano para as áreas dentro da unidade de conservação já ocupadas por loteamentos irregulares. Na revisão do Plano Diretor, PDOT/97, o Plano incorporava, em sua proposta, as Zonas Urbanas de Uso Controlado, que procuravam atender às demandas da classe média para com a questão dos condomínios irregulares. Essa tendência veio sendo seguida até a atualidade, quando são propostas normas para a regularização dos condomínios de classe média, legitimando-se, dessa maneira, a ilegalidade. Aos poucos, as pressões exercidas tanto pela população de baixa renda como pela de classe média configuraram duas cidades distintas: uma planejada segundo o ideal modernista e “outra” cidade, aquela que seguia verdadeiramente a realidade social e as expectativas da sociedade brasileira contemporânea.

Assim, tanto as populações de menor renda como as de classe média procuraram se adaptar ao projeto modernista, buscando opções que atendessem a suas necessidades socioeconômicas. No caso da classe média, seus valores passaram a condicionar a apropriação de espaços vazios, de áreas verdes, espaços que representam características da sociedade contemporânea, como a busca pelo diferencial, pelo isolamento e exclusivismo materializados por meio dos condomínios horizontais fechados de classe média.

2.3. Condomínios irregulares e a diferenciação sócio-espacial em Brasília

A análise da evolução urbana da nova capital impõe o desafio de pensar em questões que se desenvolveram paralelamente ao projeto inicial e fizeram do espaço urbano de Brasília um misto de processos contraditórios e conflituosos, que, de modo dialético, contribuíram para a configuração de tensões na cidade. O espaço urbano, como já foi afirmado, é uma totalidade, cuja produção envolve um conjunto de intencionalidades que ultrapassam o sentido apenas político e econômico, mas que é expressão também de valores representacionais dos vários momentos da sociedade. Nesse sentido, não se pode debitar apenas ao Estado a responsabilidade pela deflagração de uma cidade caótica, pois assim a sociedade seria mera expectadora da construção do espaço geográfico.

A realidade urbana atual de Brasília, com a proliferação da ilegalidade dos condomínios de classe média, é resultado de um movimento duplo de apropriação e produção da cidade realizada tanto pela omissão do Estado, como pela ação da própria sociedade. Tomando a cidade como uma construção de valores sociais, políticos e culturais, considera-se que cada pessoa se organiza no espaço da cidade de acordo com suas expectativas, produzindo um estilo de vida particular.

Diante da sociedade capitalizada, criam-se novos valores que passam a ser incorporados e difundidos sob a ótica de questões relevantes e que afligem a humanidade, tais como a violência nas cidades, a problemática ambiental, a busca

por espaços individuais. Esses valores conferem à cidade uma nova lógica de produção, baseada na valorização simbólica dos espaços, na resignificação da casa, dos qualitativos ambientais, difundindo estilos de vida que reforçam o particular. Santana (1999), analisando a questão da mundialização da Natureza, pela socialização, observa que: “[...] a questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na base da sociedade de consumo” (SANTANA, 1999, p. 181). Portanto, a afirmação e disseminação da consciência ecológica induzem um gosto e uma preferência de consumo, complementa a autora.

Simmel (1979) dá indícios de como se originam atitudes individualistas diante da perspectiva de vida urbana moderna. O alto grau de liberdade que a cidade moderna proporcionou, devido à complexa divisão social do trabalho, os homens se vêem obrigados a adotar medidas de reserva como atitudes de autopreservação, tornando-se objetivos e frios. O rigor imposto pelo lucro cria um indivíduo de “atitude blasé”, como forma de se proteger dos estímulos da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que evita e tolera os extremos, o novo e o exótico. Como respostas, surgem atitudes individualistas como meios de se sobrepôr aos demais indivíduos, criando-se a necessidade de diferenciação.

O projeto modernista de Brasília favoreceu o desenvolvimento de práticas individualistas. O projeto modernista se opõe às necessidades da população de classe média e alta definida para ocupar o Plano Piloto, na medida em que padroniza as construções e sugere áreas de uso comum, anulando as ruas e os espaços públicos, transformando-os em grandes avenidas e estacionamentos. De maneira contraditória, o projeto modernista fortalece o individualismo enquanto impõe equipamentos de uso coletivo, trazendo tensões à nova sociabilidade modernista proposta. Dessa forma, há a desvalorização dos espaços públicos e proliferam espaços privados com uso restrito ou exclusivo às classes de maior poder aquisitivo, como é o caso dos condomínios horizontais fechados.

O espaço urbano de Brasília constitui-se também como gerador de práticas isolacionistas, na medida em que a ideia da socialização intraquadras se choca com a perspectiva do indivíduo urbano contemporâneo propenso a práticas exclusivistas

e de reserva. Holston (1993) apresenta a hipótese de que há um choque entre a realidade vivida pelos moradores e as especificidades do modelo modernista, ao escrever que:

É pura ilusão do plano da cidade considerar, como fazem muitas vezes os planejadores, que vastos espaços abertos ficam 'liberados' com o planejamento anti-ruas para se tornarem um ambiente de atividades sociais. Na verdade, boa parte do espaço aberto do plano consiste em vias expressas e estacionamentos (...)

Em segundo lugar, e mais importante, os espaços abertos acessíveis de Brasília como as áreas verdes das superquadras não são usados porque os brasilienses do Plano Piloto não mais se vêem como participantes de um âmbito público da vida social ao ar livre: para eles, esse âmbito foi eliminado juntamente com o sistema de espaços públicos da rua que o materializava em outras cidades brasileiras. O que restou não é exatamente um espaço privado – que sempre existiu nas cidades – mas um novo e generalizado traço urbano que podemos chamar de espaço de elite: o espaço restringido, pelo projeto e pela organização, a setores privilegiados da sociedade, ou seja, para quaisquer setores que tenham os privilégios exigidos pelo projeto arquitetônico para usá-lo. Em consequência, a vida social no Plano Piloto emerge quase que exclusivamente nesses dois tipos de espaço – o privado e o de elite. Nos dois casos, ademais, tendem a ser espaços fechados (...) (HOLSTON, 1993, p. 310-311).

As hipóteses de Holston caminham no mesmo sentido das críticas de David Harvey ao projeto arquitetônico modernista, para quem ele:

[...] apenas produzia impecáveis imagens de poder e de prestígio para corporações e governos conscientes da publicidade, enquanto desenvolvia projetos modernistas de habitação popular que se tornaram símbolos de alienação e desumanização (HARVEY, 2006, p. 42).

Em meio à nova urbanidade proposta pelo projeto modernista emerge uma nova sociabilidade, objetivada a partir da valorização de determinados aspectos da vida social e traduzidas pelos condomínios horizontais fechados. Ao fazer uma aproximação teórica sobre a cidade modernista e a constituição dos condomínios fechados, são detectados alguns aspectos comuns. De acordo com Caldeira (2000, p. 312), o tratamento da circulação e do comércio são bem parecidos, pois, não há calçadas, a circulação de pedestres não é estimulada, o tráfego de veículos é enfatizado, havendo portanto uma desvalorização da interação pública. Porém, o que

lhe confere destaque são as diferenças contidas em relação ao projeto modernista e que lhe atribui aspectos exclusivos, que se referem ao “uso de materiais e às formas de construção individuais” (CALDEIRA, 2000, p.312). Tais aspectos ressaltam a individualidade, a privacidade e o *status* do morador, acrescenta a autora.

O duplo movimento de produção da cidade se efetivou enquanto um processo social, estabelecido no conflito entre os interesses do Estado e de agentes imobiliários que pressionavam pela liberação de novas áreas, como expectativa da sociedade. A figura do grileiro surge como sendo responsável pela oferta de terras públicas ou privadas em parcelamentos, cujo mercado não é apenas dirigido às camadas mais baixas. Apresentou-se, portanto, a formação de um mercado de terras ilegal que de maneira considerável transformou a realidade urbana de Brasília.

A partir do choque de interesses do Estado e dos agentes privados foram instituídas uma série de conflitos de ordem social, ambiental, econômica e política. Nessa direção, Peluso indica que a propriedade privada instituiu uma nova objetivação, pois, com o meio ambiente mercantilizado,

a Natureza é instrumentalizada não só como externa, como meio ambiente, mas como recurso para a produção, recortado em riquezas naturais e seu suporte, a terra, instrumentalizada para o mercado imobiliário e para o exercício do poder (PELUSO, 2003, p.187).

A ilegalidade da classe média e alta ficou invisível por muitos anos. Na década de 1990, os loteamentos ilegais se tornaram um problema de ordem pública, já que a densidade populacional havia crescido muito, revelando novas formas de uso e apropriação da cidade. Para se ter uma ideia da evolução dos loteamentos neste período, em 1985 eles somavam um total de 150 loteamentos, em 1989 passaram a ser 177 e, em 1992, atingiram o número de 200, chegando em 1995 a 529 loteamentos clandestinos⁶ (MALAGUTTI, 1996, p. 57).

A tabela abaixo demonstra a dimensão da ilegalidade urbana por classes de renda:

⁶ Loteamentos implantados sem a devida aprovação ambiental ou urbanística.

Tabela 2 – Situação dos Parcelamentos Urbanos Informais Implantados no Distrito Federal ⁷

Descrição	Quantidade	Percentual
Parcelamentos de Baixa Renda	191	60%
Parcelamentos de Média Renda	119	38%
Parcelamentos de Alta Renda	7	2%
Total	317	100%

Fonte: SEDUH (2006).

O crescimento da ilegalidade urbana da classe média demonstrada acima, se deve também à valorização de qualitativos ambientais encontrados nas APAs. Compreende-se que com as mudanças no padrão de moradia lançado à periferia, também se alteram as condições para o seu uso. O fato é que se criou uma nova demanda, relacionada a valores como a proximidade do “verde”, à satisfação do morar em uma casa, à segurança e à qualidade de vida encontrada nos condomínios horizontais fechados. Essas novas formas espaciais são reconhecidas como objeto de desejo e *status* social, na medida em que materializam os anseios de uma sociedade detentora de recursos e desejosa do distinto, do particular. Os condomínios privados se tornaram um mercado lucrativo, que mesmo envolto pela ilegalidade, atrai, pela sua beleza natural, pela localização e pela facilidade na compra.

Caldeira (2000, p. 265), confirma essa tendência. Para ela, os condomínios fechados representariam a versão ideal de um “novo conceito de moradia” que relacionaria cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. O verde passa a ser reconhecido como um aspecto importante, na medida em que os bens naturais são classificados enquanto “novas raridades”. A partir disso, constata-se, de acordo com Santana (1999), que:

Os “bens naturais” tornados “novas raridades” são objetos de uso corrente e a condição de ser raro atribui a ele o valor de troca, por conseguinte são passíveis de serem convertidos em mercadorias (SANTANA, 1999, p. 179).

⁷ Baixa renda - população com renda de 0 a 5 salários mínimos;
Média renda - população com renda maior que 5 a 20 salários mínimos e
Alta renda - população com renda maior que 20 salários mínimos (SEDUH, 2006).

Milton Santos, em seu artigo sobre a “Redescoberta da Natureza”, assinala que “[...] quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural” (SANTOS, 1992, p.96).

Essa tendência já foi verificada anteriormente, no estudo dos condomínios horizontais fechados em Londrina-PR (BORTOLO, 2006), onde a cidade passou nos últimos anos por intensas modificações na malha urbana, sobretudo pelo surgimento dessa nova modalidade residencial. Observa-se que partir da apropriação estética do “verde”, das reservas ambientais e de qualitativos ambientais como forma de agregar valor a uma propriedade privada (condomínios fechados), cria-se:

[...] a diferenciação espacial do “verde” na cidade, dada a partir de uma diferenciação social, no sentido de que se determina um padrão de vida urbana, com o estabelecimento do público alvo, seguindo leis de mercado, potencializando as estratégias imobiliárias (BORTOLO, 2006. p.91).

Contudo, a realidade dos condomínios em Brasília se apresenta de modo bem peculiar, haja vista que aqui a maioria dos empreendimentos está envolto em questões alarmantes, como a falta de planejamento urbanístico, ambiental e até mesmo social para a sua alocação. Com a valorização desses elementos, estrutura-se uma série de estratégias políticas e econômicas instauradas pelos diferentes agentes, a fim de produzir a ilegalidade, agora camuflada pelo discurso subjetivo, cujo objetivo é dinamizar um novo mercado de terras para uma parcela da população.

Porém, na medida em que são instituídos os zoneamentos ambientais pelo Plano de Ordenamento Territorial (PDOT/1996), têm-se os espaços públicos de preservação ambiental transformados em “espaços políticos”, já que são tomadas decisões de uso e ocupação a partir das estratégias econômicas e políticas, como aponta Penna (2003, p. 65). Assim, a gestão do território passa a incorporar projetos eleitorais e imobiliários, configurando, como aponta Peluso (2003), um período de

intensos conflitos pela retirada e invasões de novas áreas, com as pressões da classe média.

Dessa forma, os novos valores agregados aos lotes, tanto econômicos como subjetivos, passam a objetivar o surgimento de empreendimentos, cujo destaque está na valorização do diferencial, havendo a perda do domínio estatal sobre os parcelamentos em Brasília. A somatória de todos esses fatores constituiu o cenário propício para o estabelecimento da realidade urbana atual de Brasília, uma paisagem urbana composta por espaços diferenciais que expressam com intensidade as contradições de uma cidade “planejada”.

A configuração físico-social dos condomínios transforma-se em estratégia mercadológica impressa na paisagem urbana, a partir da ação de diferentes agentes da construção da cidade, tanto públicos como privados, passando pela compreensão das APAs como áreas de beleza natural, composta por qualitativos ambientais exaltados por uma classe social de maior poder aquisitivo. As representações vinculadas aos condomínios passaram então a condicionar o surgimento de um mercado de terras ilegais dinâmico, que vai atender às demandas e aos anseios de uma população que identifica os aspectos ambientais como mercadorias importantes para sua vida.

Assim, as práticas sociais ilegais concretizadas pelo grupo social de renda média têm muito a haver com a ideia de *habitus* apresentada por Bourdieu (2003). Para ele, cada classe de posições corresponde a uma classe de gostos, a um conjunto de escolhas, de bens e de práticas de pessoas. Os *habitus* são geradores de práticas distintas, o que reforça a ideia de que os novos valores elaborados pela sociedade pós-moderna têm condicionado a emergência de formas espaciais distintas e conseqüentemente forçado novas lógicas de reconhecimento. Compreende-se que:

[...] o *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez estas são produzidas por uma condição objetivamente observável (BOURDIEU, 2008, p. 96).

Conclui-se que as práticas são indissociáveis das classes de *habitus*, pois as práticas estão ligadas a estilos de vida, aos valores simbólicos e representações sociais de uma classe de agentes. Os *habitus* são “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 2003, P. 22). O espaço social é resultado da ação de diferentes classes de *habitus*, por isso, entende-se que:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilos (BOURDIEU, 2003, p. 21).

A cidade ilegal surge como resposta às expectativas da população, que legitima e condiciona uma nova lógica de produção da cidade. A preocupação ambiental parece se ligar aos anseios e às possibilidades criadas com a moradia próxima de áreas com paisagem natural “exclusiva” e de ótima localização. Conclui-se que, “as representações sociais da terra como objeto a ser conquistado e incorporado ao patrimônio delinearão a ocupação territorial de Brasília [...] (PELUSO, 2003, p.20).

Portanto, desde a sua origem, sempre houve conflitos e contradições em meio ao estabelecimento da capital federal como cidade planejada. Aos poucos a imagem da nova capital transcende os valores dos planejadores e suas visões da cidade, expressando com mais força as necessidades reais de uma população que, ao se projetar na cidade, imprimiu uma nova lógica de produção a ela, àquela estabelecida a partir de suas expectativas.

CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ILEGALIDADE

Os condomínios irregulares de classe média se mostram como novas formas simbólicas, resultado de representações que se materializam no espaço urbano. A valorização simbólica dada aos condomínios tem condicionado e legitimado esses empreendimentos em Brasília, o que sugere que ideologias e expectativas sociais produzem novos espaços. Essas novas formas espaciais têm crescido rapidamente sob a ótica da terceira revolução industrial, cujas características peculiares se utilizam de espaços geográficos de distintas formas, como apontado por Spósito (1999). As espacialidades referidas pela autora fazem parte de uma das extensões do processo de acumulação capitalista, apropriando-se de espaços urbanos, requalificando-os, dando novos sentidos e novos estilos de morar.

Diante disso, novas perspectivas para a esfera econômica, política, social e cultural são reconhecidas. Dentre elas, destaca-se a ampliação da esfera do consumo e também de estilos de vida e hábitos como lazer, esporte:

A mobilização da moda em mercados de massa (...) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte) [...] (HARVEY, 2006, p.258).

Como aponta Harvey (2006), as mudanças apresentadas têm sua influência direta na maneira de pensar, de sentir e de agir. Assim, tem-se a ênfase na efemeridade de valores, a instantaneidade da moda, das ideologias e práticas estabelecidas. A descartabilidade traz consigo o fim do apego aos lugares, às pessoas, aos estilos de vida e ao modo de agir e ser (HARVEY, 2006, p.258). Essas maneiras de ser agir e pensar levam as pessoas a se adaptarem às novidades e perspectivas da sociedade contemporânea. Observa-se a produção e manipulação de gostos, valores e símbolos que:

[...] constitui em si mesmo um aspecto importante da condição pós-moderna, aspecto que precisa ser considerado de vários ângulos

distintos. Para começar, a publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo (HARVEY, 2006, p. 259).

Por isso, as imagens adquirem um papel fundamental na elaboração de valores subjetivos e de sentidos, que caracterizam as diferentes esferas da sociedade contemporânea, ligadas não somente à marca, ao produto, mas também relacionadas às diversas situações e circunstâncias. Na opinião de Harvey, indicam a ideia de “respeitabilidade”, “qualidade”, “prestígio”, “confiabilidade”, “inovação”:

[...] os sistemas de produção e comercialização de imagens (tal como os mercados da terra, dos bens públicos ou da força de trabalho) de fato exigem algumas características especiais que precisam ser consideradas. O tempo de giro de consumo de certas imagens com certeza pode bem curto (perto do ideal do “pisar de olhos” que Marx viu como ótimo da perspectiva da circulação do capital). Do mesmo modo, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço (HARVEY, 2006, p. 260).

Para Harvey (2006, p.290), essas são características da sociedade pós-moderna, sendo sustentada por imagens, por respostas estéticas, pela efemeridade, características que são incorporadas à casa e aos condomínios de classe média irregulares de Brasília. A casa passa a ser compreendida como sinônimo de poder, *status* social, já que representa uma nova condição social e material.

É com a chamada “crise da cidade” que os condomínios despontam como alternativa para uma população que vê no “caos urbano” uma justificativa para mudar para um condomínio, mesmo que ele seja irregular. Para ALBA (2006), a configuração das “cidades monstros” seria um provocador de novas práticas urbanas, na medida em que as cidades passam a representar lugares de violência, perigos ambientais com a poluição, a escassez de água e o aumento da desigualdade social, a identidade urbana também se altera.

Todos esses medos contemporâneos incentivam a sociedade a buscar lugares mais seguros, a “[...] aspirar a um mundo melhor, ou pelo menos mais seguro, quer no passado, quer num distante lugar protegido” (TUAN, 2005, p. 333).

São, portanto, criadas identidades urbanas cujos valores buscam o distanciamento da realidade caótica que as cidades contemporâneas têm vivido, tanto do ponto de vista ambiental como social. Por isso a configuração da cidade como um lugar inóspito alavancou a constituição dos condomínios horizontais fechados de classe média.

De acordo com Caldeira (2000), os condomínios fechados “[...] estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas da classe média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer” (CALDEIRA, 2000, p.258). Essas novas formas de morada se transformaram em espaços de prestígio social, já que valorizam a propriedade privada e os qualitativos como a segurança, a proximidade de áreas verdes, ao mesmo tempo em que desvaloriza os espaços de uso público. São reconhecidos como espaços socialmente homogêneos, o que lhe confere *status*, pois “ a construção de símbolos de *status* é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distâncias e desigualdades sociais ” (CALDEIRA, 2000, p. 259).

A moradia passa a cristalizar sistemas simbólicos que se estruturam por meio de representações elaboradas da cidade. A insegurança vivida nas cidades, o ambiente urbano caótico estariam justificando a configuração desse novo modelo de empreendimento. Segundo Tuan (2005), o ambiente caótico das cidades se apresenta de maneira contraditória à sua função histórica, já que foi:

Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça a vida e mutila as pessoas (TUAN, 2005, p. 233-234).

A preocupação com o barulho produzido na cidade não é algo recente, pois desde os tempos antigos esse problema se apresentou como algo que aflige os moradores da cidade. Destaca-se que na “[...] Paris do século XVIII, o barulho das carruagens e vendedores tornava o repouso quase impossível, exceto em noite alta” (TUAN, 2005, 236).

O sentimento de insegurança é outro aspecto relevante das cidades modernas. Se no passado o medo se relacionava ao ambiente físico, às catástrofes naturais, ao medo do fogo que assolava tanto ricos como pobres, hoje o medo é outro. O medo do “outro” passa a conduzir novas estratégias de proteção e controle das pessoas na cidade. A cidade constituída por um ambiente heterogêneo do ponto de vista social, econômico e cultural apresenta as condições básicas para o conflito.

Tuan (2005) destaca alguns temas que poderiam representar ameaça à sociedade atual. Seriam os:

[...] conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é, a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres, como uma fonte potencial de corrupção moral e doenças; e medo dos imigrantes pobre (TUAN, 2005, 251-252).

Por tudo isso, estabelece-se uma relação topofóbica⁸ pela sociedade contemporânea para com a cidade moderna (TUAN, 1980). A cidade passa a ser compreendida como uma “Selva”, ao se referir ao ambiente físico e social encontrado nas ruas (TUAN, 2005). É a compreensão dos fatores condicionantes da violência, sendo tanto fatores subjetivos e objetivos que compõem o conjunto de elementos que criam a sensação de insegurança, o que implica considerar o contexto em que estão inseridos, pois:

[...] precisam ser vistos no contexto urbano da sociedade de consumo, da destruição dos laços comunitários pelo tráfico de drogas, da ausência de canais institucionais para solução de conflitos, da socialização em uma cultura que valoriza determinados objetos de consumo como símbolo de distinção e poder, e da reprodução cotidiana de relações sociais autoritárias entre os agentes do Estado e a população-alvo da vigilância (BELLI, 2002, p.234-235).

Todos os elementos destacados reforçam a configuração dos condomínios horizontais fechados, sendo a sua prática legitimada no momento em que:

⁸ Sentimento de medo e repulsa ao lugar ou ambiente físico.

A aquisição de imagem (por meio da compra de um sistema de signos como roupas de grife e o carro da moda, da casa idealizada) se torna um elemento singularmente importante na auto-apresentação nos mercados de trabalho e, por extensão, passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado na vida (HARVEY, 2006, p. 260).

Tem-se, portanto, a supervalorização do capital simbólico, da moda e da qualidade de vida urbana, criando um mundo “abarroto de ilusão, de fantasia, e de fingimento” (HARVEY, 2006, p. 300).

Como capital simbólico compreende-se:

[...] uma propriedade qualquer - força física, riqueza, valor guerreiro – que percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica (BOURDIEU, 2003, p. 170).

Os condomínios irregulares de classe média se apresentam como a materialização de um ato simbólico condicionado por expectativas coletivas, de crenças socialmente produzidas. As crenças relacionadas fazem parte de um processo de socialização que permite produzir agentes dotados de esquemas de percepção, que lhes fazem perceber e obedecer às ordens apresentadas em discursos e situações (Bourdieu, 2003). Contudo, o autor lembra que as crenças e ordens não são explícitas, sendo, portanto, expectativas e valores promovidos e aceitos de maneira invisível.

Para Berger e Luckmann (1995, p. 127), a legitimação produz novos significados, ou seja, “[...] torna objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações que foram institucionalizadas”. Observa-se que a legitimação dá validade cognoscitiva aos significados objetivados, justificando as práticas estabelecidas. Por isso, os autores lembram que a legitimação não é apenas uma questão de valores, já que implica também um grau de conhecimento sobre o ato simbólico. Desse modo:

A legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são.

Em outras palavras, o “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições (BERGER e LUCKMANN, 1995, p. 129).

Para que essa relação simbólica se concretize, é preciso que haja toda uma estrutura mental que reconheça esses elementos, é preciso, “[...] que exista um mercado para as ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 169).

A existência de um mercado de terras ilegais se liga às expectativas das pessoas que reconhecem e legitimam a ocupação ilegal, tendo como premissa a certeza da legalização futura. As ações ilegais se relacionam diretamente às características da sociedade contemporânea, já que o caráter efêmero e instantâneo que a mercadoria adquire faz de um ato ilícito uma atividade geradora de recompensas econômicas e também sentimentais. Há o conhecimento do ato ilegal, no entanto a existência de mecanismos simbólicos reforça essas práticas, sustentadas nos discursos subjetivos da propriedade da casa, da fuga do aluguel, da proximidade do “verde” e da segurança. Esses são todos desejos que têm no padrão habitacional da cidade uma barreira econômica, social e também subjetiva para os anseios da classe média.

Bourdieu (2003) faz um alerta sobre as diferenças contidas nas práticas sociais. Para ele:

o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem (BOURDIEU, 2003, P. 22).

Wirth (1979, p. 103) sugere que o contato físico estreito de numerosos indivíduos produz necessariamente a mudança nos meios de se orientar no urbano. Uma das características destacadas, por Simmel (1979), do espaço urbano é a diferenciação social e espacial que seguem determinados critérios pré-estabelecidos pela sociedade. A densidade de valores como os estéticos, os qualitativos ambientais, o nível social tem promovido a constituição de áreas da cidade específicas para determinadas camadas sociais (WIRTH, 1979). Para o autor, são as

características sociais, étnicas, o *status* social, de renda, os costumes, os hábitos, preferências que selecionam uma população a ocupar locais distintos. Essas características:

[...] tendem, portanto a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em que sejam antagônicos. Do mesmo modo, pessoas de *status* e necessidades homogêneos, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área (WIRTH, 1979, p. 103).

Compreende-se a cidade como um mosaico de ambientes e tipos sociais, sendo, portanto, o espaço de múltiplas representações, resultado de comportamentos individuais e coletivos que demonstram aspectos inconfundíveis do indivíduo urbano.

Os condomínios irregulares de classe média surgem como representações socialmente estruturadas, ou seja, a ilegalidade da classe média se estabelece como um “fenômeno significativo”, compreendidos como “bens simbólicos”. Bourdieu (2003) aponta que para a produção dos bens simbólicos:

[...] é preciso que ela seja sustentada por toda uma estrutura social, logo, pelas estruturas mentais e disposições produzidas por essa estrutura social: é preciso que exista um mercado para as ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com frequência convertíveis em lucros materiais [...] (BOURDIEU, 2003, p.169)

É ilegal! As pessoas o reconhecem como sendo, no entanto as perspectivas de futura regularização e da conversão dos valores investidos na compra em um grande negócio, incentivam e levam à propagação dessa modalidade imobiliária. Portanto, as condições sociais são também responsáveis pela valorização subjetiva, pois a “fuga” do aluguel, somado a todos os qualitativos ambientais diagnosticados, objetiva o ato ilegal.

É que, por meio de informações, opiniões acerca da moradia, são estabelecidos comportamentos dissonantes do planejamento imposto à cidade e à própria ideia de legalidade. Para Festinger (1975), esses comportamentos podem ser

compreendidos pela teoria da “Dissonância Cognitiva”. Para o autor, a existência de relações discordantes entre cognições é um fator que motiva a dissonância. Justifica-se por aí o fato de um sujeito realizar algo que não se liga às opiniões e conhecimento por ela defendidos. Segundo Festinger (1975), a existência de dissonância é uma condição cotidiana, podendo ocorrer “[...] quando duas ou mais crenças ou valores estabelecidos, todos pertinentes à área da cognição em questão, se revelam incompatíveis” (FESTINGER, 1975, p. 16).

Diante desse fenômeno urbano, ressalta-se o poder que a valorização simbólica detém na elaboração de representações sociais, cujo instrumento principal é a mídia e os meios de comunicação em massa. Dentro da perspectiva da cidade pós-moderna, destacam-se o caráter ideológico e cultural, principalmente com a emergência de novos gostos e valores mercantilizáveis. São responsáveis por essa revalorização a mídia, a publicidade e a ampliação do uso da televisão. Segundo Harvey (2006), a televisão é responsável pela promoção de uma cultura do consumismo, pois aos produtos são integradas as expectativas individuais e estéticas que estabelecem um novo mercado cultural. Outra característica é:

[...] a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista (HARVEY, 2006, p. 64).

Tais valores subjetivos podem ser entendidos enquanto uma relação topofílica⁹, estabelecida entre as pessoas com o meio material oferecido pelos condomínios (Tuan, 1980). A esta relação topofílica se atribui o conhecimento de que os condomínios horizontais são hoje o melhor lugar para se habitar, sensações desencadeadas muitas vezes pelas amenidades encontradas, principalmente pelas áreas verdes.

Segundo Tuan (1980):

⁹ Refere-se aos laços afetivos criados pelos seres humanos para com o meio ambiente material (TUAN, 1980, p. 107).

Certos ambientes naturais têm figurado de maneira proeminente os sonhos da humanidade de um mundo ideal: a floresta, a praia, o vale e a ilha. A construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real. A geografia fornece necessariamente o conteúdo do sentimento topofílico. Os paraísos têm uma certa semelhança familiar porque os excessos da geografia (muito quente ou muito frio, muito úmido ou muito seco) são removidos. Em todos eles abundam as plantas e animais úteis e amigos do homem (TUAN, 1980, p.286).

Assim, “[...] os espaços são comercializados por sua simbologia e são percebidos não pelo que realmente são, mas pela imagem simbólica que lhe fora atribuída no Marketing” (DACANAL, 2004, p. 84). A “explosão” dos condomínios irregulares enquanto novas formas de se morar em Brasília, demonstram o quanto a produção da cidade é uma construção social, cheia de intencionalidades, aos quais se somam os interesses políticos, sociais e culturais dos agentes envolvidos. Os procedimentos metodológicos a seguir buscarão detectar as representações da classe média para com a questão da moradia, da ilegalidade urbana e da importância do “verde”.

CAPÍTULO 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo da pesquisa apresenta os procedimentos utilizados na pesquisa, visando levantar as representações sociais da moradia e da questão fundiária estabelecidas pela classe média. Com a utilização do ALCESTE, foi possível identificar a organização do discurso dos sujeitos, colocando em evidência os “mundos lexicais” que envolvem as representações dos moradores.

4.1. Caracterização Geral

Inicialmente, será feita uma distinção entre os tipos de condomínio que serão objeto de pesquisa. No presente trabalho, o termo condomínios irregulares diz respeito aos condomínios em fase de regularização, que estão em terras públicas ou privadas, aguardando as licenças urbanas e ambientais prévias ou em processo de regularização fundiária. Já como ilegal, considerar-se-ão as ações realizadas pelos diversos agentes e que estão em desacordo com a legislação urbana e ambiental vigente. O “verde”, do ponto de vista conceitual, significa a presença de amenidades, como resquícios de matas ou de ambientes considerados agradáveis, sejam construídos, parcialmente construídos ou modificados pelo paisagismo para atender às aspirações dos residentes, denotado como um dos indicadores da qualidade de vida. A opção do significado da expressão “verde” está fundamentada, também no imaginário da população residente nos condomínios horizontais fechados, que a utilizam nesse sentido.

Para compreender o processo de elaboração das representações sociais de sujeito, foi necessária uma coleta de dados com entrevistas semidiretivas, caracterizadas como entrevistas episódicas (Flick, 2008), e de um levantamento

sobre o contexto social dos sujeitos. A escolha da metodologia esteve diretamente ligada à dificuldade de acesso das informações sobre o objeto em estudo, pois é um tema que tem gerado muitas discussões, configurando-se quase como um tema “proibido”.

As entrevistas episódicas combinam, em sua estrutura, convites para narrar acontecimentos concretos da experiência pessoal com perguntas gerais, buscando respostas mais amplas, numa tentativa de acessar o conhecimento adquirido pelo sujeito a partir da própria experiência e o conhecimento geral, não concreto, ligado à memória semântica (FLICK, 2008). Diante da dificuldade de acesso à informação, o pesquisador tem a liberdade de estruturar novas perguntas a fim de enriquecer as repostas dos entrevistados.

De acordo com Flick (2008), o principal objetivo da entrevista episódica é:

“[...] analisar o conhecimento cotidiano do entrevistado sobre um tema ou campo específico, de tal modo que nos permita comparar o conhecimento dos entrevistados de diferentes grupos sociais – isto é, como uma representação social” (FLICK, 2008, p. 118).

O conhecimento contextualizado e socialmente partilhado compreende o conhecimento que está ligado a circunstâncias concretas (tempo, espaço, pessoas, acontecimentos, situações), classificado como conhecimento episódico. Já o conhecimento abstrato, generalizado e descontextualizado de acontecimentos específicos é chamado de conhecimento semântico, sendo que os dois tipos são complementares no “mundo do conhecimento” (FLICK, 2008).

Segundo Bauer; Aarts (2008):

A análise de conteúdo pode reconstruir “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e auto-conhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações (BAUER; AARTS, 2008, p. 194).

Foi elaborado um questionário-roteiro (anexo1), cujos objetivos são pesquisar as representações sociais dos condôminos sobre a moradia, a importância dos qualitativos ambientais, da segurança e a relação com o afastar-se da cidade caótica. Buscou-se também detectar as representações criadas da cidade planejada pelos moradores, bem como a sua percepção sobre o morar em lugares irregulares e ilegais. O questionário-roteiro é composto por duas partes. Na primeira parte buscou-se levantar as variáveis independentes, que correspondem a dados sócio-econômicos e de escolaridade, sexo, profissão, número de filhos, estado civil e renda. Na segunda parte serão destacadas as representações ligadas à cidade e à ilegalidade, com o intuito de levantar os valores que objetivam a ilegalidade e como é justificado o ato ilegal pelo morador. Serão buscados também os valores ligados à casa e ao verde, tais como os significados da casa e da Natureza, visando diagnosticar os elementos que ancoram o ato ilegal e quais os valores que objetivam a prática ilegal. Procurou-se levantar informações sobre a última moradia, como o tamanho, a localização, se alugada ou própria. Também as percepções do espaço urbano de Brasília e da ilegalidade, os elementos que os trouxeram para o condomínio irregular.

O questionário-roteiro foi elaborado para ser aplicado junto aos moradores e síndicos dos condomínios, os assim chamados de “sujeitos genéricos”, pois de acordo com Spink (1993) representam a totalidade do discurso. Para ela quando “[...] devidamente contextualizados, esses sujeitos têm o poder de representar o grupo no indivíduo” (SPINK, 1993, p. 129). A representatividade garante a eficiência da pesquisa, pois por meio de uma amostragem tem-se representado uma população (BAUER; AARTS, 2008).

A aplicação dividiu-se em duas fases. Na primeira, realizou-se um questionário teste a fim de detectar possíveis incompatibilidades e necessidades perante o tema. A segunda fase foi composta pelo questionário completo e definitivo já com as alterações necessárias, sendo realizado em quatro condomínios do Setor Habitacional Jardim Botânico. Entretanto, os questionários da primeira fase não

foram descartados, pois constituem importante material para compreender as motivações dos pesquisados.

Foi observada a dificuldade de acessar os condomínios e seus moradores. Essa dificuldade relaciona-se tanto à impossibilidade de entrar nos condomínios, como também de atingir os sujeitos com questões que tratam de um tema polêmico, pois muitos têm receio de falar. Uma das estratégias adotadas foi conversar com os moradores durante as reuniões de condomínio, reuniões que tinham como tema principal as medidas apresentadas pelo governo para o condomínio.

Essa estratégia facilitou o acesso e abriu um caminho para se chegar a outros moradores que não estavam presentes, já que os sujeitos indicavam seus vizinhos. Por meio de visitas previamente agendadas, esses moradores participaram da pesquisa, abrindo as portas da sua casa. Mas mesmo com esse canal aberto, muitos se recusavam a falar sobre o assunto, alguns síndicos não permitiram a realização da pesquisa em seus condomínios. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tratadas como discursos, elas são parte fundamental do trabalho com o ALCESTE, *software* que será utilizado nesse estudo de representações sociais do espaço urbano.

A amostra casual é composta por 30 sujeitos (14 mulheres e 16 homens) casados ou com filhos, mas que fossem chefes do domicílio. Observou-se que a maioria dos sujeitos são servidores públicos com renda mensal familiar entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00¹⁰. De modo geral, os entrevistados são sujeitos que podem ser categorizados com rendimentos entre 5 a 20 salários mínimos¹¹, com idades que variaram de 27 a 70 anos, como apresentado na Tabela 3.

¹⁰ Renda Bruta familiar declarada pelos sujeitos entrevistados.

¹¹ Renda estipulada a partir do salário mínimo base 2009 equivalente à R\$465,00 reais mensais.

Tabela 3 – Perfil dos moradores entrevistados

Sujeito	Condomínio	Sexo	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Profissão	Renda Familiar
1	1	f	59	Solteira	2	Servidora Pública	10.000,00
2	1	m	27	Casado	0	Servidor Público Federal	5.000,00
3	1	m	57	Casado	3	Economista	5.000,00
4	1	f	56	Separada	1	Comerciante	6.000,00
5	1	m	37	Casada	0	Comerciante	12.000,00
6	1	f	41	Separada	1	Servidora Pública	6.000,00
7	1	m	47	Separado	1	Comerciante	4.000,00
8	1	f	38	Casada	2	Empresária	5.000,00
9	1	f	52	Separada	1	Comerciante	6.000,00
10	1	f	44	Casada	2	Síndica/ Servidora Pública federal	9.000,00
11	1	f	42	Casada	2	Arquiteta	8.000,00
12	2	f	60	Separada	3	Mecânica	9.000,00
13	2	m	35	Casado	2	Servidor público	12.000,00
14	2	f	63	Casada	1	Servidora Pública Aposentada	8.000,00
15	2	m	56	Casado	2	Administrador	9.000,00
16	2	m	51	Casado	2	Síndico/Radialista	5.000,00
17	3	f	35	Casada	1	Médica	30.000,00
18	3	f	55	Divorciada	3	Médica	15.000,00
19	3	f	42	Casada	2	Professora	12.000,00
20	3	m	43	Solteiro	1	Servidor Público Federal do Judiciário	10.000,00
21	3	f	30	Casada	0	Servidora Pública	7.000,00
22	3	m	50	Solteiro	4	Servidor Público	7.000,00
23	3	m	39	Separado	0	Empresário	10.000,00
24	3	m	55	Casado	2	Síndico/Servidor Público	15.000,00
25	3	f	39	Casada	0	Educadora Ambiental	5.000,00
26	4	m	61	Casado	4	Servidor Público aposentado	9.000,00
27	4	m	62	Casado	1	Servidor público aposentado	7.000,00
28	4	m	39	Casado	1	Servidor Público	10.000,00
29	4	m	50	Casado	2	Síndico/Advogado e Contador	11.000,00
30	4	m	70	Casado	3	Representante Comercial	4.000,00

Fonte: acervo da autora.

4.2. O método Alceste

Para a análise das entrevistas, foi utilizado o *Software* ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto), *software* desenvolvido por Max Reinert, em 1986, na França, como meio de exploração da estrutura e organização do discurso dos moradores. O objetivo da análise com ALCESTE é “[...] distinguir classes de palavras que representam diferentes formas de discurso a respeito do tópico de interesse” (WAGNER e KRONBERGER, 2008).

ALCESTE é um *software* que permite identificar a identidade do grupo social nas relações entre universos lexicais. A partir da análise textual ou estatística podem ser atingidas informações contidas em um texto, buscando “[...] reconstituir o discurso coletivo, utilizando a relação entre as palavras, a frequência com que aparecem e suas associações em classe de palavras (cálculo do Chi²)” (RIBEIRO, 2005, p. 244). Pode-se, com isso, detectar sentimentos, desejos, valores afetivos destacados por um grupo social.

O ALCESTE pode ser facilmente utilizado nas investigações de representação social devido aos vínculos teóricos e metodológicos que os fazem próximos. Dentre as semelhanças e aproximações ligadas à teoria das representações sociais, destaca-se a relação com o processo de objetivação observado na construção da representação social de um objeto. O sentido dado ao discurso relaciona-se a vários mundos lexicais, pois de acordo com Jodelet (1989) todo o discurso põe em jogo um sistema de mundos lexicais através do qual se organiza uma racionalidade ao mesmo tempo em que algo se objetiva ou se constrói.

Do mesmo modo, segundo Reinert (1998):

[...] a coerência do discurso está dada por um conjunto de mundos lexicais que os compõem, o conteúdo das representações sociais é observado no conjunto de todas as expressões discursivas e nas práticas (REINERT, 1998 apud ALBA, 2004).

A análise das entrevistas revela a influência externa e interna na elaboração das representações sociais, ou seja, do mundo e de si mesmo, por isso:

A ideia, nesse sentido, não é simplesmente ligada a representação de um objeto, mas é ligada a maneira pela qual o sujeito a apresenta em função de sua própria identidade, em função também de sua dimensão. O traço lingüístico do enunciado constitui a menor unidade de texto susceptível de descrever a representação subjacente ao sujeito (RIBEIRO, 2005, 247).

Por meio de um conjunto de palavras principais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios) tem-se a redução das suas raízes lexicais, permitindo identificar o contexto em que estão inseridas as classes de palavras. Cada classe de palavras representa um tema destacado no discurso pelos sujeitos e que podem indicar representações sociais ou imagens de um objeto ou aspectos de uma representação (RIBEIRO, 2005, p.247). Segundo Camargo (2005), o que define se existem representações sociais ou apenas uma representação social é o seu conteúdo e a sua relação com os fatores gerais expressos na diferenciação dos participantes de acordo com sua afiliação grupal e práticas sociais anteriores.

Segundo Alba (2004), o objetivo da redução lexical é estabelecer mais relações estatísticas possíveis para com a palavra e seu significado essencial. Constata-se que alguns conjuntos de palavras aparecem mais frequentemente nos discursos, o que evidencia questões centrais levantadas pelos sujeitos. Nascimento e Menandro (2006) apresentam a ideia de que o principal objetivo do Alceste não é o cálculo do sentido, mas a organização de um discurso ao colocar em evidência os “mundos lexicais”. Os autores, em seu trabalho, apresentam de maneira detalhada o funcionamento do Alceste, que segundo eles ocorre em quatro etapas:

Etapa A: preparação do *corpus* das entrevistas, que permite ao programa identificar as Unidades de Contexto Inicial (U.C.I). O conjunto de U.C.I's formará um *corpus* de análise, ou seja, cada entrevista constitui um *corpus*.

Com as orientações fornecidas pelo centro MOSCO¹², foi possível preparar o material para a leitura do ALCESTE. Em primeiro lugar, foi necessário colocar todos os dados coletados em um único arquivo Word, em fonte *Courier New* 10 e com espaçamento simples. Cada entrevista representa um *corpus* de análise. As primeiras informações que devem ser apresentadas para o programa são as variáveis como: sexo, profissão, idade, escolaridade e deverão ser precedidas de asteriscos.

Exemplo:

**** *s1 *loc2 *sx1 *id2 *esc3 *ses2

Em janeiro próximo eu vou para trinta _e_ um_ anos aqui em Brasília. Olha a cidade de Brasília hoje eu vejo assim, ainda uma capital, grande centro, bom de morar, uma cidade bastante promissora,

Observe que a resposta de cada sujeito começa sempre com uma linha estrelada. Nessa linha estão contidas as seguintes informações: os quatro asteriscos **** indicam que está se iniciando a resposta de um novo sujeito. Um asterisco* indica uma variável suplementar, sendo essas separadas por um espaço.

As variáveis suplementares foram classificadas da seguinte forma:

sx	id	loc	esc	ses
sx1: Masculino	id1: até 24 anos	loc1:condomínio1	esc1: 1º grau completo	ses1: renda até R\$ 5.000,00
sx2: Feminino	id2: de 25 a 59 anos	loc2:condomínio2	esc2: Fundamental completo	ses2: renda até R\$ 15.000,00
	id3: acima de 60 anos	loc3:condomínio3 loc4: Condomínio 4	esc3:Nível Superior	ses3: renda acima de R\$15.000,00

Figura 1 – Variáveis suplementares que compõem cada *corpus*.

No texto produzido pelos sujeitos respondentes não pode haver palavras com todas as letras em maiúsculo, nem mesmo as siglas. O hífen (-) deve ser substituído por um traço em baixo da linha (_). Todo termo composto que for

¹² Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social – Departamento de Psicologia/ UnB.

analisado enquanto uma única noção deve estar ligada pelo mesmo traço do item anterior. O arquivo deve ser salvo em arquivo *Word* no formato somente texto com quebra de linha. Deve-se observar que o nome do arquivo não pode ter espaço em branco entre as letras.

Com essas informações, o programa efetuará a fragmentação inicial com a leitura do texto e a montagem de um dicionário de formas reduzidas. O programa gerará uma listagem de palavras em ordem alfabética, que resultará em uma segunda lista de palavras com formas reduzidas e outra lista com as palavras mais frequentes Ch^2 . Serão relacionadas formas com função puramente sintática (artigo, pronomes, advérbios) e as formas com “conteúdo” (os adjetivos, verbos, substantivos) e formas. Essa fase é fundamental, pois o programa trabalhará com essa segunda classe, sendo a primeira classe desconsiderada na análise.

Etapa B: São selecionadas as formas reduzidas com maior frequência Ch^2 , classificando em seguida as unidades menores, conhecidas como Unidades de Contexto Elementar (U.C.E). São as U.C.E que apresentam ideias ou representações estabelecidas pelos sujeitos sobre si e do mundo que os cerca. Normalmente uma U.C.E possui três linhas. Assim, “é a partir do pertencimento das palavras de um texto a uma U.C.E que o programa Alceste vai estabelecer as matrizes a partir das quais será efetuado o trabalho de classificação” (NASCIMENTO E MENANDRO, 2006, p.74 *apud* REINERT, 1998, p.17). Em seguida, o *software* busca identificar as recorrências baseadas em contextos de semelhanças ou os contextos que se repetem e realiza a Classificação Hierárquica Descendente (C.H.D).

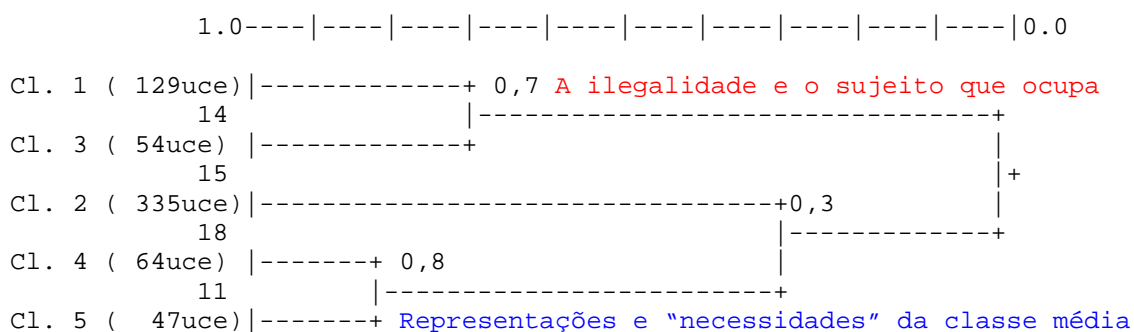
Etapa C: São fornecidos os resultados que possibilitam a descrição das classes obtidas na etapa anterior. Apresentada a separação entre as classes existentes parte-se para a Análise de Correspondência (A.C), que realiza as ligações entre as falas dos sujeitos e as variáveis destacadas nas Unidades de Contexto Iniciais. Corresponde a um agrupamento de Unidades de Contexto Elementar (U.C.E) dentro de uma mesma unidade de contexto inicial. Assim, cada classe possui várias U.C.E estabelecidas em função da classificação dos seus vocábulos, sendo,

portanto, definidas como frases referentes ao objeto. Tem-se a representação das relações entre as classes em um plano fatorial, sendo definidos os perfis de cada classe pelo Chi^2 . A partir da análise estatística se verifica a Classificação Hierárquica Descendente (C.H.D), apresentada por meio de um dendograma¹³. O objetivo do dendograma é mostrar as relações entre as classes. Os dados obtidos nas duas Classificações Hierárquicas Descendentes são comparados e o mais estável, ou seja, com o maior nível de relacionamento será considerado para a determinação dos perfis de cada classe, como pode ser observado a seguir:

ETAPA C1- Intersecção de classes (Classificação Hierárquica Descendente):

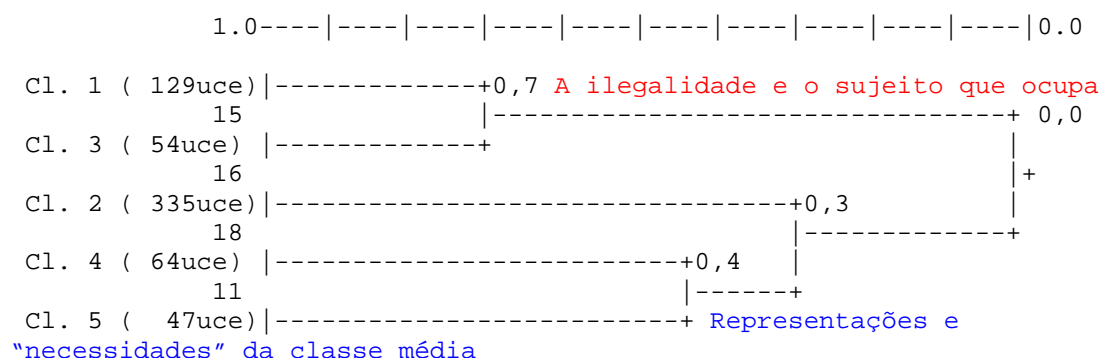
Classification Descendante Hiérarchique...¹⁴

Dendrogramme des classes stables (à partir de B3_rcdh1) :



Classification Descendante Hiérarchique...

Dendrogramme des classes stables (à partir de B3_rcdh2) :



¹³ Gráfico que indica o número de classes, sua estrutura e as relações entre cada uma delas.

¹⁴ Devido à versão utilizada do ALCESTE alguns enunciados dos resultados estão em francês.

Em uma escala de valores que vai da direita para a esquerda - saindo de 0,0 e chegando a 1,0 - é possível estabelecer o nível de relacionamento entre as classes. Nota-se que no primeiro dendograma as classes estão mais relacionadas, obtendo valores de uma relação quase que plena como 0.8 e 0.7 de relação entre as classes 1-3 e 4-5 respectivamente. O primeiro dendograma, portanto, representa como estão distribuídas as representações sociais dos sujeitos acerca da problemática da ilegalidade e das questões que envolvem a moradia em Brasília.

ETAPA C2 – Descrição das classes de U.C.E escolhidas (perfil das classes).

 Classe n° 1 => Contexte A

Nombre d'u.c.e. : 129. soit : 20.57 %
 Nombre de "uns" (a+r) : 3594. soit : 20.67 %
 Nombre de mots analysés par uce : 22.62

num	effectifs	pourc. %	chi2	identification	
6	4.	10.	40.00	2.33	A fort+
9	6.	16.	37.50	2.84	A inclusi+f
11	6.	16.	37.50	2.84	A lega+l
13	4.	8.	50.00	4.27	A sobre+
19	16.	30.	53.33	20.19	N fez
20	60.	240.	25.00	3.56	N foi
31	16.	52.	30.77	3.45	N pois
32	2.	4.	50.00	2.13	N sente+
40	8.	24.	33.33	2.44	V caus+er
48	6.	8.	75.00	14.60	V dur+er
51	16.	48.	33.33	4.97	V exist+er
52	2.	4.	50.00	2.13	V forc+er
53	16.	38.	42.11	11.12	V form+er
66	22.	80.	27.50	2.51	V partir.
71	6.	8.	75.00	14.60	V pens+er
83	34.	56.	60.71	57.80	V terr+er
85	8.	14.	57.14	11.59	V vari+er
92	8.	8.	100.00	31.09	Y enorm+e
95	24.	38.	63.16	43.49	Y irregul<
99	12.	14.	85.71	36.77	Y responsa<

Com a descrição das classes é possível obter na ordem de apresentação: o número de identificação da U.C.E; o número de ocorrências da palavra na classe; o número total dessa palavra no *corpus*; o percentual frequência da palavra na classe e o Chi² que é a nível de relação da palavra em cada classe.

Etapa D: São realizados cálculos complementares, formando listas de formas reduzidas ligadas a contextos, o que possibilita a identificação das Unidades de Contexto Elementar (U.C.E) mais características de cada classe, sendo também identificados os segmentos que se repetem em cada classe. Para finalizar, é feita a Classificação Hierárquica Ascendente (C.H.A), que consiste no cruzamento entre as U.C.E das classes e as formas reduzidas características da mesma classe. Trata-se de um aprofundamento das relações entre as classes e da própria estrutura interna de cada classe (NASCIMENTO e MENANDRO, 2006).

As operações mais importantes para a interpretação de um *corpus* são a **C1** (Intersecção de classes), a **C2** (Descrição das classes) e **D1** (Seleção das U.C.E mais características de cada classe). A fim de um aprofundamento maior foi utilizada também as operações **C3** (A.C) **D3** (Classificação Hierárquica Descendente das palavras das classes). Elas permitem a visualização em um plano fatorial das oposições resultantes da Classificação Hierárquica Descendente (RIBEIRO, 2005, p. 253).

ETAPA D – Cálculos complementares (seleção das U.C.E mais características de cada classe).

 D1: Tri des uce par classe

Clé sélectionnée: A

933 52 A #ilegalidade #surgiu pela #omissao do #estado, #isso aqui #cresceu #sob os #olhos do #governo, e #impossivel #alguem #dizer que #nao #viu #isso tudo se desenvolver, #sao #anos e #anos que #ninguem #fez #nada, ai de repente #comeca o desespero.

34 30 entao eu vejo que #estas #medidas #sao corretivas. #porque a #nossa intencao e morar #legalizados. entao eu vejo #estas #medidas muito boas. E acho #ate, que #vou #dizer uma #coisa para voce, sem quere #ser politica, #passou #tantos #governos, que eu vivi #tanto #anos aqui que eu vejo, #passou, #passou e #ninguem resolvia #nada.

Nessa etapa, as U.C.Es que mais caracterizam cada classe são selecionadas para serem analisadas pelo pesquisador. A partir disso, é possível construir graficamente um quadro que sintetiza os resultados gerados pelo

ALCESTE. Neste esquema, o retângulo cinza representa o espaço no qual são inseridas as palavras elencadas em cada classe, sendo obtidas a partir dos maiores χ^2 (Etapa C). São selecionadas entre 15 e 20 palavras. O retângulo azul representa o espaço para a porcentagem de cada classe em relação ao *corpus* (Etapa C). O retângulo amarelo representa o espaço onde é colocado o título de cada classe e as linhas de ligação representam as relações entre as classes, sendo que as linhas contínuas demonstram relações mais fortes e as pontilhadas relações mais fracas (Etapa B). O objetivo desse quadro é reconstituir o discurso coletivo a partir da relação entre as palavras, a frequência e o percentual em que aparece o seu significado. É possível identificar o contexto em que se inserem as classes de palavras.

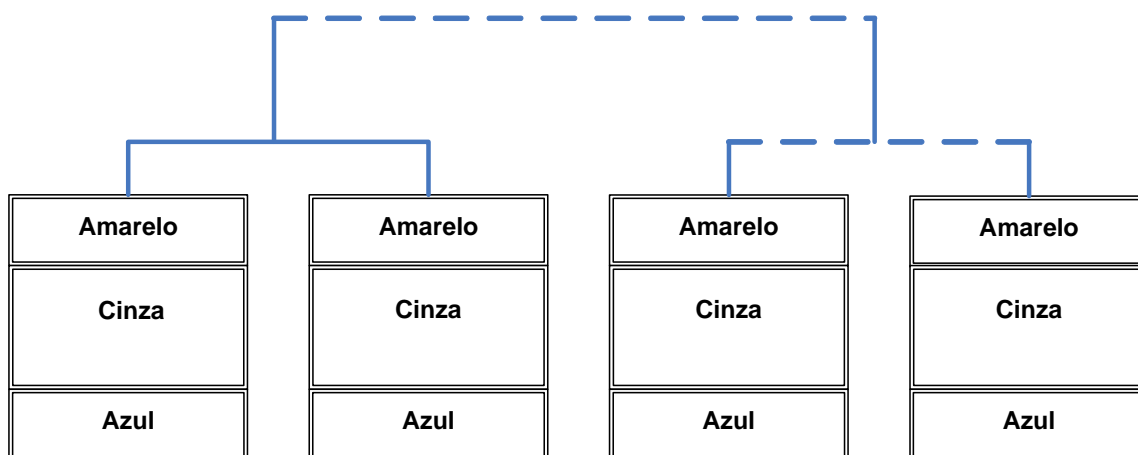


Figura 2 – Quadro sintético dos resultados gerados pela análise do programa ALCESTE (RIBEIRO, 2005, p.255).

Todos esses procedimentos compõem a análise fatorial dos discursos realizada pelo ALCESTE, os seus resultados serão discutidos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO EM BRASÍLIA

Neste capítulo serão analisados os dados textuais que utilizam a linguagem transcrita de entrevistas e que representam um importante material de pesquisa, pois são produzidos de maneira simples, livre de formalidades, a fim de contribuir para o aprofundamento de questões pertinentes ao estudo de representação social. É por meio das histórias de vida, práticas sociais e pensamentos transmitidos que se pode estudar cientificamente o senso comum, o que equivale a compreender a elaboração social e psicológica de uma determinada realidade (ALMEIDA, 2005, p. 225).

Esse conteúdo rico e vasto de pesquisa, muitas vezes é banalizado por meio de análises imprecisas, cujas interpretações muitas vezes fazem parte do universo popular, o que prejudica o melhor conhecimento das questões que envolvem a subjetividade do indivíduo. Os resultados obtidos a partir do ALCESTE confirmam as hipóteses da pesquisa e reforçam o papel da análise quantitativa de dados textuais.

5.1 Entendendo os resultados do ALCESTE

Foram identificadas 5 classes nos discursos dos moradores, sendo que cada uma delas expressa um grande tema. O Alceste automaticamente distribui as Unidades de Contexto Elementar (U.C.E) contidas dentro de cada classe, utilizando as formas com “conteúdo” (os adjetivos, verbos, substantivos) e exclui da análise formas com função puramente sintática (artigo, pronomes, advérbios). Cerca de 77,62% das U.C.E estão distribuídas entre as 5 classes, sendo que 22,51% foram excluídas da análise como demonstra o gráfico a seguir.

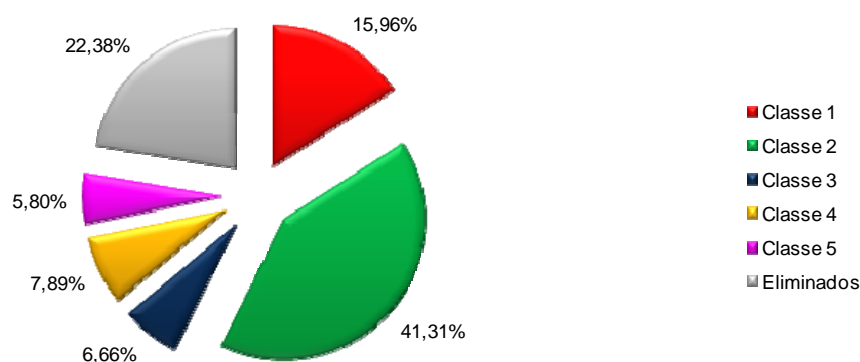


Gráfico 1 – Distribuição das U.C.E¹⁵ com os valores eliminados por classes

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Foram identificadas nas entrevistas um total de 629 U.C.E, à classe 1 foram identificadas 129 U.C.E, o que corresponde a 20,57% das U.C.E; 335 U.C.E ligadas à classe 2, que correspondem a 53,21% das U.C.E; 54 U.C.E correspondentes à classe 3, representando 8,58% das U.C.E; 64 U.C.E ligadas à classe 4, somando 10,17% das U.C.E e 47 U.C.E relacionadas à classe 5, o que corresponde a 7,47% das U.C.E totais. A classe 2 teve o maior número de U.C.E relacionadas, ela representa uma classe geral, ou seja, nela estão contidos discursos comuns aos sujeitos como indicado no gráfico abaixo:

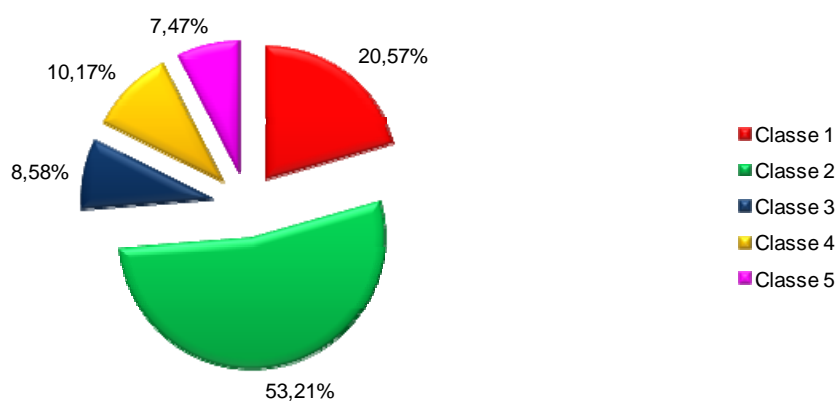


Gráfico 2 – Distribuição das U.C.E por classes

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

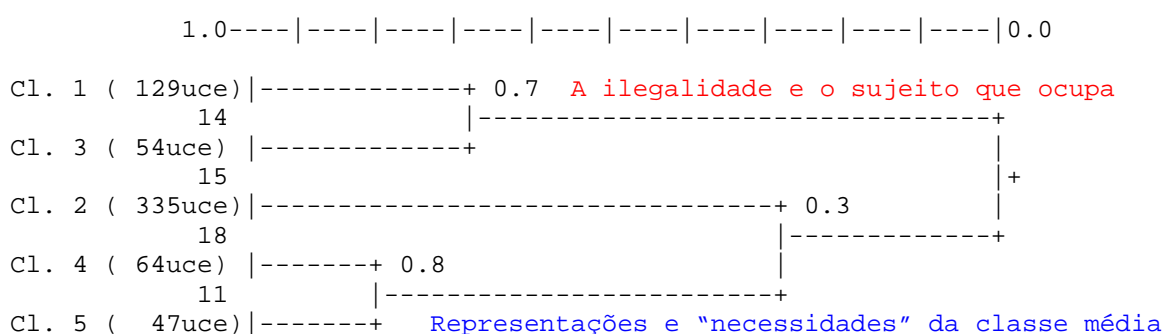
¹⁵ Unidade de Contexto Elementar.

O quadro acima procura apresentar as U.C.Es que mais caracterizam cada classe e com CH^2 é possível estabelecer o nível de associação da U.C.E característica à sua respectiva classe.

O *software* buscou identificar as recorrências baseadas em contextos de semelhanças, feita por meio de uma análise estatística em que se verifica a Classificação Hierárquica Descendente (C.H. D) apresentada no dendograma, sendo que a primeira análise se apresentou de maneira mais estável, ou seja, as classes estão mais relacionadas entre si.

Classification Descendante Hiérarchique...

Dendrogramme des classes stables (à partir de B3_rcdh1) :



A análise do *corpus* dos discursos dos moradores se organiza em torno de dois eixos principais. O eixo "A ilegalidade e o sujeito que ocupa", que contém as classes 1 e 3. Os sujeitos falam da sua situação atual, atribuem a responsabilidade ao governo "omisso", são caracterizadas as representações da ilegalidade em Brasília, o aspecto legal e o perfil do sujeito que está ocupando. Juntas, essas duas classes correspondem a 29,15% do *corpus* das entrevistas e se encontram bem próximas, relacionadas a um nível de 0.7.

Na classe 1, os sujeitos apresentam as suas representações à respeito da problemática fundiária e da ilegalidade urbana em Brasília. São discutidas as responsabilidades pela ocupação desordenada e irregular da terra urbana, em que o discurso dos sujeitos aponta para a "omissão" do governo como principal responsável. Também são questionados pelos sujeitos os programas habitacionais

direcionados à classe média, que nos últimos anos priorizaram um único padrão habitacional, a construção de apartamentos. Este fato, segundo os moradores gerou a falta de “opção”, forçando a população de classe média a buscar outros meios de conseguir a sua moradia. Os discursos demonstraram que os sujeitos têm consciência do ato ilegal, no entanto o fato de terem pagado pelo lote e por contribuírem com os impostos, transfere ao poder público a responsabilidade por esse fenômeno.

Entende-se, que com o reconhecimento da realidade, são estabelecidos elementos cognitivos, conhecimentos que refletem a realidade que o cerca. O surgimento dos condomínios horizontais de classe média é resultado de um processo de “dissonância cognitiva”, estabelecida por esse grupo social diante da realidade da moradia em Brasília. Outro aspecto importante a ser considerado é que a existência de dissonância levará a uma atividade orientada para a sua redução (FESTINGER, 1975, p. 13). Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pela classe média referentes aos aspectos que envolvem a moradia são entendidas como elementos dissonantes, enquanto os condomínios horizontais representam a possibilidade de compatibilização entre valores adquiridos – honestidade, obediência às leis, respeitabilidade e a falta de habitação.

A classe 3 concentra as representações do sujeito que está ocupando. São discutidas representações sociais referentes ao descaso do governo para com esse grupo social. O desejo da regularização é algo esperado com muita ansiedade, já que foram “obrigados” a ocupar áreas irregulares. O discurso apresenta os sujeitos como aqueles que estão ‘criando’ ‘condições’ para a regularização. Por isso, em situação ‘irregular’, estão os “outros” invasores, os ‘ricos’ e os ‘pobres’.

Outro eixo, denominado de “Representações e “necessidades” da classe média” (classes 2, 4 e 5), equivale, sozinho, a 70,86% do *corpus* das entrevistas. A classe 2 concentra as representações sociais estabelecidas pela população de classe média a respeito dos condomínios horizontais fechados. Os elementos levantados confirmam aspirações e desejos da sociedade urbana atual, como a importância da qualidade de vida e do morar em uma casa de acordo com os seus

sonhos. Esta classe 2 pode ser chamada de classe “G” ou classe Geral, pois apresenta uma ideia geral dos sujeitos acerca do objeto. Foram identificadas representações comuns aos sujeitos e que se referem ao significado da moradia para a classe média, como a “qualidade de vida”, a importância da “casa”, a “segurança”, a proximidade com a “natureza”, um lugar tranquilo em contato com a ‘natureza’. Essa classe representa 53,22% e está ligada às classes 4 e 5 com um nível de correlação 0.3, o que significa uma relação mais frágil.

Já na classe 4, os sujeitos falam da sua situação anterior, do lugar de onde vieram, refere-se às justificativas que levaram o sujeito a se mudar para um condomínio irregular. Esta classe concentra as representações a respeito da moradia em Brasília, das dificuldades para a aquisição de um imóvel, dos altos valores dos aluguéis. Foram discutidos aspectos que envolvem as características do padrão habitacional oferecido no Plano Piloto e nas superquadras. Para muitos, o imóvel próprio só se transformou em realidade com a construção por etapas, daí a preocupação com “comprar”, “dinheiro” e “aluguel”.

A classe 5 fala sobre a trajetória dos sujeitos até a chegada ao condomínio. A maior parte dos sujeitos trocou de moradia pelo menos duas vezes, por isso surgem os termos: “procura”, “compra”, “Asa Sul”, “Asa Norte”, “três vezes”, “cento e cinquenta”, “Guará”. Também expressam o desejo de voltar a morar em uma casa. A mulher aparece como um importante agente nesse processo, pois é a grande incentivadora. As dificuldades enfrentadas pelos sujeitos em encontrar um local compatível com sua renda e seus sonhos liga-se ao fato de que as representações sociais da cidade são estabelecidas pela racionalização de fatores positivos e negativos.

Os blocos formados pelas classes 4 e 5 representam 17,64% do *corpus* e possuem uma forte correlação, quase que formando uma classe única, estando bem próximas de uma relação plena, relacionadas ao nível 0.8. As classes 1-3 e 4-5 possuem relações quase plenas, pois possuem respectivamente 0.7 e 0.8 de grau de relacionamento. Entende-se que, para haver alguma relação entre as classes, a

classificação hierárquica descendente deve ser maior que 0.5, sendo que classificações abaixo desse valor são reconhecidas como uma relação frágil ou nula.

Com a valorização diferencial estabelecida pelos condomínios, cria-se todo um mercado ilegal de terras que, de forma intencional e heterogênea, promoveu a expansão de uma cidade ilegal. Constituiu-se, portanto, uma diferenciação social, econômica e espacial da periferia urbana, com o surgimento de novos padrões de uso, dada a partir de novas lógicas de reconhecimento tanto dos qualitativos e vantagens oferecidas pelos condomínios como da terra pública.

Observa-se que as representações sociais dos moradores dos condomínios definem uma identidade desse grupo entendida por “[...] algumas de suas características ou de suas produções, cujo objetivo é de garantir uma imagem positiva do grupo de inserção” (ABRIC, 1998, 27). Abric (1998) indica que as representações sociais que definem a identidade de um grupo têm papel importante no controle social exercido pela coletividade, sobre cada um de seus membros, em especial, nos processos de socialização. Quanto ao caráter funcional das representações sociais, Abric (1998, p. 28) define a representação como uma visão funcional do mundo. Para o autor a representação:

[...] permite ao indivíduo e ao grupo, dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências, permitindo ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nessa realidade (ABRIC, 1998, p. 28).

Assim, o nível de relações entre as classes e os seus referidos eixos pode ser observado na figura 3. Na figura, é possível destacar as principais palavras de cada classe e seus respectivos valores em Chi^2 (qui-quadrado), que indicam o poder de agregação de cada uma destas palavras. Cada classe foi classificada de acordo com o contexto indicado pelo conjunto de palavras selecionadas e com maior nível de relacionamento. Foram relacionadas palavras com o mesmo radical a fim de demonstrar as diferentes variações da mesma palavra utilizadas pelos sujeitos.

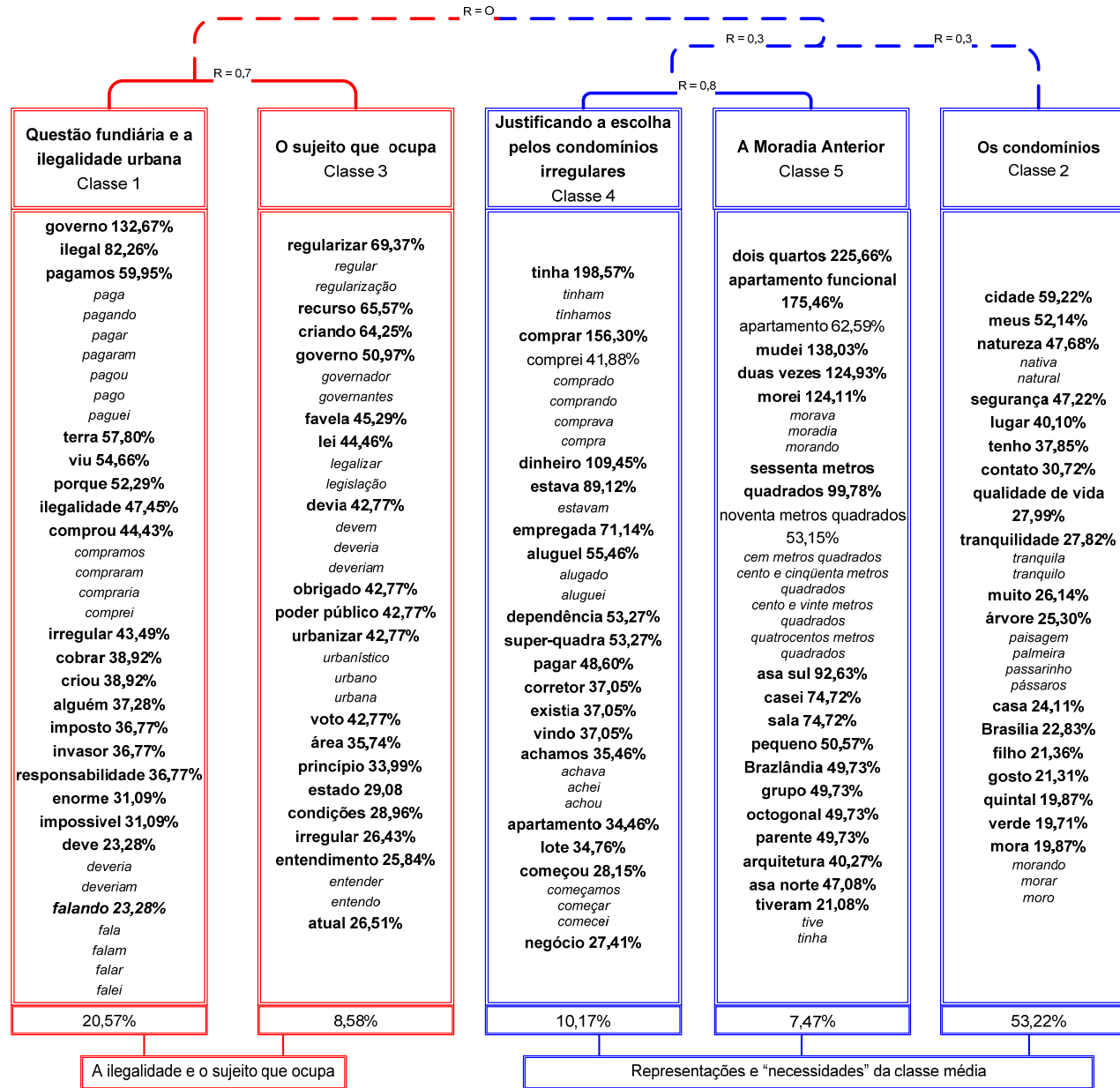


Figura 3 – Estrutura do *corpus* das entrevistas acerca das Representações Sociais dos moradores dos condomínios horizontais irregulares do Setor Habitacional Jardim Botânico.

É possível por meio de uma análise mais avançada, utilizar-se da Análise de Correspondência (A.C), a qual permite sob a forma de um plano fatorial visualizar as oposições resultantes da Classificação Hierárquica descendente (C.H.D).

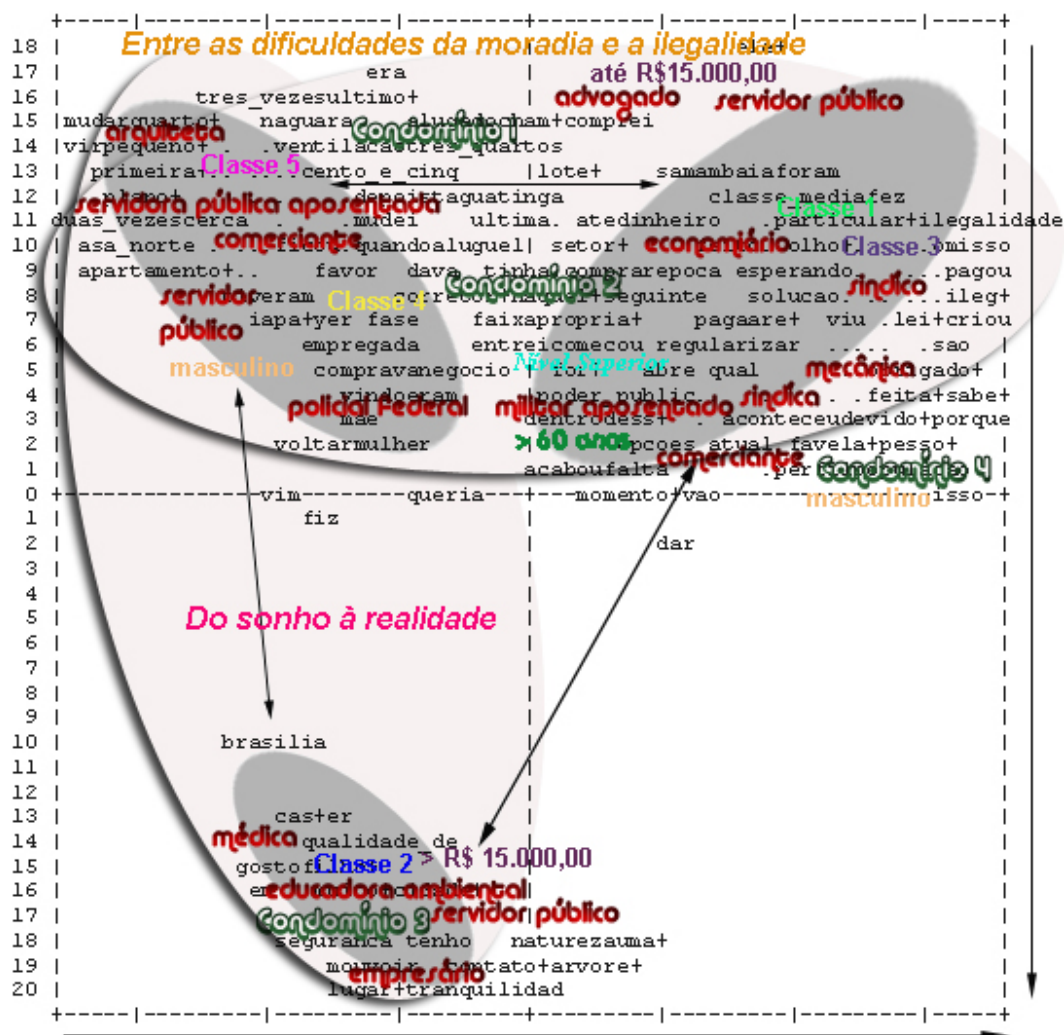


Figura 4 – Projeção das palavras analisadas sobre a representação dos condomínios irregulares de classe média e das variáveis suplementares. Análise de Correspondência (A.C) das falas dos sujeitos.

A análise de correspondência permitiu estabelecer uma projeção das palavras analisadas em um plano fatorial, cruzando as variáveis suplementares (sexo, escolaridade, renda, etc.).

Com o cruzamento dos dados pode-se estabelecer uma relação entre as diferenças encontradas nas falas dos sujeitos em função das variáveis

suplementares. As relações de oposição entre esses fatores revelam a presença de duas dimensões. Uma dimensão foi chamada de “Entre as dificuldades da moradia e a ilegalidade” opondo, de um lado, os aspectos relevantes para a escolha do condomínio irregular, envolvendo as características da sua antiga moradia e o motivo da vinda para o condomínio. O discurso masculino se sobressai ao discurso feminino, pois a variável suplementar “sexo feminino” foi inexpressiva, apesar do discurso da síndica se sobressair, ela se destaca pela sua função. Portanto, os sujeitos, de maneira geral, são caracterizados como sendo do sexo masculino, com 3º grau completo, que moravam em apartamento. Esse grupo possui um discurso mais funcional, ligado principalmente ao condomínio 1. Nesse condomínio os sujeitos são representados em sua maioria por funcionários públicos e comerciantes, com uma renda média entre R\$ 5.000,000 e R\$ 15.000,00. O padrão habitacional desse condomínio se distingue dos demais, observa-se que muitos sujeitos ainda não têm suas obras terminadas e o condomínio ainda caminha com obras de necessidades básicas, como o asfaltamento. Por isso, surge como sendo mais representativo o discurso da arquiteta e planejadora desse condomínio. As dificuldades enfrentadas pelos sujeitos por morar em um local ‘pequeno’, ‘sem ventilação’ e alugado estariam levando os moradores à prática da ilegalidade.

Do outro lado, está o discurso mais normativo dos síndicos, relacionando a questão financeira como um dos empecilhos para a aquisição de um imóvel próprio regularizado. Por isso, há a preocupação com a compra, a regularização de seus condomínios. Os sujeitos do condomínio 4 mostraram-se com um discurso mais representativo. O condomínio é um dos mais antigos do Jardim Botânico, sendo representado em sua maioria por funcionários públicos aposentados, com faixa de renda entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00. A faixa de renda surge como uma característica relevante nessa dimensão, pois a ocupação irregular de modo geral é justificada pela dificuldade financeira, realidade que pode ser questionada. Em suas falas foram elencadas características referentes ao perfil dos moradores, principalmente quando se fala sobre o sujeito que está ocupando. São lançadas propostas e soluções que legitimam sua prática pela da omissão do governo. O

condomínio 2 estaria articulando as representações desses dois grupos, podendo ser caracterizado como um condomínio cujo processo de regularização já está bem avançado. O discurso dos sujeitos se confunde ora com a justificativa do apartamento pequeno e a busca pela qualidade de vida, ora pela dificuldade de acesso à moradia devido ao perfil socioeconômico. Os sujeitos desse condomínio são em sua maioria funcionários públicos e profissionais liberais com renda média entre R\$ 5.000,00 e R\$15.000,00.

Outra dimensão foi chamada de “do sonho à realidade”, pois se entende que a partir dos aspectos negativos referentes à moradia anterior, os sujeitos passaram a reconhecer os condomínios como um novo conceito de moradia. A realização do sonho da casa para a classe média congrega elementos como a “segurança”, “qualidade de vida” e a proximidade do “verde”, materializando espaços que reforçam a distinção desse grupo social. Portanto, de modo geral, os sujeitos estão buscando um lugar para morar que seja seguro, tranquilo e que esteja próximo da natureza. De maneira geral o discurso dos sujeitos se aproxima de aspectos significativos relacionados a cada condomínio, por isso, nessa dimensão, há o agrupamento do discurso dos sujeitos do condomínio 3 e da faixa de renda média acima de R\$15.000,00. Esse condomínio possui os sujeitos com maior poder aquisitivo e maior área construída, enquanto os outros condomínios possuem uma média de área construída de 322m², o condomínio 3 tem cerca de 444m². Além disso, é o que desfruta de mais área verde; por isso, a ele se relacionam aspectos ambientais que valorizam significativamente a moradia, o que demonstra qual o padrão habitacional almejado pelos sujeitos desse condomínio. A tabela abaixo apresenta a média em metros quadrados de área construída entre os condomínios:

Tabela 4 – Média de Área Construída dos Condomínios

Condomínio	Média m²
1	320
2	302
3	444
4	273
Média Geral	322

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Nesse condomínio, os sujeitos em seus discursos deixam transparecer o sentimento de posse da casa e da Natureza como um sonho alcançado, no qual a família e os filhos fazem parte desse sonho. O discurso do empresário, morador que possui no fundo do seu quintal uma cachoeira, representa as aspirações e desejos desse grupo social. São, portanto, as representações sociais elaboradas dos condomínios pelos sujeitos que de modo contraditório estão objetivando a ilegalidade urbana da classe média. Pode-se dizer que a faixa de renda também estaria objetivando a prática ilegal, pois como indica a Classificação Hierárquica Descendente os discursos se relacionam aos níveis de renda entre R\$ 5.000,00 e 15.000,00 e os de renda superior a R\$15.000,00. Há o desaparecimento da variável ses1, que representa os sujeitos com renda inferior a R\$ 5.000,00. A variável socioeconômica confere a esse grupo social valores e estilos de vida que se realizam por meio da proposta do condomínio fechado.

A tabela 5 procura sintetizar todas as características da moradia atual e anterior dos sujeitos. É possível concluir que a maioria deles mudou significativamente seu padrão de moradia. Foram 23 os sujeitos que deixaram seu apartamento com cerca de 100m², por uma casa em um condomínio irregular com uma média de 322m². O que chama atenção é o fato de alguns sujeitos terem deixado seu apartamento amplo, em uma área nobre do Plano Piloto, por um condomínio em fase de estruturação, irregular. Nesses casos o diferencial fica por conta dos qualitativos ambientais, como comprovado nos discursos dos sujeitos.

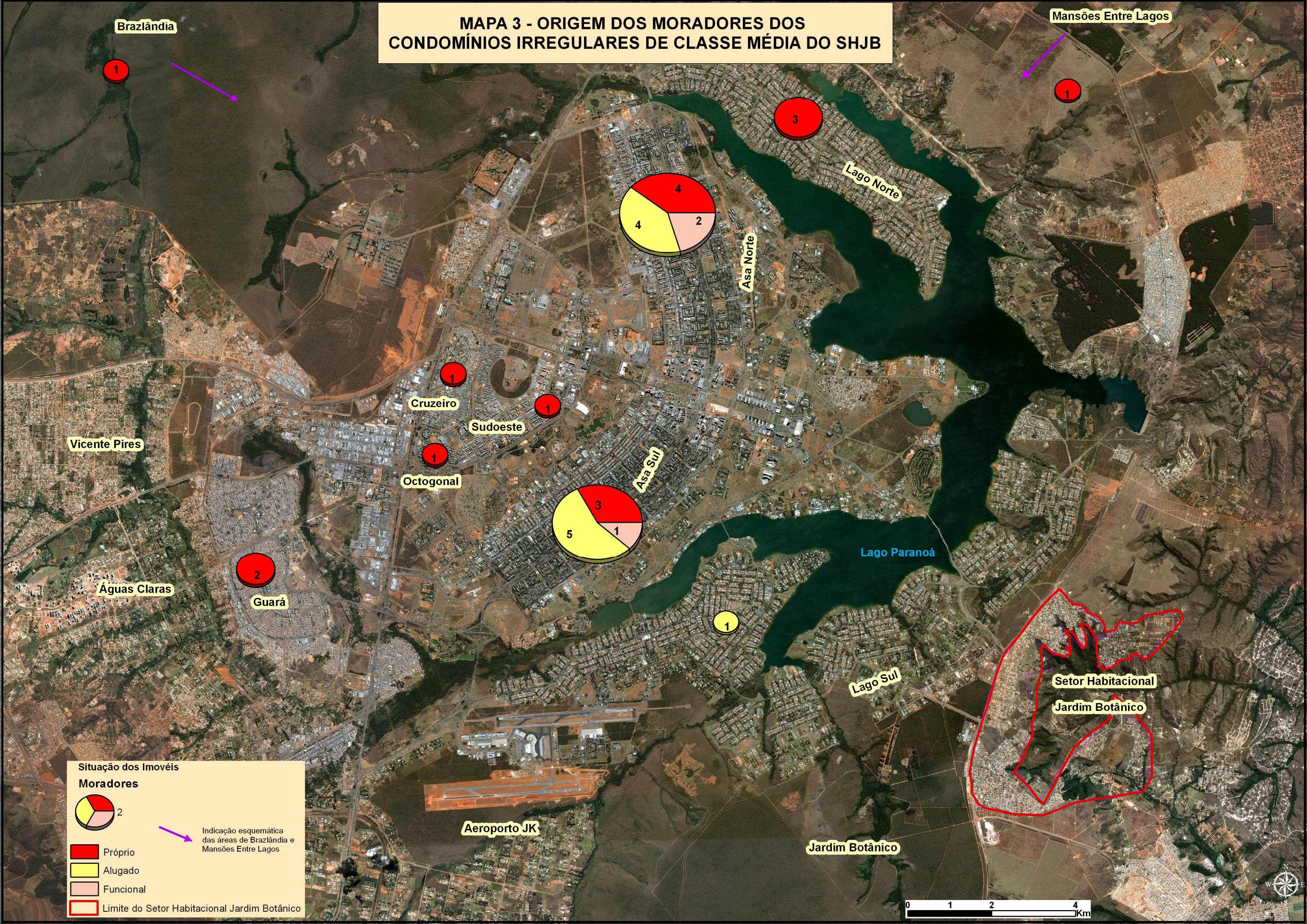
Tabela 5 – Caracterização da moradia

Sujeito	Condomínio	Área Construída m ²	Moradia Anterior					Nº de Mudanças
			Localização	Nº de Quartos	m ²	Situação do Imóvel	Tipo do Imóvel	
1	1	300	Lago Norte	4	500	Próprio	Casa	11
2	1	220	Lago Sul	2	60	Alugado	Apartamento	1
3	1	250	316 Norte	3	100	Alugado	Apartamento	3
4	1	200	102 Sul	3	180	Alugado	Apartamento	2
5	1	400	Mansões Entre Lagos	4	420	Próprio	Casa	1
6	1	300	313 Norte	3	120	Alugado	Apartamento	7
7	1	370	Brazlândia	4	300	Próprio	Casa	1
8	1	430	306 Sul	3	150	Alugado	Apartamento	3
9	1	300	Asa Norte	2	78	Próprio	Apartamento	0
10	1	250	Sudoeste	3	90	Próprio	Apartamento	4
11	1	300	Asa Sul	2	60	Alugado	Apartamento	2
12	2	500	105 Sul	3	100	Próprio	Apartamento	5
13	2	400	308 Norte	3	100	Funcional	Apartamento	2
14	2	300	115 Norte	2	100	Próprio	Apartamento	1
15	2	500	Octogonal	3	150	Próprio	Apartamento	3
16	2	520	411 Norte	2	68	Próprio	Apartamento	13
17	3	410	Asa Norte	3	90	Alugado	Apartamento	2
18	3	290	202 Sul	4	150	Próprio	Apartamento	2
19	3	300	Asa Sul	2	80	Próprio	Apartamento	4
20	3	240	Cruzeiro	3	90	Próprio	Apartamento	4
21	3	300	Asa Norte	3	180	Próprio	Apartamento	0
22	3	180	Lago Norte	3	200	Próprio	Casa	3
23	3	200	310 Norte	3	150	Alugado	Apartamento	1
24	3	290	104 Norte	3	120	Funcional	Apartamento	0
25	3	250	Asa Sul	2	150	Alugado	Casa	1
26	4	400	Guará	3	130	Próprio	Casa	1
27	4	200	Asa Sul	2	80	Funcional	Apartamento	0
28	4	400	Guará	2	90	Próprio	Apartamento	4
29	4	230	Asa Sul	1	37	Alugado	Apartamento	2
30	4	380	Lago Norte	4	400	Próprio	Casa	2

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora

A partir da tabela de caracterização da moradia dos sujeitos, foi possível confeccionar o mapa 3, que se refere ao deslocamento dos sujeitos e situação do imóvel declarado. Por meio do mapa abaixo, pode-se constatar que a maior parte dos sujeitos entrevistados residiam no Plano Piloto, com destaque para a Asa Norte, com 10 sujeitos, e Asa Sul, com 9 sujeitos. Outro aspecto relevante é que a maior parte dos sujeitos já possuía imóvel próprio anteriormente, fato que reforça a hipótese de que a classe média buscou por opções de moradia que se distanciaram das superquadras. No próximo capítulo serão analisadas as U.C.Es que mais caracterizam cada eixo.

MAPA 3 - ORIGEM DOS MORADORES DOS CONDOMÍNIOS IRREGULARES DE CLASSE MÉDIA DO SHJB



Situação dos Imóveis
Moradores

2

Próprio
 Alugado
 Funcional
 Limite do Setor Habitacional Jardim Botânico

Indicação esquemática das áreas de Brazlândia e Mansões Entre Lagos



CAPÍTULO 6. A CIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONFIGURAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS IRREGULARES

Neste capítulo serão discutidos os resultados obtidos pela seleção das Unidades de Contexto Elementar (U.C.E) que mais representam cada eixo temático. Verifica-se que a análise quantitativa de dados textuais forneceu elementos que legitimam a prática ilegal. As representações da moradia, da questão fundiária e do “verde” expressam desejos e insatisfações, que objetivam e ancoram as ações da classe média, demonstrando a esfera simbólica dos condomínios irregulares. Para Sá (1996, p.43), uma explicação adequada dos fenômenos de representação social deve dar conta de suas origens, fins ou funções e das circunstâncias de sua produção. Assim, os sujeitos em seus discursos procuram ilustrar suas dificuldades, atribuindo responsabilidades ao “outro”, procurando justificar a escolha por um lote sem escrituras.

6.1. A Ilegalidade e o Sujeito que Ocupa

As representações sociais acerca da ilegalidade urbana elaboradas pela classe média apontam na direção dos responsáveis pela ocupação desordenada e irregular da terra urbana. Entre os agentes relacionados está o poder público que, por meio de programas habitacionais, deu nos últimos anos prioridade à construção de apartamentos, fato que gerou, segundo os moradores, a “falta de opção”, forçando a população a buscar outros meios de conseguir a sua casa. Para um morador:

“[...] grandes empreendedores de Brasília que apostaram errado. Hoje praticamente você tem outra Brasília para cá (...) a ilegalidade é algo fora da lei. Nós aqui fomos obrigados a ocupar áreas irregulares, já que não foram oferecidas opções” (Sujeito 20).

Quando perguntados sobre o que cada um entende por ilegalidade, os moradores demonstraram ter consciência do seu ato, no entanto, o fato de terem

pagado pelo lote e contribuírem com os impostos cobrados, transfere ao poder público a responsabilidade nesse processo:

“Illegalidade é algo que vai contra as leis, nós aqui pagamos nossos impostos, portanto, não somos bandidos, queremos regularizar nossa situação, basta que os caminhos sejam dados para isso” (Sujeito 21).

Com esses argumentos, chegam inclusive a questionar o que seria legal ou ilegal:

“[...] as propostas lançadas pelo Estado atendem as necessidades da população? Vão construir mais apartamento, é isso que o pessoal quer? Eu sei que o que é irregular e o que não é regular, agora quem define o que é regular? Qual é a regularidade? Com base em quê?” (Sujeito 23).

Nesse sentido, a palavra é “omissão”, mas por parte do governo, pois segundo os moradores, não foram criadas condições para que esse grupo social se estabelecesse de acordo com suas “necessidades”.

“[...] nós ficamos obrigados a uma estrutura urbanística direcionada para determinados seguimentos e se você não se colocasse naquele perfil financeiro você não alcançaria, você ficaria jogada a margem da cidade e ai foi isso que foi acontecendo” (Sujeito 10, Síndica).

Para Bourdieu (2008), a apropriação de determinados espaços por uma classe social:

[...] depende, por um lado de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço[...] (BOURDIEU, 2008, p. 114).

Pensar o espaço social como uma representação abstrata tem nas práticas espaciais a confirmação que as condições econômica e social, são geradores de espaços com estilos de vida distintos. Para Bourdieu (2008, p. 163), “[...] é o fato de as formas temporais ou estruturas espaciais estruturarem não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza

a si mesmo de acordo com essa representação”. A materialização dos condomínios irregulares como um novo estilo de vida, reforça a noção de que:

O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou hexis corporal – a mesma intenção expressiva (BOURDIEU, 2008, p. 165).

Ao se referir à maneira como vem sendo tratada a questão fundiária pelo poder público, nota-se um discurso que traz à tona as representações desse grupo sobre os programas de moradia lançados aos diferentes níveis de renda. O descontentamento está na maneira distinta com que é tratado o acesso à moradia pelas camadas de renda mais baixa. Com muita propriedade, o sujeito 10 demonstra a sua indignação perante o processo de regularização dos condomínios. É ressaltada a importância dos impostos pagos pela classe média, mas também o seu papel enquanto “massa pensante”, já que as classes com renda mais baixa:

“[...] ganha a cesta básica, ganha tudo, mas ela mesma não tem a proteção do estado com relação ao mínimo, ela só dá. Ela é a massa pensante, ela é a massa transformadora da política, ela é a massa é a massa que realmente põe a mão na massa, que trabalha e que paga os impostos, porque nós não temos como fugir dos impostos, pois descontam diretamente do nosso salário [...]” (Sujeito 10, síndica).

De modo enfático, a moradora apresenta as responsabilidades referentes à ilegalidade da classe média em Brasília:

“A ilegalidade surgiu pela omissão do estado, isso aqui cresceu sob os olhos do governo, é impossível alguém dizer que não viu isso tudo se desenvolver, são anos e anos que ninguém fez nada, ai de repente começa o desespero” (Sujeito 6).

Outro sujeito reforça o papel do poder público no estabelecimento da ilegalidade urbana, fazendo referência ao aparato governamental a serviço da

fiscalização, dos agentes fiscalizadores, que de alguma forma, permitiram ou se omitiram diante do fenômeno. De acordo com o sujeito é:

“[...] para isso a secretaria tem aviões, helicópteros, que você vê voando, tem gente paga, muito bem paga para isso. Porque não fazem a fiscalização rigorosa já que a coisa é pública e não deve ser feita desta forma” (Sujeito 16, síndico).

A dimensão da ocupação irregular do cerrado fica evidente no condomínio 3. Na foto a seguir, tem-se a situação da ocupação das bordas do planalto, com o cerrado sendo destruído para a construção de belas casas. Essas construções se utilizam de técnicas de engenharia modernas, a fim de permitir a ocupação de áreas com declividade acentuada. Elas representam enclaves postos em uma paisagem de beleza natural e que vem sendo extremamente degradada.



Foto 1 – Dimensão da ocupação de áreas com restrições ambientais

Fonte: Acervo da autora, dezembro de 2008.

Nos últimos anos, o governo do Distrito Federal intensificou o controle e regulação de novos parcelamentos irregulares. A administração atual é conhecida por propor medidas de regularização dos parcelamentos de classe média. Existe, entre os moradores, um grande interesse na regularização de seus lotes, por isso,

em suas falas, os moradores se mostram satisfeitos com algumas medidas adotadas:

“[...] então eu vejo que estas medidas são corretivas, porque a nossa intenção é morar legalizados. Então eu vejo estas medidas muito boas. E acho até, que vou dizer uma coisa para você, sem quer ser política, passou tantos governos, que eu vivi tanto anos aqui que eu vejo, passou, passou e ninguém resolvia nada” (Sujeito 1).

A questão fundiária é lembrada pela maior parte dos entrevistados. Para muitos moradores a situação fundiária foi um fator determinante para a compra, o que depois se tornou motivo de preocupação, como relata o entrevistado:

“[...] porque quando me venderam o lote aqui a conversa do vendedor foi a seguinte: este lote aqui, me apresentou cópia da escritura do dono, a senhora só não tem uma individual porque isto aqui é uma escritura global e o proprietário partiu a terra em frações” (Sujeito 1).

A área com o maior número de problemas corresponde a da antiga fazenda Taboquinha, lembrada por vários moradores que questionam o parecer do poder público, que aponta essa área como terra pública. Foram inclusive realizados levantamentos históricos dos proprietários dessas áreas desde 1900. O problema é que essa discussão se arrasta há anos, realidade que indigna alguns moradores:

“[...] tivemos a limitação de projeto. E agora o governo, o atual governo, todos os governos prometiam regularizar, todos mentirosos. Aproveitadores da boa fé de todas essas pessoas que aderiram a ideia de morar em condomínio. Aqui pela denominação da região é fazenda Taboquinha” (Sujeito 30).

Quanto ao processo de regularização e à demora em finalizar os trabalhos de verificação da posse da terra, alguns moradores se lembraram da responsabilidade dos cartórios, pois muitas áreas já possuíam escritura e, mesmo assim, foram registrados novos títulos de posse para a mesma área:

“Eu acho uma afronta muito grande a todos nós, sendo cidadãos. Pagamos nossos impostos, compramos, o cartório assinou. Nós nos sentimos agredidos porque o governo nada fez por nós” (Sujeito 27).

O discurso do sujeito apresenta as representações sociais da classe média acerca de uma realidade, que segundo Abric (1998), não pode ser compreendida apenas como simples reflexo da realidade, já que são “organizações significantes”. Por isso, a seguir serão discutidas as representações que demonstram quem são os sujeitos que escolhem morar em um condomínio irregular e como esse grupo classifica a ilegalidade do “outro”.

6.1.1. As representações do “outro” e o sujeito que ocupa

Para entender as representações sociais elaboradas pelos moradores do processo de ocupação urbana irregular, é necessário abandonar o indivíduo e pensar a totalidade do problema em questão. Para isso, não se pode deixar de considerar o papel que o “outro” desempenha nesse processo, pois é a diversidade de experiências que permite chegar a um consenso. Ao falar do “outro” emerge a importância de considerar o espaço público como elo na elaboração das representações sociais, pois “[...] o Outro generalizado é que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de um desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros” (MEAD, *apud* JOVCHELOVITCH, 1994, p. 70).

Sobre o espaço público, Habermas (1984) escreve: “Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um” (HABERMAS, 1984, p. 14). O espaço público é um espaço que se sustenta pela pluralidade humana, espaço que se apresenta dialeticamente entre o Eu e o Outro e que, portanto, possui significados. No caso da problemática que envolve a ilegalidade urbana em Brasília, a figura do Outro sempre surge como um modo de justificar o ato ilegal. Assim, a comparação realizada pelos sujeitos entre as políticas habitacionais do governo federal destinadas à classe média e às classes mais baixas, demonstra o distanciamento que existe entre esses grupos e suas expectativas quanto à moradia. Entende-se que:

“[...] quem estava fora desse perfil estava totalmente esquecido, ai entra, porque não tinha política habitacional para essas pessoas, ou tinha para classe miserável que era se sujeitar a uma casinha da “X”, lá não sei onde, em condições precárias “(Sujeito 10, Síndica).

Na comparação, são lançados argumentos que buscam demonstrar o distanciamento entre o condomínio e os especuladores imobiliários e grileiros, agentes responsabilizados pela expansão ilegal da cidade. Para os sujeitos é justamente a não existência desses agentes que atribui aos condomínios o caráter de “legal”:

“[...] porque ele já deixou de ser ilegal a partir do momento em que houve uma expulsão natural dos especuladores, se você for procurar um especulador aqui dentro não existe mais, existem famílias que compram para morar, pessoas corretas, dignas, decentes” (Sujeito 11).

Apesar de atribuir a responsabilidade ao governo pela ocupação desordenada da cidade, de modo contraditório alguns moradores se colocam contra as medidas de contenção de novos condomínios. Ao se contrapor às medidas adotadas pelo governo, são lançadas representações que acabam legitimando a sua própria realidade, já que o papel do poder público seria coibir, mas não derrubar:

“[...] esse lado omissso do governo você vê presente ali, ali você vê uma casa levantando a noite e amanhece as pessoas morando. E o governo, não sei, assim, a preocupação que ele tem, até que ponto ele fiscaliza e coíbe esse tipo de procedimento. Depois de tudo pronto também eu acho uma covardia, por parte dele, vir e derrubar a casa do outro, da pessoa [...]” (Sujeito 16, síndico).

O governo é omissso, mas a postura do síndico diante das obras que prosseguem, mesmo embargadas, não! Para ele essa função é do Estado e não da sua administração. O discurso representa a objetivação da prática ilegal, apoiando-se no “outro”.

A ilegalidade sempre está relacionada ao “outro” – aos ricos, cujo *status* não pode ser alcançado, aos pobres, cujo *status* rejeitam ao governo que não fiscaliza, mas também fiscaliza, e ao especulador/grileiro. Os indícios encontrados demonstram como ocorre a legitimação do ato ilegal, na medida em que suas ações tornam-se mecanismos de defesa e até mesmo de sobrevivência diante da sua realidade financeira, que não se adéqua aos limites impostos pelo planejamento do governo:

“[...] no princípio partiu pelo ponto de vista da ilegalidade, agora, na medida em que isso foi se reciclando, foi saindo esses grileiros e foram se assentando famílias, construindo, organizando e urbanizando [...]” (Sujeito 10, síndica).

Nesse sentido, os invasores são os pobres e a regularização é com eles. Para os condomínios, a expressão é “reciclar”, que significa vida familiar, construção e urbanização.

O problema mais uma vez é transferido ao “Outro”, ou seja, aos “pobres” que invadiram da mesma forma e receberam o lote. A irregularidade passa a ser legítima a partir do momento em que se paga pelo lote e toda a infra-estrutura do condomínio:

“A omissão é do estado. Eu comprei com faixa, anuncio em jornal. O estado é omissor, se eu sou ilegal o governo é também conivente. O cara invade uma área ali, invade, na beira da Estrutural, Paranoá, eu paguei por isso, eu ajudei a botar tudo quanto é coisa que tem aqui” (Sujeito 12, 60 anos, condomínio 2, novembro de 2008).

Quanto às representações estabelecidas do “outro”, muitas são resultado de juízos emitidos a partir de impressões sobre outra pessoa ou grupo social. De acordo com Camino (1996, p.24), as impressões podem se desenvolver de forma direta ou indireta. Como forma direta, entende-se o contato real e observação do outro, já de modo indireto são considerados os comentários sobre o outro elaborado por terceiros, como os divulgados pela mídia. Para o autor, uma impressão que o indivíduo forma de outra pessoa relaciona elementos cognitivos e afetivos, ou seja, tanto o pensamento que se faz sobre as pessoas, como a afeição criada (gosta, não gosta). A partir dessas considerações é possível constatar que as impressões são responsáveis por orientar o indivíduo em suas relações com o meio social (CAMINO, 1996).

Mas, o discurso dos moradores da classe média se aproxima muito do fenômeno denominado de “exatidão estereotipa” ou “[...] a formação de impressão a partir de um estereótipo social” (CAMINO, 1996, p. 35). Os estereótipos são compreendidos como:

[...] generalizações sobre pessoas baseadas no fato destas pertencerem a algum grupo ou categoria social, baseadas nas crenças de que todos os membros de um grupo possuem características ou atributos semelhantes. Um sujeito de um grupo é considerado e tratado como sendo fundamentalmente igual aos outros membros do grupo. O grupo é percebido e tratado como sendo homogêneo (CAMINO, 1996, p. 35).

Dessa forma, são elaboradas representações de um determinado grupo social e da ocupação da cidade. As representações elaboradas sobre as classes pobres estariam justificando a ilegalidade urbana de outro grupo social, a classe média.

Ao se referir à forma como vem ocorrendo a expansão dos condomínios irregulares e principalmente os das classes baixas nas periferias, há a confirmação do “outro” como ilegal, mas nós não!

“[...] o governo, ele não dá condições para os moradores de Brasília, para as pessoas aqui de Brasília, eles dão condições para quem tem condições de não entender o que ele está propondo é o que ele vai querer quando ele for eleito. Então, Samambaia, Recanto das Emas, ou seja, aquele, a pessoa que não tem mais cultura, então o que ele faz, ele doa lote, ele dá lote. A população de classe média está falida, então nós estamos criando as nossas próprias condições de moradia [...]” (Sujeito 5).

A distinção entre os grupos é reforçada quando o entrevistado lembra que as terras boas existentes no Distrito Federal deveriam ser ocupadas pela classe média:

“E isso causa indignação nas pessoas. Porque você vê tanta terra boa que poderia ser ocupada por pessoas de classe média, porque Brasília tem espaço, igual eles dizem” (Sujeito 16).

A fala do entrevistado vai à direção do que Serpa (2007) aponta, quando se refere à importância da alteridade para a definição da territorialidade na cidade contemporânea, para ele:

É no sistema de relações com que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (SERPA, 2007, p. 20).

Para o autor a identidade social leva à identidade territorial, definidas ambas, e definindo inclusive, a alteridade. Assim, é a partir da definição do “outro” que a ocupação da cidade se efetiva. A definição do morador de “terra boa para a

classe média” resume a ideia de que o acesso à cidade é uma ocupação “hierárquica” e simbólica (SERPA, 2007).

Já o posicionamento com relação ao “Outro” pode ser explicado pela:

[...] possibilidade real de confrontação, portanto, nos é dada por um outro espelho na vida cotidiana – a face de um Outro, os olhos de um Outro, o gesto de um Outro. O fato de que os seres humanos podem interrogar a si mesmos e podem usar diferentes territórios para refletir sobre suas identidades demonstra claramente que para além de qualquer tipo de isolacionismo e individualismo a verdadeira possibilidade de acesso à individualidade reside na presença de outros (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 70).

Observou-se que o termo ilegalidade soa enquanto afronta aos moradores, pois parece referir-se aos agentes ilegais que promoveram um mercado de terras ilegal e que, de acordo com a moradora, hoje neste condomínio não existem mais. Há um tempo simbólico de legalidade, quando os que promoveram o condomínio não se encontram mais no território dos moradores:

“[...] porque ele deixou de ser ilegal a partir do momento em que houve uma expulsão natural dos especuladores, se você for procurar um especulador aqui dentro não existe mais, existem famílias que compram para morar, pessoas corretas, dignas!” (Sujeito 11).

Apesar disso, muitos reconhecem a situação de ilegalidade em que vivem e até se auto-classificam, mas se auto-justificam pelo abandono:

“[...] é um contra-senso, mais eu me acho um pouco irregular apesar de ser contra a irregularidade, mais eu estou agindo irregularmente, mas o estado me obriga a ser irregular mesmo” (Sujeito 5).

São, portanto, as diferentes objetivações que condicionam práticas sócio-espaciais contrárias ao planejamento da cidade. Ao falar sobre uma possível solução para o problema da ilegalidade urbana os moradores apresentam suas representações, mas não falam de si, mas do “outro” pobre:

“[...] por que não vão dar lotes para eles ali do lado. As pessoas não saem. Qual é a solução? No meu entender não tem solução mais” (Sujeito 8).

E ainda:

“[...] hoje qual a solução? É urbanizar a favela. Ou fazer o que com aquelas pessoas? Aquelas pessoas não saem de lá. Tentar dar outras áreas para elas, elas não querem [...]” (Sujeito 15).

O caminho, segundo os moradores, é “regularizar”, pois em alguns casos o condomínio oferece mais infra-estrutura que a encontrada na região. Estariam, nesse sentido, os condomínios fazendo o papel do Estado, já que de acordo com a síndica:

“[...] se você entrar no nosso condomínio você vai ver que as nossas obras são mais bem feitas, mais bem planejadas, nós temos preocupação com detalhes, coisa que o poder público não tem condições de fazer por causa da grandeza e da falta de planejamento” (Sujeito 10, síndica).

O que fica no discurso do morador é um apelo que, na verdade, pode ser compreendido também como um alerta:

“[...] pois, se uma comunidade já existe e está enraizada naquele local você tem que sentir as necessidades, qual é a realidade daquela população para propor alguma coisa contextualizada” (Sujeito 11).

Na fala do sujeito 26, são apresentadas as expectativas dessa população quanto à política habitacional da cidade:

“[...] por isso eu acho que o governo devia fazer condomínios com mais condições de qualidade de vida. Os condomínios parecidos com esse quem fez foram as próprias pessoas” (Sujeito 26).

O espaço público representado na cidade é o local onde os fenômenos são produzidos e reproduzidos por meio de construções particulares da realidade social e da alteridade. Dessa forma, por meio das representações elaboradas do “outro” que a classe média se estabeleceu, ocupando determinadas áreas. Confirma-se, portanto, o papel das representações sociais na ocupação e acesso à cidade contemporânea, acesso que antes de tudo é simbólico e altamente segregado, conformando os espaços a grupos sociais bem definidos. A partir disso, entende-se que as representações criadas pelos moradores acerca dos condomínios horizontais fechados irregulares são fatores importantes para o

estabelecimento da realidade urbana atual. Essas representações serão discutidas no tópico a seguir.

6.2. Representações e “Necessidades” da Classe Média: Os Condomínios

Nas entrevistas foram reveladas as representações sociais estabelecidas pela população de classe média a respeito dos condomínios horizontais fechados. Os elementos levantados confirmam aspirações e desejos da sociedade urbana atual, como a importância da qualidade de vida e do morar em uma casa de acordo com os seus sonhos. Diante do padrão urbanístico imposto, a ilegalidade urbana objetiva-se por meio do discurso da qualidade de vida. Para um Síndico:

“[...] os condomínios hoje é um apaziguador nesse aspecto, ele acata você (...) você tem liberdade, nos vamos construir em um local aonde nós nos sentimos humanos novamente, você tem qualidade de vida, essa é a palavra. Você vê seu filho correndo e as crianças brincando [...]” (Sujeito 16, síndico).

A cidade para ele, por se basear em um projeto modernista rígido, apresentou-se enquanto um ambiente hostil que impossibilitou o acesso a uma moradia “digna”. Nesse sentido, a ilegalidade dos condomínios também seria objetivada pela falta de políticas públicas e de planejamento por parte do Estado, que não observou as necessidades da população de classe média.

“E eu queria ter um quintal, um jardim, para os meus filhos poderem brincar que não fosse dentro de um apartamento de cem metros quadrados, que seria compatível com a minha renda. Mas o verde é hoje com certeza fundamental para a nossa vida” (Sujeito 8).

Somados à necessidade de possuir um imóvel próprio estão os atributos desfrutados morando em uma casa e que nenhum apartamento pode oferecer. Morar em um condomínio horizontal fechado tornou-se um novo estilo de vida, distinto, entendido como:

[...] produtos sistemáticos dos *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de

propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Os atributos elencados pelos moradores, de acordo com Bourdieu (2008), se referem a um sistema de classificação, produto da incorporação da estrutura do espaço social nos limites das possibilidades e impossibilidades econômicas. O conjunto de escolhas realizadas por esses moradores diz respeito a um estilo de vida que adquire valor simbólico e econômico. Diante das significações conclui-se que: “necessidade torna virtude, ele tende a transformar continuamente a necessidade em virtude, levando a “escolhas” ajustadas à condição de que ele é o produto [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 166).

A valorização do verde está diretamente relacionada ao modelo de moradia ideal, sendo os qualitativos ambientais mais uma característica fundamental. Esse aspecto foi lembrado como um dos fatores importantes para a aquisição do lote neste condomínio. Segundo este síndico:

“[...] as pessoas querem morar bem, querem viver bem [...]”

“[...] quando eu mudei pra cá aí eu acordei no outro dia e quando eu olhei pro meu jardim tava cheio de passarinho, eu falei nossa! Nós não precisamos ter gaiolas aqui! Olha o sentido da liberdade! Nós não precisamos prender os animais eles também como nós podem ir e vir livremente” (Sujeito 16, síndico).

A ideia de não haver distância entre o Homem e a Natureza é literalmente vivida por alguns moradores, que detém uma mata fechada como parte do seu quintal. É o caso do sujeito 13 que tem a vista do fundo de vale compondo o projeto arquitetônico da casa:



Foto 2 – Vista do quintal

Fonte: Acervo da autora, novembro de 2008.

Entre os aspectos que chamam a atenção está o clima, os sons que ecoam dessa paisagem. Pelo fato de alguns condomínios serem pequenos, a sensação é de que você está literalmente no campo, longe da cidade. Distante, mas nem tanto, pois isso tudo está apenas a 10 Km da Esplanada dos Ministérios. A verdade é que infelizmente esse é um ambiente distante da maioria da população das cidades.

Quanto à questão ambiental, notou-se que, de modo contraditório, existe por, parte dos moradores dos condomínios, uma “consciência” ambiental. Alguns condomínios inclusive têm projetos de recuperação dos corredores ecológicos, da substituição de plantas por árvores nativas do cerrado que foram retiradas para a fixação do empreendimento. A preservação e o reflorestamento dos fundos de vale também foram discutidos, inclusive são realizados projetos que buscam reconstituir a mata original degradada. Na foto abaixo, um projeto de reflorestamento lançado pelo morador:



Foto 3 – Projetos ambientais: buscando o reencontro

Fonte: acervo da autora, dezembro de 2008.

Contudo, apesar de haver essa consciência “ecológica”, as necessidades particulares e materiais ainda se sobressaem. Em pesquisa realizada junto aos moradores de condomínios de várias cidades brasileiras, Cristiane Dacanal relata que, “morar em um condomínio significa um diferencial ambiental qualitativo e privilégio social” (DACANAL, 2004, p.81). A localização privilegiada, o fácil acesso, a proximidade de qualitativos ambientais que o distanciam da cidade barulhenta e caótica, juntamente com o tamanho da moradia, reafirmam o prestígio social que significa hoje morar em um condomínio. Segundo Tuan (1983), as classes de maior poder aquisitivo dominam o espaço visual. Para o autor: “O *status* deles se torna evidente aos estranhos pela localização superior de suas residências [...]” (TUAN, 1983, p. 42). Morando em uma casa com 300m² e longe de incômodos da cidade, o morador acredita ser:

“O mais importante para mim é a paz que eu encontro toda a vez que retorno para casa, parece que deixei a cidade com todo o barulho e viajei para o interior, isso sem duvida é a melhor coisa que eu posso oferecer para os meus filhos mais adiante” (Sujeito 21).

As representações que se estabelecem dos condomínios se referem às sensações criadas do lugar de morada, do prazer de desfrutar de um belo jardim com árvores frutíferas, grama e flores. Tudo isso caracteriza o sentimento topofílico dos moradores com o lugar onde vivem. Para Tuan (1980), as respostas geradas podem variar entre os indivíduos:

A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e meio de ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Quando perguntados sobre a importância de estarem próximos de uma área verde os moradores apresentam detalhes que objetivam a sua prática ilegal:

“[...] são aspectos que eu considero importante para a qualidade de vida. Poder acordar de manhã e ver passarinhos dos mais diversos tipos e outras aves no meu quintal é algo que conta para a minha qualidade de vida” (Sujeito 25).

Enquanto concedia a entrevista o sujeito apontava para o seu jardim muito bem cuidado:



Foto 4 – Jardim no interior da moradia

Fonte: Acervo da autora, dezembro de 2008.

A importância dada à beleza ambiental e ao prazer estético proporcionado por um jardim ou por uma área verde, mesmo que elas sejam tecnicamente produzidas, se relacionam ao universo criado pela sociedade contemporânea. O aspecto segurança é também um fator relevante, já que muitos entrevistados expressaram a sua preocupação com a crescente onda de violência vivida em Brasília. Conclui o sujeito 30, dizendo:

“[...] essa proximidade do verde é muitíssimo importante. Você não houve barulho nenhum no condomínio, você não houve barulho de buzina de carro. Você passa por uma portaria onde você foi filmada e está com o documento retido. Essa é a segurança que não se tem lá fora” (Sujeito 30).

O aspecto segurança e qualidade de vida são tão fortes que tem levado alguns moradores a mudarem seu padrão habitacional, tudo em busca de um local mais seguro e tranquilo. Foi o caso do sujeito 1 que deixou a sua casa de

500m², construída de acordo com seus sonhos para morar em um lote muito menor, em um condomínio fechado:

“Eu morava em uma casa de quase quinhentos metros, agora vivo em uma casa com aproximadamente trezentos metros quadrados. Principal de tudo é a questão da segurança. Eu acho também a qualidade de vida, o local que a gente mora seja um local bom, agradável de viver “(Sujeito 1).

O fato é que “quando uma sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza” (TUAN, 1980, p. 118). Contudo, a “simplicidade” a que o autor se refere pode ser entendida como um artigo de luxo, já que em meio a tantas pressões promovidas pelos agentes imobiliários sobre a terra urbana, ter uma casa em uma área com todas essas características representa muito mais que *status* social. Por isso, para Tuan (1980) a apreciação romântica da natureza é um privilégio e riqueza da cidade. A foto abaixo ilustra com propriedade as palavras do autor, pois é possível notar o cuidado em reproduzir um ambiente rural, com móveis rústicos e plantas cobrindo toda a varanda da casa. No fundo as árvores frutíferas completam a paisagem:



Foto 5 – Reproduzindo o Ambiente Rural

Fonte: Acervo da autora, dezembro de 2008.

Quando o morador fala sobre o significado da sua casa de 400m² fica claro a importância dos espaços amplos e do contato com o verde:

“[...] as crianças adoram este local, podem ter contato com pássaros, terra, grama, tudo o que uma criança merece. O fato de morar em casa, este contato com a natureza, os meus filhos brincando na grama, poder ter cachorro” (Sujeito 28).

Para alguns moradores, o silêncio só pode ser interrompido com o barulho que vem da Natureza, produzido pela cachoeira existente no fundo do seu quintal:



Foto 6 – No Fundo de Vale uma Cachoeira
Fonte: acervo da autora, novembro de 2008.

A partir do discurso dos sujeitos, conclui-se que as suas representações sociais “[...] funciona(m) como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas” (ABRIC, 1998, p. 28).

Apesar de desfrutarem de todos esses qualitativos ambientais, existe algo que incomoda e ainda tira o sossego dos moradores. A falta de escrituras e o medo de ter que perder tudo o que construíram. Observe como o discurso do morador muda bruscamente quando perguntado sobre o que ele mais aprecia morando no condomínio:

“A paz e o contato com uma natureza impar, elas representam um grande passo rumo a busca das nossas escrituras, afinal, somos donos do quê? Apesar de tudo de bom que este lugar me oferece tenho que admitir que ainda me falta o essencial, a escritura da minha casa” (Sujeito 26).

O discurso do entrevistado muda quando o assunto é a regularização. Quando perguntados sobre a possibilidade de mudar de condomínio, a preocupação com a regularização é o fator de destaque e determinante para a troca:

“sim, se tivesse dinheiro mudaria para um condomínio regularizado, mas que também tenha tudo o que encontro aqui. A proximidade e o contato com a natureza, o cheiro de mato e brejo” (Sujeito26).

Todas essas representações criadas a respeito dos condomínios demonstram o quanto a cidade é segregada do ponto de vista ambiental e social, pois o medo da cidade leva a práticas produtoras de uma paisagem de medo composta por câmeras, muros, cercas elétricas e guardas. As guaritas e os muros altos lhe conferem proteção contra a violência das ruas, o encontro com mendigos, assegurando o direito de não serem incomodados em sua residência. Essa realidade provoca a prisão voluntária das pessoas em suas casas e um sentimento que passa a incorporar outros aspectos além da violência, como também o sentimento de afastamento entre as classes sociais (CALDEIRA, 2000).

Quanto a “Natureza”, na sociedade atual é entendida como um símbolo de *status*, na medida em que se pode contar com uma área total média para cada lote de 850m² caracterizada por técnicas de paisagismo, jardins e amplas áreas de circulação, um atrativo ao bem estar e à qualidade de vida. Por isso, a Natureza passa a ser compreendida por “verde”, já que se relaciona a valores ligados ao imaginário e às amenidades compreendidas como diferenciais e exclusivas.

6.2.1. Justificando a escolha pelos condomínios irregulares: a realidade da moradia anterior

Os sujeitos entrevistados apresentaram em seus discursos observações sobre a sua trajetória até chegar ao condomínio. Como já observado, a maior parte dos sujeitos trocou de moradia pelo menos duas vezes, o que pode ser explicado pela dificuldade de compra de um imóvel, mas também por aspectos

que envolvem as características do padrão habitacional acessível à classe média no Plano Piloto e nas superquadras.

Apesar dos sujeitos justificarem sua prática ilegal com o discurso da cidade caótica, constatou-se de modo contraditório que a percepção que a população tem de Brasília, apresenta uma cidade justamente livre dos problemas das grandes cidades. Conclui-se que a racionalização que os moradores têm da cidade não combina com a representação desse grupo para com a moradia em Brasília, como observado na fala do sujeito:

“Sou nascido em Brasília. Para morar eu acho fantástico né. A gente, não tem alguns problemas caóticos, como São Paulo. Nem de segurança, nem de trânsito, nem de alagamentos, então pelo menos nessa parte que eu vivo aqui, a gente tem esses problemas reduzidos” (Sujeito 2).

A cidade de Brasília é vista como sendo um lugar onde a qualidade de vida e o contato com a Natureza são os diferenciais, os espaços amplos e a proximidade com o verde também foi destacada como sendo uma vantagem pelos moradores. Mas a cidade também é relacionada à imagem de cidade excludente, onde a questão habitacional é algo ainda a ser resolvida, já que o acesso à moradia é restrito a alguns níveis de renda.

O tamanho dos apartamentos foi lembrado como fatores que levaram o sujeito abaixo a se mudar quatro vezes:

“A primeira foi o Guará e a última foi na Asa Sul. Ele tinha dois quartos era sem ventilação, muito pequeno [...] pela dificuldade que é morar em um apartamento com dois filhos homens, muito difícil a convivência, todo mundo se esbarrando dentro de casa, era horrível” (Sujeito 19).

Quanto ao projeto urbanístico proposto para Brasília, ele é questionado pelos entrevistados. É reconhecida a beleza da cidade, mas também as dificuldades encontradas no acesso à cidade pela população, que se vê restrita a um plano urbanístico rígido que produz uma realidade diferente de tudo:

“Olha eu vejo Brasília assim, seu projeto original maravilhoso, no aspecto plano piloto maravilhoso, mas ficou muito fechado, porque se planejou para um

objetivo e esse movimento das pessoas foi transformando a cidade verdadeiramente como numa cidade qualquer, entendeu?” (Sujeito 13).

No gráfico abaixo é apresentada a situação dos sujeitos quanto à sua moradia anterior. Apesar da maioria dos sujeitos já possuírem imóvel próprio, cerca de 57%, a realidade do imóvel alugado e funcional estão presentes com 43% dos entrevistados.

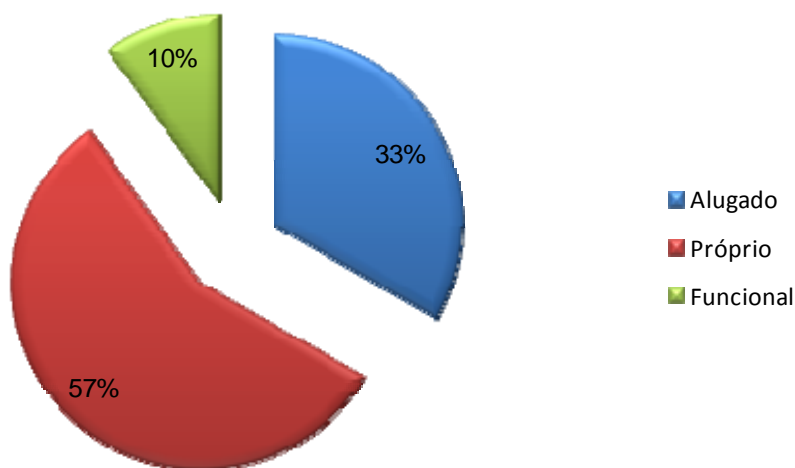


Gráfico 3 – Situação do Imóvel

Fonte: Acervo da autora.

Observou-se que 10% dos sujeitos viveram durante anos em apartamento funcional; mas, com a aposentadoria, foram obrigados a deixar o imóvel, fato que “forçou-os” a buscar os condomínios. Veja no discurso do sujeito abaixo:

“[...] era um apartamento funcional. Eu morei por muito tempo no plano em imóvel funcional, cerca de oitenta metros quadrados, dois quartos. Tendo feito o concurso para a força aérea brasileira e o concurso era aqui, não tive alternativa. O que me trouxe aqui foi que inicialmente não dava para ter um apartamento no Plano Piloto” (Sujeito 27).

As dificuldades enfrentadas em adquirir um imóvel próprio em Brasília são reforçadas pelo sujeito a seguir, que passou por várias regiões sem sucesso:

“[...] então na época eu fui juntando minhas economias e tentando resolver meu problema de moradia. Eu andei em apartamentos do Cruzeiro, Bandeirante, no Guará, enfim na asa norte, e o dinheiro, quando eu achava um

apartamento que eu teria condição de pagar a prestação, eu não tinha condição de pagar o ágio, naquela época do ágio” (Sujeito 16, síndico).

Jovens casais entrevistados manifestaram as dificuldades que encontraram para adquirir a sua casa própria, construir no condomínio por etapas foi a forma encontrada:

“[...] quando eu casei fui para um apartamento. Fiquei morando de favor assim até eu construir uma edícula e mudar para cá. Eram dois quartos, era pequeno, sessenta metros quadrados e era alugado” (Sujeito 2).

As representações apresentadas pelos sujeitos da moradia em Brasília expressam um pouco da maneira como é compreendida a cidade, pois entende-se que o modo como vai ser representado o espaço depende do “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico (TUAN, 1980, p. 5). Portanto, a representação social da cidade é estabelecida a partir da racionalização das vantagens e (des)vantagens encontradas, tais como: acessibilidade, segurança, tranquilidade, equipamentos públicos, etc. Nota-se que mesmo aqueles sujeitos que já moravam em casa própria, cerca de 13% preferiram arriscar comprando um lote irregular, afinal, nos condomínios não é diferente, certas vantagens ao serem reconhecidas passam a condicionar a prática da ilegalidade. A foto abaixo representa o interior de um dos condomínios, as ruas calmas e muito bem cuidadas dão o ar de lugar aconchegante:



Foto 7 – Vista do interior de um condomínio do Setor Habitacional Jardim Botânico.

Fonte: Acervo da autora, novembro de 2008.

Analisando as características da moradia anterior, conclui-se que 74% dos sujeitos moravam em apartamento como apresenta o gráfico 4.

Nos relatos a seguir ficam evidentes as dificuldades enfrentadas para atingir o sonho de uma casa:

“Então era um local próximo e eu queria muito morar em casa, foi a única opção que tivemos, não tinha dinheiro para comprar algo nos padrões de Brasília, então resolvi arriscar e ir construindo aos poucos” (Sujeito 2, 27 anos, condomínio 1, agosto de 2008).

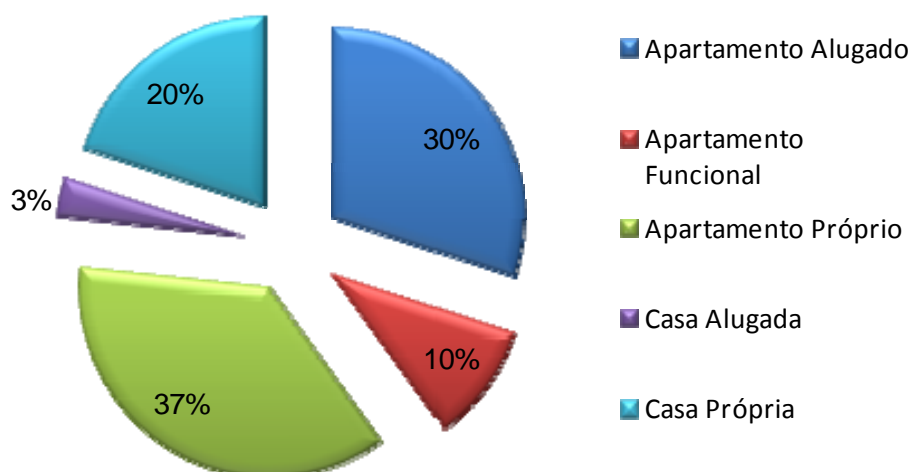


Gráfico 4 – Situação do Imóvel por tipo da moradia

Fonte: Acervo da autora

Os aspectos negativos de morar em um apartamento foram ressaltados pelos moradores, e podem ser explicados por aquilo que Tuan (1983) entende pela influência do ambiente construído em afetar as pessoas que nele vivem. Para o autor, “o espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana” (TUAN, 1983, p. 114). Com isso, mesmo aqueles que já possuíam imóvel próprio identificaram nos condomínio a possibilidade de adquirir um lote e construir de acordo com a sua necessidade e seus sonhos.

A dimensão desse sonho é apresentada no gráfico 5. Quando comparadas às dimensões da moradia anterior com a atual, conclui-se que houve um crescimento significativo no tamanho da moradia. Apenas quatro moradores declararam a sua casa atual menor que a anterior. Esses casos podem ser justificados pela mudança de um condomínio maior para outro, com lotes menores, principalmente pela busca da segurança ou mesmo pela localização mais favorável do condomínio fechado. Como é o caso do sujeito 1, já destacado anteriormente, que trocou sua casa de 500m² por uma de 300m² depois que sua vizinha foi assaltada e mantida refém no Lago Norte.

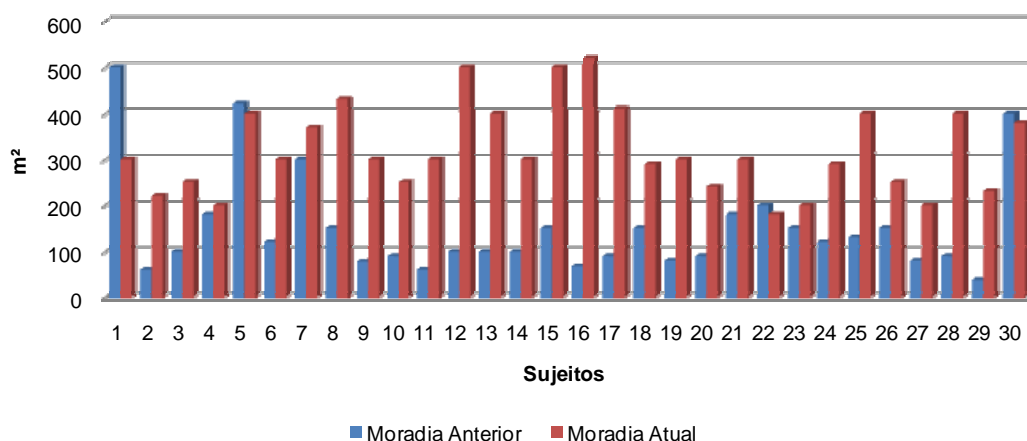


Gráfico 5 – Caracterização da Moradia – m²

Fonte: Acervo da autora.

Constata-se que a sociedade moderna sente a necessidade de ser “original”, pois, para Bourdieu (2000), o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.

Por isso, o perfil financeiro justifica a busca por uma “moradia digna” e a impossibilidade de morar nas áreas nobres como de “jogada às margens da cidade”. As diferentes objetivações condicionam práticas sócio-espaciais contrárias ao planejamento da cidade. Desse modo, os condomínios são para quem não possui imóvel próprio, uma oportunidade de fugir do aluguel, enquanto para os que já possuem imóvel próprio, são sinônimo de conforto e moradia “digna”.

“[...] ai a opção que nos tínhamos era comprar um lote para poder construir alguma coisa descente, habitável, porque o apartamento lá era muito quente, sem ventilação de banheiro, sem ventilação da casa, era horrível” (Sujeito 11).

Para os sujeitos que não possuíam imóvel próprio, os condomínios se transformaram na solução de uma questão sem perspectivas, pois só assim foi possível morar em uma casa de acordo com as necessidades da sua família:

“[...] eu comprei essa casa aqui, faz dois anos atrás, na faixa de 130 mil. O que eu comprava lá no Plano Piloto? Nada, não comprava nada. Já com dois filhos não dava para eu morar. A parte econômica contou muito. E também a possibilidade de voltar a morar em casa” (Sujeito 13).

Relacionados às questões que justificaram a escolha de um condomínio irregular, observa-se que as representações elaboradas da moradia e de Brasília, remetem a uma identidade social e territorial criada pela classe média. São, portanto, as diferenças, os definidores da acessibilidade e a apropriação do espaço público contemporâneo. O estilo de vida dessa classe social é um importante definidor das representações estabelecidas da moradia em Brasília, pois a partir de aspectos específicos essa população se apropriou do espaço público. O acesso à cidade nesse sentido mostra-se, sobretudo enquanto um ato simbólico.

6.3 Ancorando as Representações dos Condomínios Horizontais Fechados

Pensando nos valores que estariam ancorando a busca pelos condomínios, foram detectados elementos que se remetem à infância vivida na casa dos pais, como a casa e áreas amplas. Para o sujeito 8, morar em um condomínio trouxe a possibilidade de voltar a conviver com elementos encontrados na sua juventude:

“Eu queria morar em casa porque quando solteira eu morava no lago norte e depois que eu casei eu passei a morar em apartamento, e eu adoro morar em casa, ter um quintalzinho, eu poder andar descalça no quintal, no final de semana ficar em casa, poder ter um cachorro [...]” (Sujeito 8).

Por meio de representações passadas são configurados novos símbolos estabelecidos a partir da mediação sujeito-mundo. Cria-se, de acordo com Jovchelovitch (1994), um “novo” mundo de significados. Esse novo significado dado à moradia e à relação com lembranças passadas é observado também na fala do Sujeito 28, quando se refere à experiência vivida morando em um apartamento e a realidade atual que se aproxima da cidade onde cresceu:

“A tranqüilidade de não ter um vizinho arrastando a cadeira, tossindo em cima do seu apartamento é maravilhoso. Você tem uma melhor qualidade de vida, maior privacidade. Ter um quintal poder plantar arvores frutíferas, ter um cachorro. Outro fator e que tanto eu como minha esposa crescemos numa cidade do interior e esta região nos lembra muito nossa cidade natal” (Sujeito 30).

A foto a seguir ilustra bem os aspectos ressaltados pelo morador, como a tranquilidade das ruas:



FOTO 8 – Vista da Rua: Memórias do Interior

Fonte: acervo da autora, novembro de 2008.

Assim, a face simbólica da representação social é reforçada, na medida em que:

[...] pedaços de realidade social são mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais elas se encontram. É desnecessário dizer que, tanto de uma perspectiva conceitual como de uma perspectiva genética, não há possibilidade para a construção simbólica fora de uma rede de significados já constituídos (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 78).

Esses significados já constituídos trazem à tona fragmentos, que revelam a associação entre a realidade cotidiana vivida no condomínio e representações anteriores que ancoram a prática ilegal:

“[...] queria ter cachorro, uma horta, um jardim (...) foi a busca desesperada por uma qualidade de vida melhor, ter algumas coisas que na minha infância e juventude eu tinha, é claro que meus amigos ficaram desconfiados com a proposta que eu tive na época, parecia algo muito bom” (Sujeito 9).

Assim, a busca por aspectos que se aproximam do campo é tão vislumbrada que alguns moradores procuram reproduzir literalmente esses lugares. É o caso do sujeito a seguir que tem em sua área um fogão de lenha e apetrechos que reproduzem sua casa em Pirenópolis:

“Isso é fundamental para a minha família, eu digo a minha filha que isso aqui é a visão do mundo, é o mundão, depois a gente tem uma obrigação de acordar sem mau humor. Quem vem aqui toma um choque, olha a paz, olha que natureza que eu tenho, me lembra Pirenópolis, a minha casa, o fogão de lenha, a horta” (Sujeito 14).



Foto 9 – O fogão de lenha e tudo que lembra um lugarzinho especial
Fonte: acervo da autora, dezembro de 2008.

A casa dos pais também é lembrada quando a preocupação é a segurança. Para a moradora, o condomínio horizontal fechado atende às suas preocupações com a segurança, já que sua mãe sofre esse medo constante, como diz a entrevistada:

“[...] fora isso, eu também vejo o fato de morar em um condomínio, por exemplo, meus pais moram no Lago Norte, mas eu não tenho vontade de morar em um lugar como o Lago Sul ou Lago Norte por conta da falta de segurança, então eu teria medo hoje de morar. Igual a minha mãe mora e tem cachorro não pode sair de casa, tem de deixar a luz acesa, é todo um aparato uma preocupação, agora minha mãe não trabalha só fica em casa, e eu não tenho coragem de morar por que eu acho que teria medo. Agora no condomínio eu me sinto segura, eu to morando numa casa próxima do centro, mas ao mesmo tempo com segurança” (Sujeito 8).

Tuan (1980) afirma que “a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos” (TUAN, 1980, p. 110). Para ele, o despertar para a beleza ambiental acontece repentinamente e se relaciona a lembranças que independem de opiniões de outros indivíduos:

Este despertar não depende muito de opiniões alheias e também em grande parte independe do caráter do meio ambiente. As cenas simples e mesmo as pouco atrativas podem revelar aspectos que antes passavam despercebidos e este novo insight na realidade é, às vezes, experienciado como beleza (TUAN, 1980, p.110).

A moradia é então compreendida como uma somatória de acontecimentos reais que adquirem valores simbólicos, que se relacionam à posse da casa e às representações passadas que fazem da sua casa um local de identificação, mas também trazem a casa como sinônimo de *status* social mediante os qualitativos oferecidos e que se distanciam do restante da cidade, mesmo de áreas nobres, como o Lago Norte e o Lago Sul.

7. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou contribuir para a análise das relações entre práticas sócio-espaciais da classe média e as representações sociais do espaço urbano. Por meio das representações sociais da moradia e do “verde”, foi possível diagnosticar elementos importantes para a configuração da ilegalidade urbana em Brasília. Constatou-se que as representações sociais relacionadas à questão fundiária na cidade como um todo, também contribuíram para a configuração dos condomínios irregulares do Setor Habitacional Jardim Botânico. O modo como vem sendo tratada a ilegalidade urbana nos últimos 20 anos reforça a questão da “impunidade”, fato que estaria ancorando e sustentando a compra de lotes sem escrituras, prática entendida como recorrente e até “natural” pela classe média.

O Estado e a sociedade tiveram papéis fundamentais na produção do espaço urbano caótico em Brasília, apesar do importante componente das restrições de uso e acesso à terra urbana que incentivaram ações contrárias ao planejamento imposto. Têm-se, assim, as condições fundamentais para o surgimento de “outra” cidade, que está ligada a agentes ilegais que parcelam terras públicas e privadas sem qualquer controle do Estado. Cria-se uma nova lógica de produção da cidade, não mais vinculada às regras do Estado, mas às regras do mercado (PENNA, 2003).

A teoria das representações sociais trabalhada em estudos urbanos mostrou-se possível, pois questões internas aos sujeitos, pouco discutidas no urbanismo se mostraram importantes na ocupação irregular da periferia da cidade pela classe média. Essa relação é sustentada pela ideia de que a teoria das representações sociais encontra-se em uma “posição mista na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e conceitos psicológicos” (Moscovici, 1978, p. 41). Portanto, ao pensar na constituição dos condomínios de classe média, não se pode deixar de considerar o papel fundamental que as representações sociais do espaço urbano adquirem mediante a sociedade informacional.

O paralelo traçado entre o projeto original, da cidade modernista e a realidade pós-moderna cristalizada pelo estilo de vida da sociedade

contemporânea, mostrou que o simbolismo que envolvia Brasília se esfacelou diante das tensões impostas pelo estilo de vida contemporâneo. Os impasses resultantes se relacionam ao estilo de vida da sociedade globalizada, cujos anseios e expectativas se referem a um modelo de sociedade consumista e individualista. A emergência de questões relevantes, como a violência nas cidades e a problemática ambiental, são elementos que somados a desejos da moradia, reproduzem valores e uma nova lógica de produção da cidade.

Verificou-se que os condomínios estão envoltos por uma dimensão simbólica, apresentando-se como novas formas de morada materializadas como espaços de prestígio social, que se estruturam por representações sociais elaboradas da cidade. A valorização hierárquica dos espaços, a resignificação da casa e a importância dos qualitativos ambientais, confirmam a hipótese de que a ilegalidade urbana da classe média reflete uma tendência da sociedade contemporânea de criar novos espaços, incorporando valores e sonhos que se distanciam da cidade caótica. Constatou-se que os condomínios horizontais irregulares são objetivados no discurso da segurança, qualidade de vida e padrão habitacional encontrados nesses novos locais de morada.

Observou-se que, quanto à ilegalidade urbana, as representações sociais dos moradores indicam o governo como principal responsável pela expansão dos condomínios irregulares, já que não acompanhou e nem ofereceu alternativas para evitar que o fenômeno se desenvolvesse. Para os condomínios se dirigiram pessoas que buscavam qualidade de vida, segurança e melhoria nas suas condições de habitação. Muitos dos respondentes só puderam adquirir o seu imóvel próprio porque ele era irregular, diante dos altos custos do aluguel e do valor dos imóveis no Plano Piloto. As respostas demonstram como é legitimado o ato ilegal, na medida em que as ações tornam-se mecanismos de defesa e até mesmo de “sobrevivência” diante da realidade financeira e das necessidades familiares.

As justificativas para a mudança para um condomínio irregular se relacionam às condições da moradia anterior, como o tamanho dos apartamentos, à falta de ventilação, a privacidade e a dificuldade em criar os filhos em um apartamento. A busca de espaços individuais como a casa grande, com quintal

em contato com plantas e animais é um aspecto relevante. Já com relação aos invasores, são sempre reconhecidos nos “outros”, principalmente nas classes mais baixas, para quem os políticos “doam” casas e lotes. Os moradores não se reconhecem como invasores, já que diante da dificuldade de acesso à moradia “digna” e da falta de projetos voltados para a classe média, foram obrigados a ocupar áreas privilegiadas. Os discursos demonstraram que os sujeitos têm consciência do ato ilegal, no entanto, o fato de terem pagado pelo lote transfere ao poder público a responsabilidade pela ocupação irregular. Para os que já possuíam imóvel próprio a principal justificativa foi a fuga do apartamento em busca de mais espaço, enquanto os que não possuíam imóvel reforçaram a necessidade de deixar o aluguel e poder investir em um imóvel próprio.

Foram identificadas representações sociais comuns aos sujeitos e que se referem ao significado da moradia para a classe média, como a qualidade de vida, a importância da casa, a segurança, a proximidade com a natureza, um lugar tranquilo em contato com a “natureza”, o que reforça o entendimento de que a casa é muito mais que o possuir um teto. Portanto, a ilegalidade urbana da classe média é resultado da incorporação de valores e sonhos que se distanciam da cidade caótica. Porém, as invasões refletem a dificuldade desse grupo social em conformar-se com a urbanidade proposta pelo projeto modernista. As representações sociais criadas da moradia em Brasília, dos condomínios horizontais fechados, da ilegalidade urbana e da terra pública mostraram-se como norteadores do fenômeno de invasão das classes médias.

Portanto, o choque de poderes entre agentes ilegais e o Estado estabeleceu contradições quanto ao uso e apropriação das reservas ambientais, identificadas como “moradia” para a classe média. Surgem conflitos de ordem social, política e econômica, que como observado fazem parte do próprio processo de estruturação da nova Capital.

BIBLIOGRAFIA

ABRIC, Jean. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, GO: AB Editora, 1998. pp. 27-38.

ABUHAMAD, Eduarda. N. **Desenho urbano modernista e socialização em Brasília**. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo)- FAU/UnB, Brasília, 2002, mimeo.

ALBA, Martha de. Experiência urbana e imagens colectivas de La ciudad de México. In: **Estúdios demográficos y urbanos**, vol.21, n. 3, pp.663-700, 2006.

_____. El método ALCESTE y su aplicación AL estudio de las representaciones sociales Del espacio urbano: El caso de La ciudad de México. In: **Textes sur les représentations sociales**, vol. 13, pp. 1-20, 2004.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Barbosa; BARRETO, Frederico Pinheiro (Org.). **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e a teoria do gênero. In: **Cadernos de pesquisa**, nº117, p. 127-147, novembro, 2002.

AZEVEDO, Sérgio de: Vinte e dois anos de política habitacional popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. In: **Revista de Administração Pública**, 22(4): 107-119. Rio de Janeiro. Outubro/Dezembro de 1988.

BAUER, Martin W. & AARTS, Bas. A construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Martin W. Bauer & George Gaskell (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pp. 39-63.

BELLI, Benomi. Violência, polícia e direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Ano 10 jul/set 2002 nº 39. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Publicação oficial do IBCCrim – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. pp. 231-240.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BORTOLO, Marizângela. A e FERREIRA, Yoshiya.N. **Condomínios fechados e a apropriação do “verde”**. In: XXII SEMANA DE GEOGRAFIA, Londrina. XXII Semana de Geografia- Educação, Política e Meio Ambiente no Mundo Contemporâneo (publicação em CD-rom, trabalho completo).Londrina: UEL, out/2006. pp.1-10.

_____, Marizângela A. de. **A apropriação e o sentido do “verde” nos condomínios horizontais fechados em Londrina-PR**. Monografia (Bacharelado em Geografia)- Departamento de Geociências/ UEL, Londrina, 2006, mimeo.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2003.

_____, Pierre. **A Distinção. Crítica Social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muro. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, Brígido V. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: Moreira, Antonia Silva; CAMARGO, Brígido Vizeu; JESUINO, Jorge Correia; NÓBREGA, Sheva Maia da. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em Representações Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

CAMINO, Leôncio; MACIEL, Carla; BRANDÃO, Carla & GOMES, Geraldo. O conhecimento do Outro: primeiras explicações em termos de percepção social. In: CARMINO, Leôncio (Org.). **Conhecimento do Outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social**. Série Monografias em psicologia social. João Pessoa: Editora Universitária, 1996. p.13-58.

CIDADE, L. C. F. Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 223- 251.

DACANAL, C. **Acesso restrito: Reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais.** 174 f. (Dissertação de Mestrado)- IGCE/UNESP, Rio Claro, 2004, mimeo.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal.** Brasília: SEDUH, 2006.

FESTINGER, Leon. **Teoria da Dissonância Cognitiva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: Martin W. Bauer & George Gaskell (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (pp. 114-136).

HABERMAS, Juergen. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2006.

HOLANDA, Frederico de. **O Espaço de exceção.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

HOLSTON, James. **A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

JODELET, Denise, Représentations Sociales: un domaine em expansion.
JODELET, Denise (org.) **Les Représentations Sociales.** Paris: Puf, 1989.

_____, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In:
JODELET, Denise. (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

_____, Denise. **Loucuras e representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e

JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 63-83.

LIMA, Paulo Castilho. A especulação imobiliária em Brasília e a hipótese do uso da contribuição de melhoria. In: PAVIANI, Aldo (Org.) **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.p.169-188.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MALAGUTTI, Cecília J. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal: Legalização ou exclusão?** 232 f (Dissertação de Mestrado) UnB, Brasília, mimeo, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1978.

_____, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do e MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Vol.6, n.2, dez. 2006 p.72-88. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 maio de 2009.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

OLIVEIRA PELUSO, Marília Luiza. **Mercado imobiliário urbano na periferia do distrito federal: Um estudo de caso; a cidade ocidental**. 1983. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Urb/UnB, Brasília, 1983.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 26-67.

PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? In: PAVIANI, Aldo (Org.) **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.p.213-229.

_____, Aldo. “Vazios” urbanos: terra para preservar ou para especular? **Revista Minha Cidade, Brasília**: ano 9, vol. 9, p. 253, abril 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc253/mc253.asp>>. Acesso em 24 maio de 2009.

PELUSO, Marília. L.. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF**. Tese de doutorado (Programa de psicologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, mimeo.

_____, Marília. L. **As representações sociais e a construção do espaço geográfico: teorias e práticas científicas**. In: V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 2007, Brasília. Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas, 2007. v. 1. p. 1-10.

_____, Marília. L. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: Aldo Paviani; Luiz Alberto de Campos Gouvêa. (Org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, v. 1, p. 181-196.

_____, Marília Luíza. O Papel das representações sociais do “comprar a casa” na identificação dos problemas habitacionais. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

PENNA, Nelba A. **Brasília do espaço concebido ao espaço produzido: a dinâmica de uma metrópole planejada**. Tese de Doutorado. FFLCH, São Paulo, 2000, mimeo.

_____, Nelba A. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: GOUVÊA, L.A.de C; PAVIANI, A (Org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. pp. 57-73.

PENSAVENTO, S.J. A cidade maldita. In: SOUZA, C.F ; PENSAVENTO, S.J.(Org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DF (PDOT). Instituto de planejamento do DF (IPDF), 1996.

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DF (PEOT).
Secretaria de Planejamento (SEPLAN). GDF, 1977.

REVISTA REALIDADE, Vol. 7 nº74, maio de 1972.

RIBEIRO, Aldry S. M. **Os homossexuais em busca de visibilidade social**. 266f.
Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Psicologia). IPSICO/UnB,
Brasília, 2005, mimeo.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis:
Vozes, 1996.

SANTANA, Paola V. A mercadoria verde: a natureza. In: CARLOS, A.F. A;
DAMIANI, A.L; SEABRA, O.C.L (Org.). **O espaço no fim de século – a nova
raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.p.177-189.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo razão e emoção**.
São Paulo: Edusp, 2004. 384p.

_____, Milton. 1992: A redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**: São
Paulo, v.6 n.14, pp.95-101,1992.

_____, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SAWAIA, Bader B. Representação e ideologia- o encontro desfetichizador. In:
SPINK, Mary J. (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações
sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp.
73-84.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo:
Contexto, 2007.

SILVEIRA, Denise P. de F. Gestão territorial do Distrito Federal: trajetórias e
tendências. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – gestão urbana: conflitos e
cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. pp. 145-166.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 11-25.

SPINK, Mary J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: SPINK, Mary J. (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 117-145.

SPÓSITO, Maria E.B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: CARLOS, A.F. A; DAMIANI, A.L; SEABRA, O.C.L (org). **O espaço no fim de século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto 2 ed, 1999.p.83-99.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia. Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

VIANNA, R. J. **Novos santuários da segregação sócioespacial – loteamentos fechados: o Setor Habitacional Jardim Botânico**. 108p. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília: UNB, Brasília, 2005.

WAGNER, Wolfgang e KRONBERGER, Nicole. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 416-441.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 90-113.

ANEXO1:**ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS****Dados do entrevistado****Primeiro nome:****Profissão:****Idade:****Estado civil:****Número de filhos:****Escolaridade:****Renda aproximada:**

- Há quanto tempo você está em Brasília?
- Como você vê a cidade de Brasília?
- O que você mais aprecia na cidade?
- Antes de vir para o condomínio possuía imóvel próprio? Que tipo?
- Por que escolheu morar aqui? O que te trouxe para este condomínio?
- Como você explica o fato de ter vindo morar em um condomínio ilegal?
- O que você acha disso? O que seus amigos pensam disso?
- Você iria para outro condomínio? Por quê?
- O que mais você aprecia morando aqui?
- Há quanto tempo é morado do condomínio?
- Qual o tamanho aproximado da sua atual moradia?
- O que você considera importante para a sua família?
- Quantas vezes já se mudou? Qual o primeiro e o último lugar de residência?
- Qual a situação da moradia? () Própria () Aluguel
- Como era a sua última moradia? Quantos quartos? Tamanho?
- Como você vê as medidas de legalização dos condomínios?

- Como você vê a ilegalidade urbana no DF?
- O que você entende por ilegalidade?
- As medidas de regularização atenderam as suas expectativas?
- A sua casa para você é?
- O verde para você é?